



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**ANDRÉ NUNES DE SOUSA**

**ORLA OCEÂNICA DE SALVADOR: UM MAR DE REPRESENTAÇÕES**

**SALVADOR  
2010**

ANDRÉ NUNES de SOUSA

**Orla Oceânica de Salvador: um mar de representações.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa.

SALVADOR  
2010

---

S725 Souza, André Nunes de,  
Orla oceânica de Salvador: um mar de representações /  
André Nunes de Souza. - Salvador, 2011.  
158f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa  
Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Geografia,  
Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2011.

1. Costa – Salvador (BA). 2. Paisagem Urbana. 3. Geografia  
Urbana. 4. Representação. I. Serpa, Angelo Szaniecki Perret. II.  
Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III.  
Título.

CDU: 911.375.5(813.8)

---

Elaborada pela Biblioteca do Instituto de Geociências da UFBA.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos entrevistados, devo enorme gratidão. Agradeço pela paciência, confiança e palavras de incentivo, fundamentais para o resultado desse trabalho, mas agradeço, sobretudo, pelas surpresas que me proporcionaram durante os trabalhos de campo e que se estenderam quando da leitura dos seus relatos.

Agradeço também aos professores dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, aos funcionários do IGEO e colegas de curso que muito colaboraram com a minha formação durante esses anos. Permanecerão todos em minha memória.

Em particular, agradeço aos professores que aceitaram ao convite de participar da banca examinadora da dissertação – professores Eustógio Dantas, Wendel Henrique (que precisou se ausentar por conta do pós-doutorado) e Catherine Proust que, gentilmente, aceitou a tarefa de analisar os escritos num momento já avançado da pesquisa. Obrigado pelo cuidado com que leram meus textos e pelas observações que me fizeram avançar nas minhas reflexões teóricas.

Minha gratidão e admiração ao professor Angelo Serpa, meu orientador desde a graduação, pela afetiva dedicação à universidade e aos seus orientandos, por todas as palavras (de incentivo e de cobrança) que me disse ao longo desse trabalho, pela seriedade e pelo compromisso com a Geografia e com a vida pública.

À família e aos amigos, um agradecimento-desculpa pelos excessos e faltas. Aos meus pais e irmãos, à Natalia e aos meus amigos mais íntimos, obrigado pela paciência e carinho.

Por fim, de modo geral, agradeço à sociedade brasileira por ter me proporcionado, por oito anos, a imensurável experiência de estudar numa universidade pública. Foram anos fundamentais, parte da minha formação teórica, política e estética.

## RESUMO

A relação entre homem e natureza é uma relação historicamente marcada por processos de redefinições ideológicas, através das quais sistemas valorativos são forjados na/pela produção e comunicação humanas, direcionando acessos físicos e simbólicos diferenciados aos objetos/recursos geográficos. O presente trabalho volta suas atenções para a análise dos espaços litorâneos urbanos, especificamente a orla oceânica de Salvador, para demonstrar que, na atualidade, a produção de uma imagem espetacular do litoral soteropolitano é levada a cabo por uma volumosa promoção publicitária alimentada e difundida pelo Estado e instituições privadas, acompanhando um fluxo global que trabalha ideologicamente paisagens escolhidas para difundir ideias de mundo hegemônicas. A base teórico-metodológica foi trabalhada em dois momentos complementares, iniciados pelo estudo das contradições inerentes ao processo de produção capitalista do espaço urbano, apoiados nos autores alinhados com o materialismo histórico, seguido de uma leitura fenomênica do homem e das coisas do mundo, capaz de nos aproximar dos anseios subjetivos dos grupos relevantes para esta pesquisa. As representações empreendidas pelos grupos estudados funcionaram como elo na análise das relações entre o trabalho ideológico e a produção do espaço, mas, possibilitando também a análise de “leituras” que subvertem o discurso hegemonicamente intencionado e expresso nas paisagens tomadas como “texto”.

Palavras-Chaves: Espaços Litorâneos, Paisagens, Representações.

## **ABSTRACT**

The relationship between man and nature is a relationship historically marked by ideological redefinitions processes which systems of value are forged in / by the production and human communication, directing the access to different physical and symbolic objects / geographic resources. This paper turns its attention to the analysis of urban coastal areas, specifically the ocean shore of Salvador, to show that in present days, a production of the soteropolitano spectacular coastline image is carried out by a huge publicity promotion supplied and disseminated by the State and private institutions, following a global flow which works ideologically with landscapes chosen to spread ideas of hegemonic world. The theory and method was worked at two complementary moments, initiated by the study of the inherent contradictions in capitalist production process of urban space, supported by the authors aligned with historical materialism, followed by a phenomenal reading of the man and the things of the world, capable to approach the subjective desires of the relevant groups for this research. The representations captured by the studied groups worked as a link in the analysis of relations between the ideological work and the production of space, but also enabling the analysis of "readings" that subvert the hegemonic discourse intentioned and expressed in landscapes taken as "text".

Key Words: Coastal Areas, Landscapes, Representations.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa de Área de estudo .....	17
Figura 2	Mapa de Distribuição das Praias da Orla Oceânica de Salvador .....	18
Figura 3	Enseadas seccionadas por rochas – bairro de Ondina .....	39
Figura 4	Afloramentos na face de praia – bairro do Costa Azul .....	40
Figura 5	Linha de costa concordante – bairro de Jaguaribe .....	40
Figura 6	Mapa de Zoneamento de Salvador .....	44
Figura 7	Mapa de Distribuição espacial das Classes Sociais .....	45
Figura 8	Mapa de Criação das Principais Avenidas .....	46
Figura 9	Mapa de Renda Média Mensal do Responsável pelo Domicílio 2000	57
Figura 10	Desenho do prefeito feito sobre muro localizado na av. Octávio Mangabeira (orla atlântica)	64
Figura 11	Barracas de praia – praia de Ondina	64
Figura 12	Simulação de empreendimentos que não utilizaram e que utilizaram TRASCON	70
Figura 13	Citação das praias da orla marítima de Salvador nos jornais pesquisados	74
Figura 14	Reportagens sobre a praia do Porto da Barra .....	75
Figura 15	Reportagens sobre a praia do Farol da Barra .....	76
Figura 16	Reportagens sobre a praia de Itapuã .....	78
Figura 17	Reportagens sobre a praia de Piatã .....	78
Figura 18	Reportagens sobre a praia do Rio Vermelho .....	79
Figura 19	Reportagens sobre a praia do Jardim de Alah .....	79
Figura 20	Reportagens sobre a praia de Jaguaribe .....	80
Figura 21	Reportagens sobre a praia de Armação .....	80
Figura 22	Reportagens sobre a praia de Pituaçu .....	80
Figura 23	Reportagens sobre a praia da Boca do Rio .....	80
Figura 24	Grandes terrenos ociosos na orla marítima de Salvador .....	81
Figura 25	Manifestação contra a venda da sede de praia do Esporte Clube Bahia	82

Figura 26	Placa restringindo o acesso a uma barraca de praia	84
Figura 27	Mapa de Compartimentação da Orla Marítima .....	111
Figura 28	Crianças banhando-se em “enclaves” de praia .....	119
Figura 29	Pequeno trecho de praia entre alvenaria e afloramentos .....	120



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Proposta de intervenção em equipamentos urbanos.....	65
Tabela 2	Principal motivo para optar por aquela praia .....	123
Tabela 3	Impressões sobre a orla marítima .....	125
Tabela 4	Possíveis intervenções espaciais .....	127

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABM	Áreas de Borda Marinha
ACM	Antonio Carlos Magalhães
BAHIATURSA	Empresa de Turismo da Bahia S. A.
BIRD	Banco internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CREA-BA	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Bahia
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
EPUCS	Escritório do Planejamento Urbanístico da Cidade do Salvador
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGEO	Instituto de Geociências
LOUS	Lei de Ocupação e Uso do Solo
MPF	Ministério Público Federal
OCEPLAN	Órgão Central de Planejamento
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PLANDURB	Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Salvador
PMS	Prefeitura Municipal de Salvador
SALTUR	Empresa Salvador Turismo
SEDHAM	Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente
SESC	Serviço Social do Comércio
SPU	Superintendência de Patrimônio da União
SUCOM	Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município
SURCAP	Superintendência de Urbanização da Capital
TRANSCON	Transferência do Direito de Construir
TRF	Tribunal Regional Federal
UFBA	Universidade Federal da Bahia

## SUMÁRIO

<b>1.0 – INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1.1 – Justificativa</b> .....	<b>14</b>
<b>1.2 – Objeto</b> .....	<b>15</b>
<b>1.3 – Objetivos</b> .....	<b>19</b>
1.3.1 – Objetivo Geral .....	<b>19</b>
1.3.2 – Objetivos Específicos .....	<b>19</b>
<b>1.4 – Marco Teórico Conceitual</b> .....	<b>20</b>
<b>1.5 – Procedimentos Metodológicos</b> .....	<b>29</b>
<b>2.0 – A BUSCA PELA MARITIMIDADE</b> .....	<b>35</b>
<b>2.1 – As bases físicas de um litoral diverso</b> .....	<b>36</b>
<b>2.2 - Breve histórico da orla marítima de Salvador</b> .....	<b>42</b>
2.2.1 - A pré-metropolização .....	<b>42</b>
2.2.2 - Salvador MetrÓpole .....	<b>47</b>
2.2.2.1 - Barra – Pituba .....	<b>50</b>
2.2.2.2 - Pituba – Itapuã .....	<b>52</b>
<b>2.3 - O Projeto de Valorização da Orla de Salvador (1984)</b> .....	<b>53</b>
<b>2.4 - Plano de Estruturação da Orla (1988)</b> .....	<b>54</b>
<b>3.0 - PAISAGEM: VEÍCULO DE IDEOLOGIAS</b> .....	<b>59</b>
<b>3.1 - Um pouco mais de representação técnico-institucional</b> .....	<b>61</b>
<b>3.2 - Imagem de Paisagem</b> .....	<b>71</b>
3.2.1 - Imagens de Paisagem nos Jornais impressos .....	<b>72</b>
3.2.2 - Imagens de Paisagem na Televisão .....	<b>91</b>
<b>3.3 - As representações do setor turístico</b> .....	<b>98</b>
<b>3.4 - Agentes Imobiliários e suas representações</b> .....	<b>105</b>
<b>4.0 - LENDO AS PAISAGENS LITORÂNEAS</b> .....	<b>113</b>
<b>4.1 - Primeiro momento: aproximação com os frequentadores da orla marítima</b> .....	<b>117</b>
<b>4.2 - Segundo momento: o exercício do não-saber</b> .....	<b>130</b>
<b>5.0 – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>141</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>147</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>153</b>

## 1.0 – INTRODUÇÃO

O processo de valorização e apropriação dos objetos geográficos se dá por uma trama de relações funcionais e simbólicas que dão conteúdo e preenchem discursos que direcionam ações produtoras do espaço geográfico.

As relações do homem com a natureza, ao longo do seu percurso histórico, foram marcadas por processos de redefinições ideológicas que estabeleceram (e estabelecem) a formação de sistemas significantes através dos quais a produção e a comunicação humanas são transformadas em sistemas valorativos. São estes sistemas valorativos, por sua vez, que direcionam acessos (físico e/ou simbólico) diferenciados aos objetos e recursos geográficos por parte dos distintos grupos e classes sociais.

Diante da diversidade de situações sobre as quais essa pesquisa poderia lançar seu olhar, na tentativa de analisar processos valorativos e representação implementadas por diferentes segmentos da sociedade, escolhemos os espaços litorâneos urbanos, dando ainda particular importância às estratégias que recaem sobre a paisagem das praias.

Sobre esses espaços emergem interesses por vezes antagônicos e/ou convergentes, que reúnem na formação de suas paisagens agentes da iniciativa privada (rede hoteleira, indústria imobiliária, empresas publicitárias, etc.), Estado (secretarias de planejamento, ambiental, e outras) e a sociedade de um modo mais amplo (pescadores, comerciantes, frequentadores das praias, etc.), que constroem articulações complexas, para além das leituras superficiais, confundindo entre eles os seus “papeis”.

A literatura consagrada às praias e às cidades litorâneas nos conduz à compreensão das dinâmicas históricas que foram capazes de modificar radicalmente um conjunto de significações sociais doadas a estes espaços. Percorrendo alguns destes escritos, nos

deparamos com diversos relatos que nos fazem imaginar como se deram tais mudanças ideológicas.

Refletindo acerca dos significados atribuídos às praias ainda durante os séculos XVIII e XIX, Thales de Azevedo (2004, p. 02) pensa que naquele momento a praia

seria o inevitável caminho do pescador para o mar, do puxador de rede e do lançador de tarefa, do canoeiro e do jangadeiro para o embarque em suas naus. Talvez nada para o cidadão, o urbano. Poucos a conheciam realmente. Na imaginação dos urbanistas, particularmente dos sofisticados intelectuais isolados em suas torres-de-marfim, em seus salões, seria, quando muito, moldura inerte, alva fimbria da terra, arremate do espaço visível de longe.

A praia se apresenta como um objeto ao qual atribuímos diferentes valores, reflexo dos nossos contextos espaços-temporais. O acréscimo de valor, ao que parece antes de uso e só mais tarde de troca, se revelará como um construto social complexo.

O historiador Corbin (apud DANTAS, 2004) afirma que o desejo pelos espaços litorâneos surge entre 1750 e 1840 na Europa, anteriormente as praias eram portadoras de imagens repulsivas. O autor atribui as intensas mudanças da imagem das praias a uma associação entre redefinições ou descobertas científicas (sobretudo da medicina e da oceanografia), mudanças de paradigmas estéticos nas artes (notadamente na literatura servindo-se de um discurso coerente) e a valorização das áreas litorâneas por parte da nobreza (indicador de moda na sociedade).

Paulatinamente, os espaços litorâneos foram ganhando outros significados. Muitas dessas mudanças se deram por influência dos ideais higienistas amplamente difundidos na Europa e trazidos para o Brasil com a vinda da Família Real e a sua corte. As mesmas áreas que antes eram vistas com suspeitas e temores se tornavam convenientes para a saúde e para a cura de enfermidades desde então.

Vistos como processo histórico, não linear, carregadas de diversas (ou aparentes) contradições, os significados das paisagens litorâneas se transformavam substancialmente recebendo juízos de valor que oscilavam entre o repúdio e a exaltação.

Porém, as grandes mudanças se deram no decorrer do século XX.

A reflexão sobre o processo de transformação gradativa das áreas litorâneas em mercadoria, da forma como países do hemisfério sul receberam os ideais de uma maritimidade voltada ao fluxo do turismo externo e da forma como diversas cidades tropicais ordenaram seus territórios leva Dantas (2004, p. 66) a argumentar que há uma

adequação ao fluxo de informação originário dos países desenvolvidos. Este fluxo determina a valorização das zonas de praia a partir de uma demanda turística não inscrita no quadro de representações ainda dominantes nos países tropicais (...) esta valorização se funda sobre as representações que fazem sonhar os turistas dos países desenvolvidos e que são adaptadas pelos governos locais como uma estratégia de desenvolvimento econômico. Assim, a cidade se acha transformada para atrair fluxos turísticos.

Na atualidade nos deparamos com a produção da imagem espetacular do litoral em diversas partes do mundo, levada a cabo por uma volumosa promoção publicitária alimentada e difundida pelo Estado e instituições privadas. Tal difusão, lembremos sempre, contribui para fazer das áreas litorâneas espaços de intensa especulação fundiária/imobiliária influenciando, por sua vez, a disposição espacial e acessos diferenciados aos objetos/recursos geográficos.

Com o objetivo de elaborar uma análise das representações criadas e transmitidas sobre os espaços litorâneos contemporâneos e definindo como foco principal da pesquisa a formação das respectivas paisagens e o modo como estas são “lidas” por diversos segmentos da sociedade, estabelecemos como problemas centrais da pesquisa as seguintes questões: 1) Quem são os agentes produtores das paisagens litorâneas definidas em nosso recorte de pesquisa? 2) Quais são as estratégias por eles utilizadas na produção e difusão de tais imagens? 3) Quais as possíveis formas de se “ler” as referidas paisagens?

## 1.1 – Justificativa

Diante dessa breve explanação acerca dos processos de re-significação ideológica sofridos pelos espaços litorâneos, nos cabe agora entender um pouco mais sobre estes espaços e seus potenciais para que possamos ter maior clareza de sua importância para os estudos da Geografia, da estima que a sociedade contemporânea dispensa a estes espaços e que neles realiza uma gama de práticas sociais (lazer, trabalho, cultos religiosos e outros) e de que modo ideias de mundo trabalham na produção de suas paisagens.

Numa sucinta caracterização do litoral brasileiro, o professor Aziz Ab'Saber (2002, p. 17) nos explica que

a faixa costeira do Brasil atlântico exhibe um vasto painel de tropicalidade marcada pela ocorrência exclusiva de praias arenosas, com cerca de 6.000 quilômetros, sendo a maior parte integrada aos ambientes quentes e úmidos (...). Fogem apenas dessa regra a semi-aridez que chega ao mar do Rio Grande do Norte e Ceará e, ao sul, o litoral gaúcho e pró-parte catarinense, onde as médias das temperaturas atuais determinam climas subtropicais de transição para ambientes temperados quentes (...). No vasto cinturão intertropical do planeta, o Brasil é, portanto, o país que possui a mais longa e típica costa tropicalizada do mundo.

O professor conclui ainda dizendo: “Na realidade, além de possuir o mais extenso litoral intertropical do mundo, o Brasil detém o maior conjunto de praias arenosas do mundo” (AB'SABER, 2002, p.45).

Essas palavras nos dão uma visão preliminar do nosso objeto. Se associarmos essa breve caracterização ao fenômeno de intenso interesse social que na atualidade recai sobre estes espaços, certamente entenderemos a relevância social e acadêmica do nosso estudo.

Uma análise geográfica do tema proposto contribui ainda para uma melhor compreensão do fenômeno, pois, de modo geral, na literatura que trata dos espaços litorâneos ocorre a predominância de uma visão homogeneizante do espaço, uma vez

que uma parcela significativa de autores entende o processo de valorização atribuída às áreas litorâneas nestes dois últimos séculos sem fazer as devidas ressalvas e distinções entre os diferentes lugares.

Mas, de fato, nenhum recurso tem, por si mesmo, um valor absoluto (...) o valor real de cada um não depende de sua existência separada, mas de sua qualificação geográfica, isto é, da significação conjunta que todos e cada qual obtêm pelo fato de participar de um lugar (...) por isso, a formação socioespacial e não o modo de produção constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente (...) e o seu efetivo valor somente é dado pelo lugar em que se manifesta, juntamente com outras atividades (SANTOS, 2006, p.132).

É preciso entender os processos de produção das paisagens urbanas articulando mais cuidadosamente os discursos e representações que participam de sua construção com as especificidades locais para que possamos, por exemplo, entender por que alguns fragmentos das cidades litorâneas são privilegiados em detrimento de outros, por que é desconsiderada nos processos de produção e apropriação urbana grande parcela da população local e por que são relegadas a segundo plano outras áreas da cidade, inclusive áreas de igual contato com o mar e de ambientes estuarinos, que servem de fonte de alimento e renda para uma grande parcela de seus habitantes, apresentando uma má qualidade infraestrutural, tal como argumenta Serpa (2007), ao tratar da orla marítima do subúrbio ferroviário de Salvador.

## **1.2 – Objeto**

Nesse contexto de cidade litorânea, que tem vivido, notadamente nas últimas décadas, uma intensa “procura” por sua maritimidade (DANTAS, 2004, 2009) insere-se a cidade de Salvador.

Salvador, capital do estado da Bahia, situa-se na sua faixa litorânea à altura do paralelo de 13º de latitude sul e 40º de longitude oeste, com uma população estimada em 2,8 milhões de habitantes pelos cálculos do IBGE (2008).



A cidade de Salvador, segundo Gonçalves (1992), traz uma particularidade interessante no tocante a sua planície litorânea. A autora a subdivide em duas, analisando-a do ponto de vista da base morfoestrutural que a sustenta: a oeste, temos a orla da parte da cidade a qual nos acostumamos a chamar de Cidade Baixa, banhada pelas águas calmas da Baía de Todos os Santos; e na porção oriental, encontramos a Orla Oceânica, aberta ao Oceano Atlântico e caracterizada por um conjunto de praias com diferenças significativas entre si.

Por ser considerado o “vetor de modernização” da cidade, área que recebeu nas últimas décadas grande atenção por parte dos gestores públicos, modificando de modo relevante suas paisagens, e por acreditarmos que poderíamos apreender nesse trecho de orla maior volume de representações que tomam as mais diversas formas nas distintas manifestações dos agentes sociais analisados nessa pesquisa, o enfoque do presente trabalho recaiu especificamente sobre a Orla Oceânica, no trecho compreendido entre a praia do Porto da Barra e a praia de Ipitanga – limite com o município de Lauro de Freitas.

A partir dos trabalhos desenvolvidos durante o primeiro ano de pesquisa optamos por um recorte um pouco mais extenso (o primeiro se estendia da praia do Porto da Barra até a praia de Itapuã). Devido às várias conversas que tivemos com os nossos entrevistados, os quais demonstraram que as praias que mais representam um ideal de maritimidade voltada ao turismo não estavam apenas inscritas no nosso recorte inicial, isto representaria uma grande perda para a pesquisa. O recorte final da pesquisa é apresentado na figura 1, a seguir:



Figura 1: Mapa de Área de estudo

Fonte: Base Cartográfica CONDER adaptada da SEI, 2010.

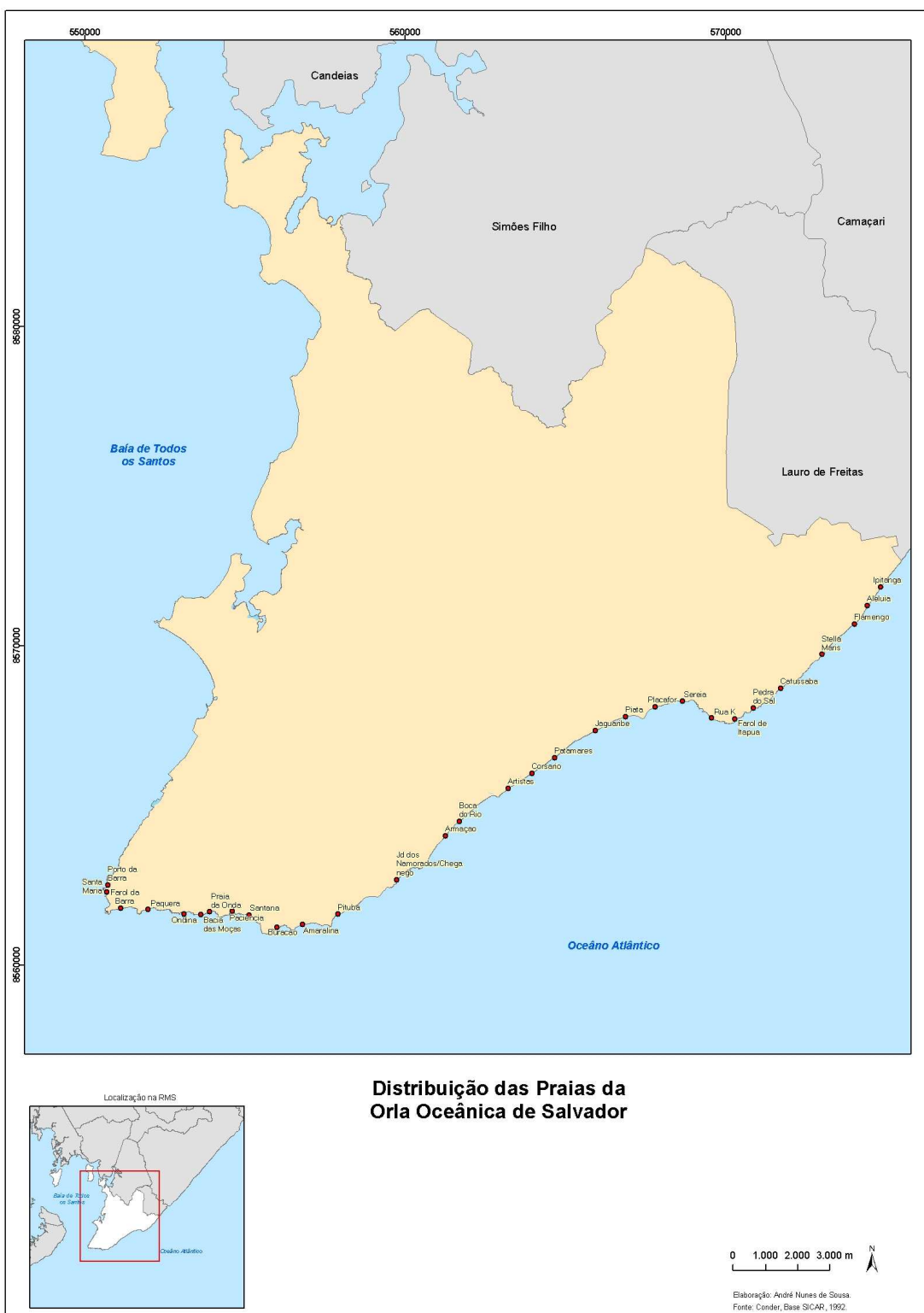


Figura 2: Distribuição das praias da Orla Oceânica de Salvador  
 Fonte: Base Cartográfica CONDER adaptada da SEI, 2010.

## **1.3 – Objetivos**

### **1.3.1 – Objetivo Geral**

O objetivo geral dessa pesquisa foi o de analisar as representações acerca do trecho da orla oceânica da cidade de Salvador compreendido entre a praia do Porto da Barra e a praia de Ipitanga, relacionando-as com a produção e possíveis modos de interpretação de suas paisagens, tentando compreender de que forma algumas intervenções privilegiaram trechos do espaço público urbano, relegando a um segundo plano outras áreas da cidade.

### **1.3.2 – Objetivos Específicos**

Quanto aos objetivos específicos tentamos:

- ✓ Identificar quem são os principais agentes produtores das paisagens urbanas no trecho definido como recorte de pesquisa;
- ✓ Realizar um levantamento das principais intervenções urbanas ocorridas na área de estudo nas últimas quatro décadas;
- ✓ Caracterizar a paisagem do trecho da orla oceânica de Salvador dentro da delimitação proposta pela pesquisa;
- ✓ Analisar qualitativamente os modos de representação das paisagens tomadas como objeto da pesquisa;
- ✓ Identificar para quais grupos/classes sociais essas paisagens são prioritariamente destinadas.

#### 1.4 – Marco Teórico Conceitual

Esse trabalho almejou, como foi exposto em tópicos anteriores, analisar as estratégias de representação e valorização da orla oceânica de Salvador, bem como os principais agentes que atuam na produção deste sistema valorativo e de que forma discursos são construídos, produzindo e alimentando imaginários acerca dos espaços litorâneos. Pensando nestas questões o presente trabalho seguiu em direção às bases teóricas que lhe deram suporte.

Como foi questão relevante dessa pesquisa analisar as formas pelas quais segmentos da sociedade tentam imprimir suas marcas nas paisagens litorâneas de nossas cidades, construindo discursos como estratégia de representação das suas concepções de mundo, coube-nos logo de início discorrer sobre a própria elaboração da realidade.

Uma das possibilidades de entender em que se fundamenta a produção da realidade ou das idéias de mundo é proposta pela professora Marilena Chauí. Chauí (2005), partindo de uma leitura da sociedade contemporânea a partir do referencial das lutas de classe, atribui à ideologia o papel de ocultar e dissimular os processos históricos, as diferenças entre idéias de mundo e construtos sociais dando-lhes a aparência de diferenças naturais entre os seres humanos.

A referida autora explica ainda o caminho pelo qual a ideologia é operacionalizada. A esta operacionalização Chauí (2005) chama de *os procedimentos da ideologia* e os subdivide em: a) inversão; b) produção do imaginário social; c) uso do silêncio.

A inversão, para a autora, opera numa substituição dos efeitos pelas causas e vice-versa fazendo todo o senso comum crer em falsas causalidades. A produção do imaginário social, por sua vez, dá continuidade à inversão, tendo como principal função a difusão de tais idéias. Nas palavras de Chauí (2005, p.175), “(...) funcionando em dois registros: como representações da realidade (sistema explicativo ou teórico) e como

normas e regras de conduta e comportamento (sistema prescritivo de normas e valores)”. E, por último, a ideologia opera pelo uso do silêncio.

Um imaginário social se parece com uma frase onde nem tudo é dito, nem pode ser dito, porque, se fosse dito, a frase perderia a coerência, tornar-se-ia incoerente e contraditória e ninguém acreditaria nela. A coerência e a unidade do imaginário social ou ideologia vêm, portanto, do que é silenciado (CHAUI, 2005, p.175).

Imbricada às ideologias encontramos em Lefebvre (2006 b) uma sistematização robusta sobre as representações.

Ao dedicar uma obra à problemática das representações<sup>1</sup>, Lefebvre nos conta um pouco da complexa história do conceito de representação na filosofia. Por vezes utilizada de modo impreciso (Kant, Heidegger, e outros), noutras como algo a ser superado (Marx), os filósofos de modo geral negligenciaram o poder da tríade *representado-representante-representação* como feito social, político e psíquico, sem com isso elaborar uma teoria capaz de abolir as representações tal como assim tentou Marx e outros que lhe seguiram.

Mas o que seriam para Lefebvre as representações de modo geral? Onde se encontram com as ideologias e onde diferem? Por aproximação o filósofo nos dá as pistas.

É às vezes um feito ou fenômeno da consciência, individual e social, que acompanha em uma sociedade determinada (e um idioma) tal palavra ou série de palavras, por um lado, e por outro tal objeto ou constelação de objetos. Outras vezes é uma coisa ou conjunto de coisas correspondentes às relações que essas coisas encarnam contendo-as ou velando-as (LEFEBVRE, 2006 b, p. 26).<sup>2</sup>

Ainda nesse processo de aproximação outras questões relevantes aparecem:

As representações podem distinguir-se das recordações, dos símbolos, dos mitos e relatos legendários, do imaginário, das ilusões e dos erros? Sem dúvida alguma, porém a distinção deve provir delas mesmas e não de uma classificação arbitrária. Logo veremos que não se distinguem em verdadeiras ou falsas, mas em estáveis e móveis, em reativas e superáveis, em alegorias –

<sup>1</sup> La Presencia y la Ausência: contribución a la teoría de las representaciones.

<sup>2</sup> Texto original: “Es a veces un hecho o fenómeno de conciencia, individual y social, que acompaña en una sociedad determinada (y una lengua) tal palabra o serie de palabra, por una parte, y por otra tal objeto o constelación de objeto. Otras veces es una cosa o un conjunto de cosas correspondientes a relaciones que esas cosas encarnan conteniéndolas o velándolas”.

figuras redundantes e repetitivas, tópicos – e em estereótipos incorporados de maneira sólida nos espaços e instituições. De forma que se aproxima da ideologia (LEFEBVRE, 2006 b, p. 26-27).<sup>3</sup>

Lefebvre não dá às representações o papel preeminente de dissimulação do real e do verdadeiro, tal como faz a tradição marxista ao tratar das ideologias. Põe ainda a representação entre o vivido e o concebido, no meio do caminho entre o que escapa e o que se apropria, “mediadora obscura e obstinada, que se desloca entre os extremos, em algumas ocasiões vínculo, em outras substituto” (2006 b, p.69)<sup>4</sup>.

Como *mediadora* nos processos de elaboração que fazemos do mundo e na comunicação humana, as representações se legitimam a partir das respostas que são capazes de dar a estes anseios (elaboração e comunicação), sem estabelecer necessariamente relações sensitivas entre o representado e a representação.

A esta relação possível, mas não essencial, Lefebvre (2006 b) exemplifica a partir do fenômeno físico de um objeto que realiza uma curva: “A função e a curva representativa não tem nenhuma analogia sensível, nenhuma semelhança evidente com o fenômeno observado; contudo, permite conhecê-lo” (p. 40)<sup>5</sup>.

E corrobora mais uma vez:

Inevitáveis e quem sabe necessárias, as representações não são, no entanto, verdadeiras por vocação, por essência. Nem falsas. É uma operação posterior, uma atividade reflexiva, a que lhe confere verdade e/ou falsidade relacionando-as com as condições de existência de quem as produz (LEFEBVRE, 2006 b, p. 58).<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> Texto original: “¿ Las representaciones pueden distinguirse de los recuerdos, de los símbolos, de los mitos y relatos legendarios, de lo imaginario, de las ilusiones y de los errores? Sin duda alguna; pero la distinción debe provenir de ellas mismas y no de una clasificación arbitraria. Pronto veremos que no se distinguen en verdaderas o falsas, sino en estables y móviles, en reactivas y superables, en alegorías – figura redundante y repetitivas, tópicos – y en estereotipos incorporados de manera sólida en espacios y instituciones. Lo cual las acerca a la ideología”.

<sup>4</sup> Texto original: mediadora oscura y obstinada, que se desplaza entre los extremos, en algunas ocasiones vínculo, en otras, sustituto.

<sup>5</sup> Texto original: La función y la curva representativa no tiene ninguna analogia sensible, ninguna homologia evidente con el fenómeno considerado; sin embargo, permiten conocerlo.

<sup>6</sup> Texto original: “Inevitables y quizá necesarias, las representaciones no son sin embargo verdaderas por vocación, por esencia. Ni falsas. Es una operación ulterior, una actividad reflexiva, la que les confiere verdad y/o falsedad relacionándolas con las condiciones de existencia de quienes las producen”.

Ao afirmar que a validade ou a anulação da representação que fazemos dos fenômenos nasce de uma atitude reflexiva diante dos mesmos, e divergindo da busca pela superação de todo e qualquer tipo de representação, Lefebvre coloca qual seria para ele o problema central da discussão: a substituição do representado pela representação, do vivido pelo concebido.

Pensando em tais questões e após discorrer sobre as aproximações e diferenças entre ideologia e representação, Lefebvre aponta um caminho a ser seguido:

Se afastar da ideologia, conceito crítico? Não. Substituí-la pelo conceito de representação? Não, mas utilizar ambos conceitos, reconsiderando, reconstruindo o de ideologia a partir da teoria (crítica) das representações. A ideologia se opõe ao saber se seu conceito permite expor as situações equívocas. Enquanto a representação, não se define unicamente pelo concebido, pelo conhecimento. Como se define? Pela relação com uma vivência (presença). Rica e confusa, a representação inclui e envolve a ideologia, empobrecida, clarificada. A eficácia da abstração e da ideologia provem das representações que persistem nela (...) (2006 b, p. 75-76).<sup>7</sup>

Em outra obra <sup>8</sup>, Lefebvre reafirma sua preocupação no tocante às análises desinteressadas pelo vivido:

O conhecimento cai numa armadilha quando faz das representações do espaço a base para o estudo da 'vida', fazendo isso ele reduz a experiência vivida. O objeto do conhecimento é precisamente a conexão fragmentada e incerta entre elaboradas representações do espaço de um lado e espaços representacionais (indo de encontro às suas intimidades) de outro (LEFEBVRE, 1991, p. 230).<sup>9</sup>

À análise das representações do espaço deve-se, dessa forma, acrescentar uma análise igualmente rica dos modos como a sociedade se relaciona com tais espaços, para verificarmos as possibilidades de outros modos de apropriação dos espaços diferentes daqueles intencionados pelos discursos hegemônicos.

<sup>7</sup> Texto Original: "¿Apartar la ideología, concepto crítico? No. ¿Reemplazar por el concepto de representación? No, pero utilizar ambos conceptos, reconsiderando, reconstruyendo el de ideología a partir de la teoría (crítica) de las representaciones. La ideología se opone al saber si su concepto permite exponer la situaciones equívocas. Enquanto a la representación, no se define unicamente por lo concebido, por el conocimiento. ¿Cómo se define? Por la relación con una vivencia (Presencia). Rica y confusa, la representación envuelve y incluye la ideología, empobrecida, clarificada. La eficacia de la abstración y de la ideología proviene de las representaciones que persisten en ellas(...)".

<sup>8</sup> The Production of Space.

<sup>9</sup> Texto Original: "Knowledge falls into a trap when it makes representations of space the basis for the study of 'life', for in doing so it reduces lived experience. The *object* of Knowledge is, precisely, the fragmented and uncertain connection between elaborated representations of space on the one hand and representational spaces (along with their underpinnings) on the other".



Essa relação entre representação do espaço e espaço das representações, o concebido e o vivido, Lefebvre esclarece valendo-se de outras duas categorias: os espaços abstratos e os espaços absolutos.

Aos espaços abstratos o referido autor associa os espaços institucionais, de normatização exógena, concebidos e agenciados a partir de relações que pouco se ocupam das experiências locais. Em contrapartida, os espaços absolutos estariam mais associados à espontaneidade, ao acaso, ao jogo das emoções que retomam à própria construção do espaço pautando-se na memória das populações.

Aqui e lá, em todas as sociedades espaços absolutos assumem o significado não endereçado ao intelecto, mas ao corpo, significados carregados de problemas, permissões, para uma contínua emoção colocada a teste. Este espaço vivido é mais que concebido e isto é um espaço representacional mais que representação do espaço (LEFEBVRE, 1991, p.235-236).<sup>10</sup>

Embora iniciando com uma base teórica composta por autores que se aproximam de uma construção marxista da realidade, optamos por trabalhar também com uma concepção humanística de paisagem, de uma paisagem que é paisagem para uma consciência que lhe apreende. Essa postura possibilitou o diálogo com alguns autores tais como James Duncan (2004), que nos propõem lermos a paisagem como texto, nos debruçando sobre estas paisagens, suas textualidades e intertextualidades. Em outras palavras: entender as paisagens produzidas e para quem estas paisagens/textos tornam-se contexto e pretexto.

A aproximação entre diferentes abordagens que ensaiamos a partir de agora nasce da premissa de que a paisagem – dimensão fenomênica do espaço, categoria-chave das nossas análises é, como veremos ao longo desse trabalho, veículo sobre o qual se manifestam e se apreendem representações de segmentos da sociedade os mais diversos. Representações, e isso também será confirmado, fundamentais na produção da cidade. Tal compreensão nos fez ousar e optar por essa aproximação que acreditamos ser bastante promissora.

---

<sup>10</sup> Texto original: “Here and there, in every society, absolute space assumes meanings addressed not to the intellect but to the body, meanings conveyed by threats, by sanctions, by a continual putting-to-the-test of the emotions. This space is ‘lived’ rather than conceived, and it is a representational space rather than a representation of space(...)”.

A ocorrência nesse texto de autores alinhados ao marxismo, seguida de outros que propõem uma leitura fenomênica do homem e das coisas do mundo, deve ser compreendida em dois momentos distintos, porém complementares: para uma aproximação profícua da realidade e compreensão dos anseios coletivos diante das paisagens exploramos o universo subjetivo que se abriu com os estudos fenomenológicos; para desvendarmos as contradições da realidade, da produção da cidade capitalista, recorreremos aos autores de abordagem marxista.

Foi, portanto, a análise da paisagem (dimensão fenomênica do espaço) como representação (produtora do espaço geográfico) que nos conduziu aos procedimentos de análise trabalhados ao longo dessa pesquisa.

Percorrendo tais caminhos, fomos capazes de analisar os discursos e representações pelos quais diferentes idéias de mundo tentam se impor, definindo o valor das diversas paisagens e os usos que podem e/ou devem ser feitos nestes espaços.

Tais possibilidades de análise e apreensão das paisagens são, desse modo, corroboradas por Duncan ao falar do papel desempenhado pelas paisagens na difusão das ideologias. Algo que pudemos associar ao que Marilena Chauí (2005) descreve como produção do imaginário social e que Lefebvre (2006 b) nos apresenta quando desenvolve suas argumentações sobre as representações.

Se podemos aceitar que um dos objetivos básicos da ideologia é a tentativa de fazer com que ambos – sujeito e objeto – se apresentem como fixos, codificados, reificados, fazendo com que o que é evidentemente cultural apareça como se fosse natural, então a paisagem, como um objetivador por excelência desempenharia um papel importante na ideologia (DUNCAN, 2004, p.111).

Enxergando a paisagem como texto, Duncan (2004, p.100) assume uma postura dialética por acreditar que “o significado desses textos e subtextos muda com o tempo e com a mudança de perspectiva do intérprete”.

Com essas palavras, o referido autor aponta dois caminhos que analisamos no decorrer da pesquisa: 1) a análise da paisagem como veículo concreto de persuasão; 2) a análise da veiculação de informações pelas quais o “leitor” pode ou não ser persuadido.

Antes de prosseguirmos e associarmos as indicações de Duncan a outros autores de grande relevância para a pesquisa, fazemos um parêntese para lembrar que as relações desenvolvidas entre os diferentes autores nessa pesquisa são fruto de uma gama de trabalhos realizados e acumulados pelo Projeto Espaço Livre de Pesquisa-Ação, coordenado pelo professor Angelo Serpa, ao longo dos seus mais de dez anos de atividades de pesquisa e extensão. Algumas destas relações encontram-se ainda em estágio inicial, exigindo de nós cautela e rigor nas nossas investigações.

Adentrar caminhos que vislumbravam as formas como a realidade é engenhosamente construída nos conduziu a leituras que se complementaram. O que tentamos foi, pois, enriquecer a leitura da produção das cidades com a análise dos anseios subjetivos de quem apreende suas paisagens.

Pensando nesses termos, nos aproximamos de dois precursores da fenomenologia que nos ensinaram sobre as elaborações que fazemos do mundo e os quais foram importantes na análise dos relatos dos nossos entrevistados e dos materiais que adquirimos.

O primeiro ao qual fazemos referência é Jean-Paul Sartre. Sartre (2008), numa obra introdutória intitulada *A Imaginação* demonstra um interesse fascinante pelas “novidades” que os estudos fenomenológicos inauguravam na filosofia. Neste livro Sartre traça observações decisivas sobre *a consciência, a coisa e a imagem da coisa*, o que marca uma ruptura radical com o idealismo (ao negar que a coisa seja constituinte da consciência) e nos oferece pistas preciosas sobre as formas como elaboramos a realidade.

Mostrando-se encantado com as leituras de Edmund Husserl, Sartre (2008) caminha a passos largos para uma elaboração teórica que lhe fará distinguir a *consciência daquilo que se tem consciência*, sendo a imagem uma expressão das elaborações psíquicas que a consciência faz da coisa.

A concepção de *intencionalidade* é chamada a renovar a noção de imagem. Sabemos que, para Husserl, todo estado de consciência, ou melhor – como dizem os alemães e como diremos com eles – toda *consciência* é consciência de alguma coisa. (...) na medida em que elas são consciência de alguma coisa, dizemos que elas se relacionam intencionalmente a essa coisa (2008, p.120).

Nessas breves palavras há uma questão-chave a ser desdobrada e que se mostrou importante para o estudo fenomenológico das paisagens. Ao se relacionar intencionalmente com as coisas, surge de imediato para a consciência uma diferença entre *percepção* e *ficção* no seu processo de criação das imagens: a percepção, dirá Sartre, está intrinsecamente ligada a um objeto sensível externo a nós, enquanto que a ficção não está “presa” a uma realidade material a qual apreendemos com nosso sistema sensitivo.

Para Sartre, a ficção seria síntese ativa, um produto de nossa espontaneidade ao passo que a percepção seria uma síntese passiva.

Uma pesquisa que teve como objetivo analisar as representações das paisagens litorâneas precisava enveredar por tais questões, para entender os mecanismos de apreensão da realidade concebida – o que nos liga *a priori* à percepção, e as possibilidades de criarmos outras realidades – realidades que precisam, antes de tudo, serem imaginadas.

Assim, para além da realidade concebida (representação do espaço, espaço abstrato) tivemos a possibilidade de adentrar um pouco mais o vivido (espaços representacionais, espaços absolutos) dos nossos entrevistados, ainda que esse não tenha sido o foco da pesquisa.

Feitas essas primeiras colocações sobre uma leitura fenomenológica das paisagens – leitura bastante introdutória visto que preferimos “diluir” essas questões ao longo do

trabalho – e sobre as possibilidades de imaginarmos outras realidades, o segundo autor precursor da fenomenologia que nos auxiliou no aprofundamento dessas análises foi Gaston Bachelard.

Ao desenvolver a fenomenologia da imaginação, Bachelard (1998; 2002) nos fala do caráter vanguardista do ato de imaginar. A força que esse ato tem de criar outras realidades.

Construindo uma crítica próxima à de Sartre, Bachelard rompe com a tradição filosófica que admitia uma postura passiva da consciência perante as coisas do mundo. A imaginação aparece em sua obra como possibilidade de subversão.

Trabalhando com as imagens poéticas – aquelas que guardam relações com arquétipos adormecidos no inconsciente das pessoas – Bachelard (1998) busca a transubjetividade que acredita haver nestas imagens. Algo capaz de sensibilizar as múltiplas subjetividades que as apreendem.

Em verdade, o que o autor busca é medir a força, a amplitude e o sentido desta transubjetividade. Em outras palavras: o poder que estas imagens têm em atrair e/ou repelir distintas subjetividades.

As relações entre as imagens poéticas e a diversidade de consciências para as quais estas imagens se apresentam têm, para Bachelard, um caráter iminentemente dialético. Estas relações se transformam a todo instante.

“Toda esta subjetividade, transubjetividade, não podem ser determinadas definitivamente. A imagem poética é, com efeito, essencialmente variacional” (BACHELARD, 1998, p. 03).

Trabalhar com paisagens litorâneas significou assim estar diante de imagens poéticas a quase todo instante, diante de imagens transubjetivas, de imagens com o poder de

atrair distintas subjetividades, de seduzir e de fazer sonhar o rico e o pobre, os habitantes locais e os forasteiros, os de credo e os descrentes, etc.

Se pensarmos nos autores que poderiam contribuir com a pesquisa, naqueles que ousaram costurar tais perspectivas de análise, veremos que a lista é um pouco extensa. Tentamos, contudo, priorizar nesse tópico introdutório sobre as bases teóricas do trabalho a apresentação de autores centrais que facilitam a compreensão das nossas intenções.

Apresentado o eixo teórico central – tantas outras são as contribuições que ainda virão ao longo do texto –, a base teórica foi ao longo do trabalho articulada para demonstrar como as áreas litorâneas, e sua diversidade de paisagens, servem nos dias atuais à produção de imaginários (ou seriam fantasias?) produzidos cada vez mais de fora para dentro. Trata-se de espaços que são produzidos na medida em que também são produzidas representações para tratá-los como particularidades (inventadas?) excêntricas.

### **1.5 – Procedimentos Metodológicos**

Como afirmamos ao longo do tópico anterior, muitos caminhos trilhados nessa pesquisa foram fruto de reflexões realizadas no âmbito das discussões e construções teóricas do Grupo Espaço Livre de Pesquisa-Ação. Seguindo esses mesmos passos, buscamos métodos de análise que também se apoiaram nos autores que permeiam as atividades do grupo.

Além do já explicitado interesse da pesquisa em analisar os discursos e representações que são criados sobre as paisagens litorâneas da Orla Oceânica de Salvador, verificamos também os processos de intervenção urbana que se deram nas últimas quatro décadas nesse trecho de orla definido como recorte de pesquisa.

Desse modo, buscamos, para começar, trabalhar fontes de cunho mais convencional tais como mapas, livros e revistas, relatórios de projetos de intervenção urbana e outros, junto às Secretarias e órgãos do Estado e ao Instituto Histórico e Geográfico; nos debruçamos sobre bases cartográficas, estas conseguidas junto à Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER); além de informações de infraestrutura urbana e de caracterização da população local coletadas pelo IBGE, de modo a compor uma boa base documental na qual a pesquisa apoiou suas conclusões acerca do processo de busca pelos espaços litorâneos que se intensificou nas últimas décadas.

No tocante às entrevistas que nos propusemos a realizar, estas seguiram primeiramente as indicações de GASKEL (2002), que recomenda para os estudos qualitativos delinear os grupos relevantes que contemplam os anseios da pesquisa e, a partir daí, verificar o universo de respostas que encontramos tentando associá-los na medida em que encontramos entre essas respostas pontos em comum.

Partindo dessa indicação entrevistamos os seguintes grupos relevantes: funcionários de empresas de turismo (rede hoteleira, bares e restaurantes), corretores do setor imobiliário (empreendimentos localizados próximo às praias), representantes do Estado, corpo técnico (este representado por profissionais que têm ou tiveram atuação em ações de planejamento urbano) e freqüentadores da orla oceânica. Todos, produtores de representações.

Discorrendo de modo mais sistemático: quanto às empresas de turismo fizemos as entrevistas obedecendo ao método da saturação de respostas. Quando entendemos que tínhamos em mãos um conjunto de respostas que possibilitavam a operacionalização das mesmas segundo agrupamentos que davam conta das expectativas da pesquisa e quando as respostas passaram a se repetir (repetição para nossos anseios) encerramo-las. Estas totalizaram vinte e quatro entre bares, hotéis e restaurantes.

Quanto ao setor imobiliário, nossa tarefa foi mais simples. Percorremos todo o recorte de pesquisa e entrevistamos os corretores presentes em alguns *stands* de venda de empreendimentos próximos às praias. Desprezamos aqueles demasiadamente distantes, pois se optássemos por pesquisá-los teríamos grandes dificuldades no tocante ao recorte espacial que ficaria cada vez mais amplo e complexo.

Cabe uma ressalva para o fato de termos procurado a Caixa Econômica Federal que não nos possibilitou o acesso ao perfil socioeconômico dos compradores destes imóveis alegando não dispor de tais informações de modo mais sistematizado.

Quanto aos poderes governamentais, além do estudo dos relatórios por eles produzidos quando das suas intervenções espaciais, tivemos contato com representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SEDHAM, Habitação e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Salvador e da Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município – SUCOM. Tais conversas nos esclareceram um pouco mais sobre como tem se dado as dinâmicas socioespaciais da orla marítima nos últimos anos.

No que diz respeito ao corpo técnico, procuramos profissionais que têm ou já tiveram atuação direta em intervenções urbanas em Salvador. Além dos profissionais com os quais conversamos, tomamos também conhecimento de um seminário local sobre as orlas de Salvador, ocorrido no ano de 2006, o qual contou com a presença de alguns dos profissionais que atuaram institucionalmente no planejamento da cidade.

Houve outro seminário semelhante, este na sede do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA BA, em abril de 2009, no qual profissionais de distintas áreas compareceram em duas noites para discutir os caminhos do planejamento das orlas de Salvador. A este seminário me fiz presente e o analiso um pouco mais no terceiro capítulo.



No tocante aos freqüentadores da Orla Oceânica de Salvador, os trabalhos se deram em dois momentos: primeiramente utilizando-nos de técnicas mais usuais e, num segundo momento, experimentando métodos fenomênicos de apreensão das paisagens.

Como tínhamos diante de nós uma população infinita, extremamente fluida, procuramos formas de justificar as nossas escolhas e os métodos de trabalho.

As entrevistas que realizamos com outros segmentos relevantes (GASKEL, 2002) se somaram aos estudos que realizamos numa outra pesquisa sobre os usos do espaço público das praias (SOUSA, 2007), orientado pelo professor Angelo Serpa, que apontam para uma compartimentação desses espaços e que demonstram uma série de estratégias empreendidas pelos diferentes grupos/classes sociais para evitar o encontro com o outro, com o diferente. Com base nesse entendimento de organização territorial dos espaços públicos escolhemos a forma de apreensão desse público.

De posse desses dados e relatos definimos então duas praias “de *status*” e duas praias “sem *status*”, ou seja, praias de maior e de menor interesse por parte dos freqüentadores, praias que variam numa “escala valorativa”. Dessa forma estabelecemos dois grandes grupos nos quais realizamos nossas entrevistas seguindo mais uma vez o método da saturação de respostas, totalizando sessenta entrevistas.

Cabe ressaltar que essa escolha esteve relacionada a uma perspectiva de freqüência das praias. Afora a freqüência, há claros interesses nas praias “sem *status*” que funcionam como ornamento na composição estética do paisagismo litorâneo, numa concepção de natureza que serve apenas para ser vista (do alto e de longe) e não usada<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> As expressões “*praia de status*” e “*praia sem status*” referem-se, nessa pesquisa, ao *status* ligado ao uso da praia. Embora alguns trechos da orla marítima não sejam reconhecidos por grande parte da população local como trechos frequentados pela parcela da população de maior renda, estes são, por vezes, ocupados por habitações de luxo que incorporam a paisagem litorânea à “*equação*” que lhe confere valor (de troca).

A partir da segunda etapa, trabalhamos com procedimentos menos usuais nos estudos da Geografia.

A ideia de nos aproximarmos dos significados doados aos espaços litorâneos das cidades contemporâneas nos fez caminhar ao encontro de alguns autores que as construções teóricas empreendidas pelo grupo de pesquisa Espaço Livre apontaram como possibilidades de métodos a serem utilizados durante as investigações.

O autor que nos ofereceu métodos de aproximação fenomênica com os significados das paisagens e a possibilidade de interpretação do sentido doado a essas paisagens pelos frequentadores da praia foi Gaston Bachelard.

O primeiro procedimento proposto por Bachelard (1998) é a busca pelo “não-saber” como condição prévia para apreendermos a imagem poética. Ou seja, tentamos nos despir da bagagem de informações que trazemos sobre a paisagem em questão e descrevermos de que modo ela nos toca. Quais as sensações que ela evoca.

Deste modo, escolhemos alguns pontos ao longo do nosso recorte espacial para realização de tal exercício. Tal como as indicações de Bachelard, tomamos a imagem poética de forma isolada. Fizemos descrições sobre as sensações às quais o “aqui e agora” da paisagem litorânea escolhida nos remeteram, transcrevemos as principais sensações que tivemos diante de tais imagens.

O passo seguinte foi solicitar que outras pessoas fizessem o mesmo exercício. Pensamos em algumas “situações espaciais” que entendíamos como promissoras segundo a diversidade morfológica da orla oceânica, e trabalhamos com um número de dez pessoas que nos garantiram um material rico, o qual analisamos com detalhe no quarto capítulo deste texto.

Por fim, para a realização de um estudo consistente sobre as representações da Orla Oceânica de Salvador, compusemos quadros e gráficos comparativos analisando de

que modo o trecho de orla definido como recorte de pesquisa mais aparece em matérias jornalísticas e programas televisivos. Estes quadros e gráficos tiveram o objetivo de definir as áreas que mais aparecem, as características físicas destas áreas, a qualidade das notícias a elas associadas, dentre outras questões que surgiram.

Restringimos esta análise aos dois jornais impressos de maior circulação na cidade, analisando as edições veiculadas aos sábados e domingos. Para a veiculação televisiva realizamos um estudo sistemático de dois programas locais de entretenimento também nos finais de semana. O período destinado à aquisição deste material foi de quatro meses, coincidindo com a chamada alta estação de 2008-2009. Contudo, trabalhamos também com alguns textos/imagens adquiridos fora do referido período, por acreditarmos que havia neste material questões valiosas para a pesquisa.

## 2.0 – A BUSCA PELA MARITIMIDADE

Dantas (2009) define a maritimidade como conjunto de representações desenvolvidas pela sociedade moderna a respeito do mar e do marítimo. Representações que designam os modos como as populações se relacionam com o mar, sobretudo no plano das práticas, das preferências e das imagens coletivas.

Destinar um capítulo ao processo histórico que impulsionou a cidade de Salvador a se inserir num quadro de representações veiculadas em escalas que transbordam as intenções locais, para colocá-la na disputa por fluxos de capital à procura de condições ideais para se instalar e se reproduzir, significa dizer que enxergamos algumas das mais acentuadas intervenções sofridas pela cidade, como sucessão de ações que tentaram (e continuam tentando) produzir uma maritimidade para nossa cidade.

Quando Henri Lefebvre (2006a) discorre sobre *estratégia de classe*, não nos fala de uma seqüência de atos coordenados, planejados e com um único objetivo, mas de ações centradas sobre objetivos diversos convergindo para um resultado final.

Concebemos a busca pela maritimidade como *estratégia de classe*, como construto social resultante de uma onda que se espalhou pelas cidades litorâneas faz algum tempo.

O movimento hegemônico que fez da cultura o novo e fundamental alicerce de produção das cidades contemporâneas, forjando consensos e “patriotismos culturais” (ARANTES, 2000), cooptando setores estratégicos da sociedade, deixando-os embevecidos pelas ditas “singularidades culturais”, tornando excessivamente visíveis fragmentos da cidade a fim de ocultar tantos outros e fazendo tais fragmentos serem tomados como o todo, nasce da premissa de que é imperativo para a sobrevivência dessas cidades se tornarem competitivas frente aos desafios da globalização.

Tentamos ao longo desse capítulo construir uma análise crítica de como a vontade dos poderes governamentais e iniciativa privada de inserir fragmentos da cidade numa rede turística internacional suscitou mudanças significativas nas paisagens, produzindo espaços que não tomam as paisagens como conjunto, planejando-as de modo tal que pouco relacionou a sua diversidade morfológica com a pluralidade dos modos de vida.

Contudo, tentamos não perder de vista as *estratégias de classe* empreendidas pela parcela da população que se apropria da orla realizando usos que fogem às indicações concebidas e idealizadas pelos planejadores/gestores da cidade. Assim, acreditamos apreender na apropriação e no uso dessa parcela da população, que analisaremos com maior ênfase nos dois capítulos seguintes, outras racionalidades que nos farão imaginarmos paisagens que representem nossos sonhos de cidade e de vida urbana.

Para o aprofundamento de tais questões, dos agentes que mais influenciaram nesse movimento, de como Salvador se desenvolveu nas últimas décadas, partiremos inicialmente de uma caracterização mais detalhada da costa oceânica, o que garantirá uma melhor descrição sobre como essa porção da cidade foi se modificando e assumindo as formas atuais.

## **2.1 – As bases físicas de um litoral diverso**

Longe de descrições esfalfantes e desconexas acerca do sítio sobre o qual está assentada a cidade de Salvador, partimos nesse tópico das longas observações que realizamos durante os trabalhos de campo e que nos mostraram como algumas particularidades naturais podem se transformar em laboratórios que muito interessam às análises geográficas.

Bom exemplo são os “enclaves” de praia, resultantes da intensa instabilidade tectônica datada do final do Jurássico e início do Cretáceo, que diferem da predominante linha de

costa concordante do litoral baiano e que nos apresentou curiosas formas de apropriação por parte dos frequentadores das praias da cidade. Junto a essas formas de apropriação, as quais detalharemos nos próximos capítulos, obtivemos as mais inusitadas respostas às nossas indagações sobre as paisagens litorâneas.

Vale remontar um pouco de nossa história geológica para verificarmos os eventos responsáveis pelo delineamento do nosso litoral e para que possamos desenvolver uma descrição que bem represente nosso recorte espacial.

A tectônica que deu origem à Bacia Sedimentar do Recôncavo criou feições estruturais caracterizadas pela grande falha de Salvador e por falhamentos secundários de acomodação, juntas e diáclases, cortando em diversas direções as rochas do embasamento e favorecendo a instalação da atual rede de drenagem da cidade (GONÇALVES, 1992).

Desse processo decorre que uma diversidade de feições morfológicas foi formada, destacando-se: a) a escarpa de falha; b) o planalto; c) a zona intermediária de morros; d) o sistema de vales e; e) a planície litorânea.

Como partimos das observações *in loco*, é compreensível que deixemos um pouco de lado o planalto altamente dissecado com seus longos espigões (sobre os quais vive grande parte da população soteropolitana) e o sistema de vales que os corta, para nos concentrarmos nas reentrâncias produzidas quando da origem da escarpa de falha, além da zona intermediária de morros e a planície litorânea na sua porção oriental – é sobre estas últimas que está assentado o “vetor de modernização” da cidade.

Pode-se eleger como marco inicial da orla atlântica o farol da Barra, localizado no bairro da Barra, donde a linha de costa segue no sentido leste-nordeste até a praia de Ipitanga, no limite com o município de Lauro de Freitas. São cerca de 38 km de praias do tipo arenosa.

Esta costa dominada por praias arenosas, por sedimentos inconsolidados de granulometria variando de grossa a fina, é por vezes alternada, sobretudo entre a praia da Barra e a praia de Amaralina, por trechos rochosos e por trechos onde emergem na face de praia afloramentos rochosos do pré-cambriano de modo bastante disperso (BITTENCOURT, 1975).

A morfodinâmica das praias que se traduz na correlação de diferentes fatores tais como a variação granulométrica dos sedimentos, a inclinação da porção subaquosa, a direção da linha de costa, os modos como as correntes marinhas chegam a estas, dentre outros, define as feições que essas praias assumem e influencia diretamente na segurança e nas possibilidades de usos feitos pelos seus freqüentadores.

Sim, é verdade que todos esses fatores determinam as feições de praia aqui ou em qualquer lugar e que a morfologia da costa e sua hidrodinâmica podem ser pensadas *a priori* mais favoráveis a um ou a outro uso que delas queiram-se fazer. Conquanto, trata-se de uma questão complexa. Senão vejamos.

Ainda que o foco dessa pesquisa recaia não sobre as apropriações, mas sobre as representações que se fazem da orla oceânica de Salvador, entendemos a partir de Lefebvre que a relação dialética entre o vivido e o concebido não pode ser pensada de forma separada.

Pode-se buscar as praias pelas possibilidades de uso para as quais estas nos convidam? Sim. Pelos anseios subjetivos, histórias de vida? Iguamente. Mas não se deve desconsiderar o papel desempenhado pelas representações do espaço muitas vezes expresso na superexposição midiática das mesmas. Essa foi uma questão demonstrada por nós (SOUSA, 2007)<sup>12</sup> numa pesquisa que realizamos sobre o espaço público das praias.

---

<sup>12</sup> Na pesquisa intitulada *Porto da Barra: Grupos Sociais e Espacialização em uma Praia de Salvador* analisamos as formas como diferentes grupos sociais se territorializam na praia do Porto da Barra, realizando uma gama de atividades que resultam, por vezes, em conflitos dissimulados e barreiras simbólicas que nascem da incapacidade de diálogo e negociação demonstrada pelos agentes envolvidos. Nela também argumentamos que não era a sua

A diversidade morfológica da costa atlântica de Salvador é facilmente apreendida se percorrermos-la atentamente. As reentrâncias que marcam um trecho de costa bastante recortado com suas pequeníssimas enseadas vão dando lugar, paulatinamente, a extensões mais arenosas e abundantes em afloramentos rochosos na face de praia, seccionadas em alguns pontos por trechos completamente rochosos, donde se observa a inexistência de praia, até atingirmos setores pouco influenciados pelos movimentos epirogenéticos responsáveis pela formação da grande falha de Salvador, apresentando a partir daí praias relativamente largas e retilíneas nas quais são mais raros os afloramentos.



Figura 3: Enseadas seccionadas por rochas – bairro de Ondina.  
Fonte: Hauenschild, 2009.



Figura 4: Afloramentos na face de praia – bairro do Costa Azul.  
Fonte: op. cit.

---

condição de praia refletiva que lhe assegurava um contingente excepcional de freqüentadores visto que outras praias, também refletivas, não gozam de tal prestígio social na cidade, como é possível observar ao longo da extensa costa do subúrbio ferroviário de Salvador.





Figura 5: Linha de costa concordante – bairro de Jaguaribe.  
Fonte: op. cit.

Na transição entre a planície litorânea oceânica e a zona intermediária de morros aparece outro traço marcante da litologia local: um complexo de dunas que, segundo o professor Aziz Ab'Saber (2002), se constitui em um dos maiores do Brasil, abrangendo uma área inicial que se estendia desde o bairro da Pituba em Salvador até o distrito de Arembepe, no município de Camaçari. Sobre esse complexo de dunas cresceram bairros de modo parcial ou por inteiro.

Fugindo um pouco do nosso recorte espacial cabe citar, ainda que de forma sucinta, a zona intermediária de morros, sobre a qual se tem desenvolvido nas últimas décadas, juntamente com a costa oceânica, o “eixo de modernização” da cidade.

As formações dunares, como foi dito anteriormente, marcam a transição da costa oceânica com a zona intermediária de morros – extensão restrita do domínio morfoclimático dos “mares de morro”. A partir daí atinge-se níveis altimétricos mais elevados que variam de 30 a 75m dado o intenso processo de dissecação dos espigões dos quais estes morros são oriundos (GONÇALVES, 1992).

Cortando a zona intermediária de morros, encontramos uma das mais importantes vias da cidade – a Avenida Luís Viana Filho, também chamada de Avenida Paralela. Instalada sobre cotas altimétricas mais elevadas que aquelas da orla, observamos o surgimento nos últimos anos de grandes edifícios no seu entorno, sobretudo do lado

oriental, com seus *slogans* de vida bucólica e paz a ser consumida (SERPA, 2007b). São empreendimentos que constantemente fazem, alguns deles, referências à “belíssima vista para o mar”, o que nos permite afirmar que por lá também se constrói a maritimidade.

À breve caracterização das bases físicas aqui apresentada, deve-se somar de agora em diante uma sistematização das intervenções espaciais, notadamente aquelas empreendidas pelos poderes governamentais, visto que são as mais relevantes se nos atermos ao nosso recorte temporal, para que possamos continuar (e comprovar) as nossas argumentações de que nas últimas décadas Salvador tem convivido com uma intensa busca por uma maritimidade.

É bem verdade – e importante expressar isso enquanto é cedo, que essa busca nem sempre se traduziu em intervenções nas formas espaciais de modo “concreto”, que paisagens latentes nem sempre ganham *status* de paisagens aparentes (NEL-LO, 2007).

Dito de outra forma, nem todo anseio de inserir Salvador num quadro de representações intencionado pelos poderes governamentais ou iniciativa privada converteu-se ou incidiu/transformou as formas espaciais. Esbarrando por vezes em restrições legais, na falta de recursos financeiros ou mesmo na apropriação e no uso de diferentes agentes/grupos sociais, os poderes governamentais e a iniciativa privada demonstraram (e têm demonstrado) ao longo das últimas décadas não terem “fôlego” para tocarem todas as suas empreitadas.

## **2.2 – Breve histórico da orla marítima de Salvador:**

### **2.2.1 - A pré-metropolização**

O período conhecido como pré-metropolização de Salvador, definido pelo professor Vasconcelos (2002) por um intervalo que se estende de 1945 a 1969, inseriu a capital baiana, e de forma bem mais acanhada os municípios vizinhos, num fluxo de transformações que se deu em escala nacional e mesmo internacional, o que nos leva a escaparmos um pouco do nosso recorte temporal.

O intenso processo de urbanização, que incidiu sobre o Brasil a partir do pós-guerra estendendo-se pelas duas décadas seguintes, precisamente entre o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e o “milagre econômico” dos governos militares, repercutiu em Salvador e no seu entorno traduzindo-se na implantação de grandes indústrias, na adesão ao modelo automobilístico de transporte, o que acarretou a construção de grandes rodovias, além da passagem de uma população eminentemente rural para percentuais cada vez mais significativos do contingente populacional urbano.

No bojo desse processo, data desse período, precisamente entre 1943 e 1947, o primeiro plano de zoneamento da cidade de Salvador (VASCONCELOS, 2002). O EPUCS – Escritório do Planejamento Urbanístico da Cidade do Salvador, como fora denominado, traçou metas que resultaram na primeira lei de zoneamento da cidade, a Lei nº 701/48.

O referido zoneamento previa, dentre outras questões, a instalação de avenidas por sobre o sistema de vales que cortam os longos espigões do planalto, contribuindo para o adensamento da malha viária da cidade (VASCONCELOS, 2002).

A importância deste primeiro zoneamento para os nossos estudos reside no fato de que a partir de então os poderes governamentais passaram a trabalhar de modo mais sistemático, definindo suas políticas para cada setor da cidade.

Das avenidas de vale pensadas pelo EPUCS para Salvador, somente a Avenida Centenário, que liga a área do Dique do Tororó ao bairro da Barra, saiu do papel ainda durante a existência do referido escritório. A maioria das avenidas de vale foi levada a cabo por instituições e planos posteriormente criados, como a Superintendência de Urbanização da Capital – SURCAP e o PLANDURB – Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Salvador. No ano de 1949 foi concluída a ligação paralela à linha de costa entre Amaralina e Itapuã, sendo as demais construídas ou duplicadas a partir dos anos 1950 e, de forma mais intensiva, no período de metropolização (VASCONCELOS, 2002).

As avenidas citadas, bem como as que se seguiram, além do adensamento da malha viária, funcionaram como limite físico na delimitação das zonas de Salvador. Daí decorre que três zonas foram formadas para o nosso recorte espacial, contudo, transbordando-o: o sub-distrito da Barra, o sub-distrito de Amaralina e o sub-distrito de Itapuã.

O zoneamento oficial que perdurou por algumas décadas é apresentado através da figura 6, ao passo que nos antecipa a densidade populacional no início dos anos de 1970.

Articulados às novas vias surgiram grandes loteamentos oriundos de alienação de terras efetuada pelos gestores públicos como as de 1968, o que envolvia milhares de hectares, dos quais muitos estavam localizados na orla atlântica (VASCONCELOS, 2002).

Durante esse período, instituições de destaque passaram a ocupar a orla atlântica, tal como no caso do Clube Português (1964) e Associação Caballeros de Santiago (1960),

ligados à colônia de migrantes estrangeiros, além do Instituto Social da Bahia (1964) subordinado à Igreja Católica (VASCONCELOS, 2002). Essas instituições acompanharam o movimento iniciado nas duas décadas que antecederam suas instalações na orla marítima, no qual um número significativo de famílias detentoras de dinheiro e influência política passou a ocupar essa porção da cidade, tornando-a um misto de habitação permanente e zona de veraneio.

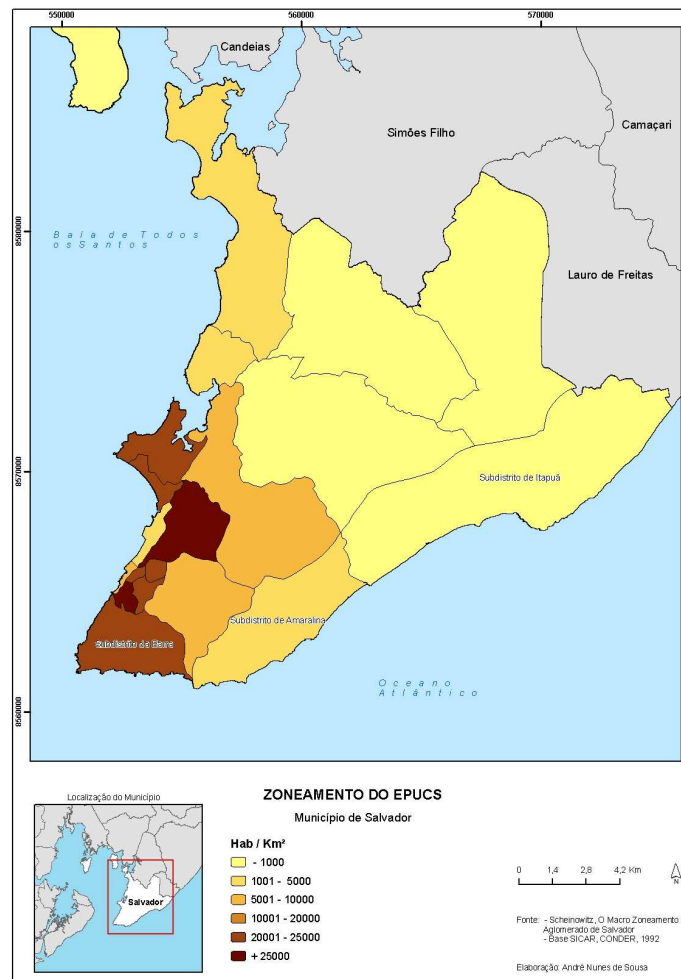


Figura 6: Mapa de Zoneamento de Salvador

Fonte: Base Cartográfica CONDER adaptada da SEI, 2010; e adaptado de Scheinowitz, 1998.

Uma publicação da qual nos fala o professor Vasconcelos (2002), elaborada quando da ocorrência do Congresso Internacional de Geografia no ano de 1956, já evidenciava a preferência dessas famílias abastadas pela costa oceânica.

Os autores mencionaram que os vales permaneciam desocupados, e que “a conquista desses vales está se processando de poucos anos para cá, por companhias de loteamento...”. Destaca-se a divisão efetuada pelos autores, da localização das classes em Salvador. A “classe mais abastada” estava localizada na Vitória, Graça, Barra, Barra Avenida e em casas ao longo das praias atlânticas. As “classes médias” residiam em Nazaré, Barbalho, Santo Antônio e Soledade. Finalmente, a “população pobre” se concentrava na Liberdade, São Caetano, Uruguai, Massaranduba e Penha (...). (p. 321).

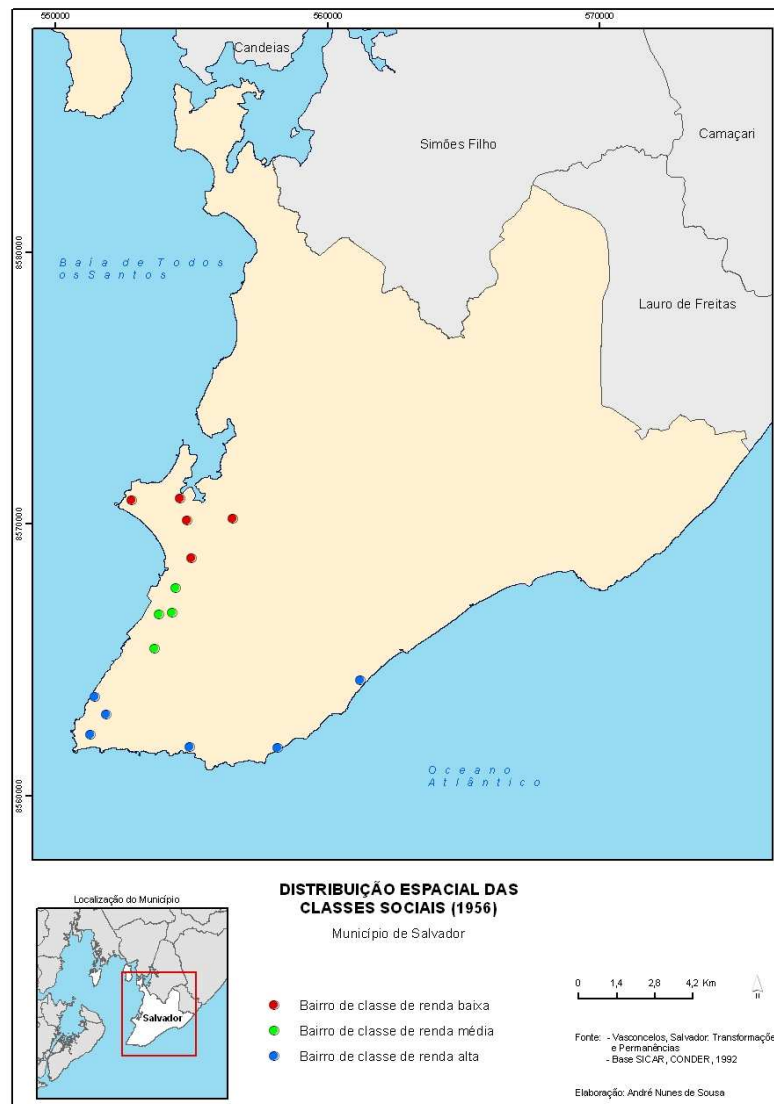


Figura 7: Mapa de Distribuição espacial das Classes Sociais  
Fonte: Base Cartográfica CONDER adaptada da SEI, 2010

Dentre as vias criadas entre as décadas de 1940 e 1970, as que tiveram maior relevância no processo de “desbravamento” da costa atlântica de Salvador foram: a ligação entre Amaralina e Itapuã e a avenida Centenário (1949); as avenidas Ademar de Barros e Cardeal da Silva (1967); av. Anita Garibaldi (1969); av. ACM (1968); av. Juracy Magalhães, Octávio Mangabeira e Pinto de Aguiar (1971); Luís Viana Filho (1974); e av. Orlando Gomes (1977) (SCHEINOWITZ, 1998, p. 33-37).

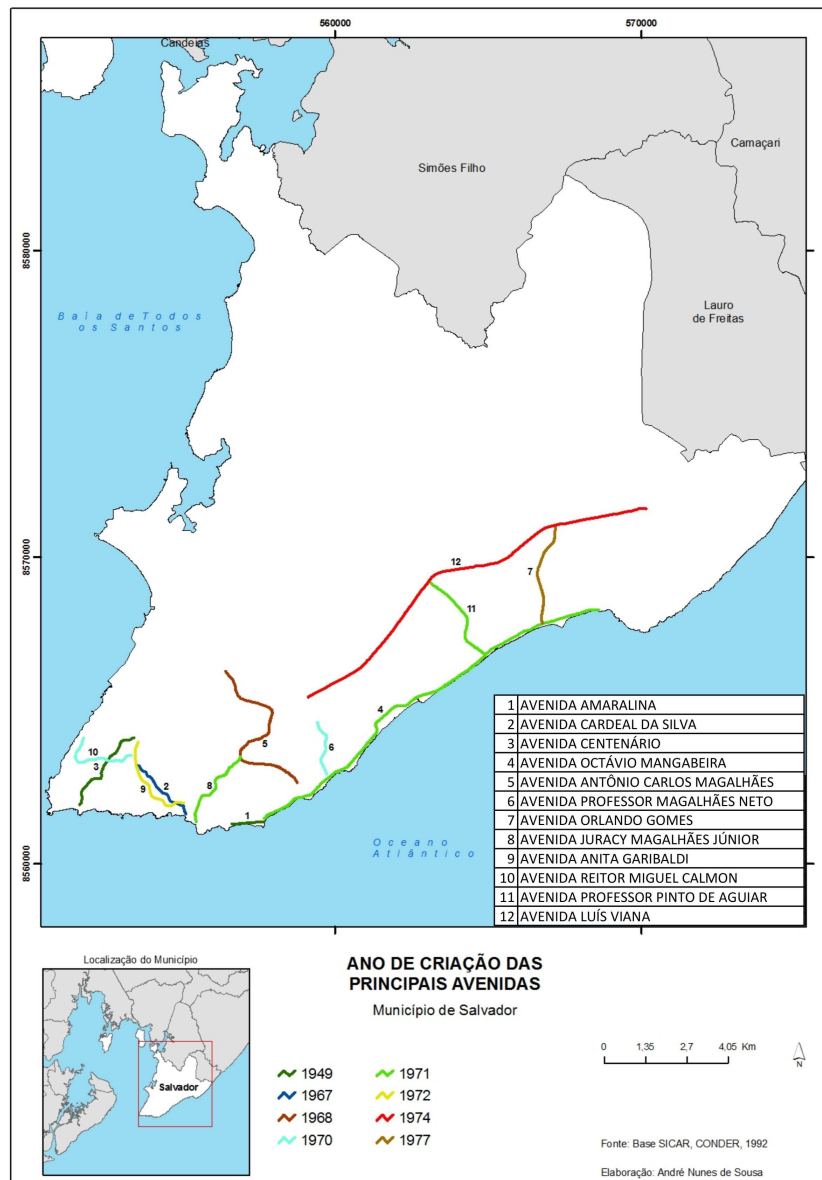


Figura 8: Mapa de Criação das Principais Avenidas Base Cartográfica CONDER, 1992, e Base Cartográfica CONDER adaptada da SEI, 2010

Durante as três décadas que antecederam a metropolização de Salvador, e condicionados pelas normas vigentes a cada momento do planejamento da cidade, os sub-distritos de Amaralina e Itapuã, que correspondiam a quase toda a extensão da orla marítima, foram tratados como zona residencial de baixa densidade.

Este ordenamento territorial foi de imediato subvertido por um processo de verticalização que logo se iniciou, sobretudo nos bairros do Rio Vermelho, Pituba e Amaralina, bem como por episódios de ocupação de terras, marco histórico de luta dos movimentos sociais de Salvador, como fora observado na ocupação Bico de Ferro (1958, Boca do Rio) que contava com mais de mil famílias durante a ocupação (VASCONCELOS, 2002).

### **2.2.2 - Salvador Metrópole**

  bem verdade que a acessibilidade física   orla permitida pelas novas vias que rasgam ou serpenteiam o acidentado relevo da cidade inaugura um novo período em Salvador. A inclina o da popula o soteropolitana para a costa oceânica se realiza e se evidencia. Trata-se, todavia, de um movimento dial tico no qual se somam   acessibilidade física as representa es que acompanham a produ o da cidade, os novos serviços, a busca por espaços a serem ocupados numa cidade marcada pela acentuada restri o no acesso às terras, etc.

Definido como um dos núcleos das regiões metropolitanas estabelecidas pela legisla o federal a partir de 1973, Salvador reafirma sua posi o de "n " numa rede de cidades sobre a qual potencializa sua influência.

Dando continuidade   expansão da malha viária e do novo vetor da cidade, outros importantes equipamentos urbanos são concebidos pelos poderes governamentais. O Estado reestrutura suas políticas e institui es de planejamento: a prefeitura cria o



Órgão Central de Planejamento – OCEPLAN (1970), que desenvolve o Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Salvador – PLANDURB (1975-1978), e o governo do estado atribui novas funções à Conder (1974), que desloca suas atenções do Recôncavo Baiano para a Região Metropolitana recém criada (VASCONCELOS, 2002).

No fluxo dessas transformações surgem equipamentos que tentam impulsionar Salvador a se inserir na rota das cidades turísticas como no caso o Centro de Convenções (1975), construído no bairro de Armação sobre parte do complexo dunar e a poucos metros da orla atlântica. É ainda neste fluxo e articulado às novas vias que Salvador observa nas décadas de 1980 e 1990 um “boom” de centros de serviços que tomam a forma de *shoppings centers*, pequenos prédios comerciais, hotéis, bares, restaurantes, estabelecimentos de saúde, dentre outros, deslocados para o novo vetor da cidade, atestando a decadência econômica do centro antigo (VASCONCELOS, 2002).

A nova disposição espacial da rede de serviços acelerou o adensamento populacional crescente desta porção da cidade. Grandes loteamentos nascidos de iniciativas de alienação de terras promovidas pelas gestões municipais passaram a competir com núcleos de habitação precária que neste momento já se faziam presentes ao longo de toda a orla oceânica (VASCONCELOS, 2002).

A administração pública municipal, em consonância com o governo do estado, ainda em meados dos anos 1970, passou a trabalhar sistematicamente na elaboração de planos de fomento ao turismo, o que perpassava por questões de cunho infraestrutural no intuito de ordenar o crescimento do aglomerado de Salvador.

Encontramos um rico relato desta fase do planejamento urbano da capital baiana e entorno no livro intitulado *O Macro Planejamento da Aglomeração de Salvador* (1998), escrito por um profissional que trabalhou nos planos de ordenamento territorial de

Salvador nos anos compreendidos entre as décadas de 1970 e 1990, o urbanista Scheinowitz.

A Bahia passou a dispensar mais atenção à sua costa oceânica a partir de 1973, mesmo ano em que foi elaborado um documento preliminar relativo ao “*Remanejamento da Orla Marítima – trecho compreendido entre a Barra e a foz do Rio Pojuca*” (SCHEINOWITZ, 1998, p.80).

Se debruçando sobre o texto expresso pelo documento preliminar, Scheinowitz (1998) relata que a ocupação do litoral, a qual esse mesmo documento qualifica de desordenada, se dirigia para um comprometimento de uma porção da cidade com grandes potenciais no tocante ao lazer para a população da cidade.

O urbanista mostra-se contente com os sinais emitidos pelo governo federal, que apontam para um alinhamento ideológico com as políticas locais realizadas no estado da Bahia, demonstrando um maior interesse em dotar de mais infraestrutura a orla marítima:

Francamente entusiasta com as medidas tomadas na Bahia, o governo federal, nas suas recomendações para uma estratégia urbana no Nordeste, incluídas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), pede à região que cuide da ‘ordenação da ocupação da orla marítima, preservado-se o patrimônio histórico e valorizando-se a beleza paisagística, com vistas ao desenvolvimento do turismo interno e internacional’. Com isso, nossa equipe de planejamento obtém sua primeira e mais importante vitória, a conscientização das autoridades e da população em geral que a orla marítima é uma faixa nobre e frágil que deve ser preservada e utilizada em função disso. (SCHEINOWITZ, 1998, p. 84)

No campo representacional, há de se ler as palavras de Scheinowitz como as de um técnico respaldado pelo Governo Estadual e que ressoa as intenções de um ordenamento territorial e de uma paisagem que trazem à luz a “vocação” para o turismo de Salvador.

Para a sistematização do documento, a zona costeira que se estende da praia do Porto da Barra até Açú da Torre no município de Mata de São João (Litoral Norte da Bahia) foi segmentada em três setores: Barra – Pituba, Pituba – Itapuã, Itapuã – Açú da Torre.

O último setor será deixado de lado aqui, embora nos traga claros indícios dos caminhos trilhados pelo planejamento do Litoral Norte durante as décadas seguintes. Trata-se, sem lugar para dúvidas, de uma extensão e expressão exemplar da maritimidade engenhosamente articulada pelas gestões municipal e estadual com respaldo do governo federal.

### **2.2.2.1 - Barra – Pituba**

O documento e as avaliações que datam da década de 1970 faziam menção a um trecho de orla dotado do que considerava boa infraestrutura, problemas pontuais e grande potencial turístico-paisagístico.

A totalidade da faixa Barra-Pituba exhibe um cenário de grande valor paisagístico, tanto pelos seus elementos naturais, quanto pelos equipamentos culturais incluindo um importante patrimônio monumental. Alguns setores são de grande animação turística e a localização dessa parte da orla dentro da malha urbana facilita sua utilização pela população local e pelo número crescente de visitantes de fora. (SCHEINOWITZ, 1998, p. 87)

O que estava em jogo era a consolidação na costa oceânica de Salvador da imagem turística urbana.

Scheinowitz (1998, p.89) propõe novos aparelhos recreacionais e de infraestrutura básica para que população local e turistas pudessem participar da “animação” do local e do “lazer tradicional da área”.

O Forte de Santa Maria poderia fornecer o cenário para espetáculos de ‘som e luz’. Imagino personagens históricos em trajes da época, desembarcando com patentes ‘*del Rei*’ [...]. Para completar o quadro de lazer integrado à natureza, é

sugerida a construção de um anfiteatro, junto ao mar, numa curva de caminho à beira-mar que leve ao late Clube. Medidas suplementares tais como a transformação do morro Clemente Mariani em jardim público e a criação de um mirante no largo de Santo Antônio da Barra, são igualmente sugeridas. (SCHEINOWITZ, 1998, p. 90)

São sugeridas, além dos equipamentos, outras medidas urbanísticas como alargamento de ruas, consolidação de algumas vias como de mão-única, interdição de alguns trechos para o acesso de automóveis, dentre outras que, como a maioria das recomendações, nunca saíram da prancheta.

Afora os projetos pensados para a malha viária imediata à orla, foi implantado sem grandes restrições um conjunto hoteleiro, seguido de bares e restaurantes que se estendem com certa constância entre o bairro da Barra e o bairro da Pituba.

Sobre os desdobramentos do projeto elaborado para o trecho Barra – Pituba, Scheinowitz (1998) argumenta que a descontinuidade do projeto esteve em muito atrelada à mudança dos gestores governamentais. A sucessão do grupo político liderado pelo ex-senador Antônio Carlos Magalhães por uma nova legenda partidária significou, para Scheinowitz (1998), um retrocesso no aproveitamento das potencialidades turístico-paisagísticas da orla marítima soteropolitana.

Observa-se no texto do urbanista, além de seu contentamento com a gestão do grupo político que viria a dominar, nas duas décadas seguintes, a sucessão de governos estadual e municipal na Bahia e na capital baiana, sua crença no modelo nascente à época (ao menos no Brasil) de cidade (e de orla) pautado nos ditames do *city-marketing*.

Suas propostas de intervenção casavam com a nova concepção de cidade como mercadoria-cultural que, de tendência, tornava-se realidade, direcionando as políticas governamentais para o espaço por elas concebido.

A descontinuidade (ou seria a continuidade?) política, além das contradições inerentes aos processos urbanísticos importados de outros contextos socioespaciais, parecem ter sido fatores decisivos para a não efetivação do plano em sua totalidade.

#### **2.2.2.2 - Pituba – Itapuã**

Essa porção da orla até então bem menos adensada aparecia com características e potencialidades bem distintas do primeiro trecho observado. O Centro de Convenções recém criado, o aeroporto acessado com mais facilidade pelas novas vias, a disponibilidade de grandes loteamentos, etc., davam a essa linha de praia um potencial de uso extraordinário que, porém, trazia consigo uma série de estigmas espaciais que precisavam ser superados, sobretudo os de distanciamento do centro urbano.

O Plano tratou de se concentrar em tópicos-guia tais como zoneamento, ocupação-gabarito-construção, sistema viário e equipamentos, e mais uma vez foi contemplado de modo pontual tornando muitas recomendações letra morta (SCHEINOWITZ, 1998).

Para Scheinowitz (1998), as principais dificuldades encontradas para a efetivação desse plano estiveram pautadas, sobretudo, na desarticulação entre as diversas esferas do Estado, bem como na propriedade de terras que já não mais pertenciam ao Estado.

Porém, segundo o urbanista, nem tudo foi perdido e os ganhos mostraram-se mais significativos que aqueles do primeiro trecho tratado pelo Plano. Algumas das propostas intencionadas pelo documento concretizaram-se, tais como: a construção das avenidas Orlando Gomes e Jorge Amado, a proteção e recuperação dos parques de Pituaçu e Abaeté, além dos jardins a beira-mar (SCHEINOWITZ, 1998).

Por ora, pode-se afirmar que as intervenções esboçadas e empreendidas que apresentamos até aqui, tais como as que serão observadas nos próximos tópicos, participam de uma construção dialética na qual as intervenções espaciais possibilitam a difusão de uma imagem de cidade, mas que discursos e representações também criam a “atmosfera” necessária para a consolidação/efetivação dessas intervenções.

### **2.3 - O Projeto de Valorização da Orla de Salvador (1984)**

O desdobramento do documento em intervenções pontuais não cessou a vontade dos gestores públicos de trazer à tona as potencialidades turísticas da orla oceânica.

Após uma Missão do Banco Mundial – BIRD e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE que desencadeou num projeto preliminar de viabilidade econômico-financeira, cujo órgão executor foi a BAHIAATURSA, e em resposta às recomendações da CONDER, foi elaborado um documento que propunha obras urbanísticas a fim de intervir na paisagem da costa marítima de Salvador instalando nessa faixa da cidade mais infraestrutura e ampliando seu potencial turístico-paisagístico (BAHIAATURSA, 1984).

O novo projeto propunha, em síntese, intervenções nas áreas de infraestrutura, sistema viário, parques (divididos em pequeno, médio e grande porte) e equipamentos, num trecho que se estendia da Pituba até Itapuã.

No tocante à infraestrutura, foram realizadas obras de abastecimento de água, energia elétrica, drenagem pluvial e esgotamento sanitário. As intervenções no sistema viário visavam à construção de um canteiro central, recuo para ônibus, além de pequenas vias de acesso para os moradores locais (BAHIAATURSA, 1984).

No que se refere aos equipamentos, o Projeto atuou na padronização das barracas de praia (387 no total), que já se constituíam num traço marcante da paisagem local, cabines telefônicas/orelhão e abrigos de ônibus igualmente padronizados, além de postos policiais (6 ao todo). (BAHIATURSA, 1984)

Há de se destacar a implantação nesse período de seis parques urbanos denominados de: Jardim dos Namorados, Jardim de Alah e Boca do Rio (pequeno porte, variando de 40.000 a 70.000m<sup>2</sup>); Corsário e Parque dos Coqueiros (médio porte, entre 85.000 e 95.000m<sup>2</sup>); e o Parque Aero clube (284.000m<sup>2</sup>).<sup>13</sup> (BAHIATURSA, 1984)

De maior relevância, tem-se nesse processo a transferência do Aero clube da Bahia para a Ilha de Itaparica, sendo indenizado através de um acordo firmado entre o mesmo, a CONDER e a prefeitura municipal de Salvador, tornando terreno público uma área de 232.000m<sup>2</sup>, que foi posteriormente ocupado por um *shopping* numa transação polêmica.

#### **2.4 - Plano de Estruturação da Orla (1988)**

Expressando interesse por uma política de participação social, é apresentado, quatro anos mais tarde, um plano de estudos e recomendações (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 1988) que intenciona atuar junto com a sociedade civil organizada discutindo os caminhos da orla atlântica de Salvador.

O referido estudo serviu de base para a formulação de modelos de estruturação do espaço urbano, que, segundo o relatório, baseiam-se nos interesses manifestos por segmentos da sociedade, tais como empreendedores imobiliários, moradores e

---

<sup>13</sup> Dos parques pensados pelo projeto, nem todos se tornaram realidade. Alguns se transformaram em grandes terrenos ociosos carentes de infraestrutura (Jardim de Alah e Boca do Rio) e outros foram construídos parcialmente (Parque Atlântico – Aero clube, Parque dos coqueiros). A exceção dentre os parques localizados na orla atlântica, projetado posteriormente, é o Parque de Pituaçu, que conta com infraestrutura relativamente boa e que recebe um bom público diariamente.

frequentadores da orla de modo geral. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 1988)

A publicação resultante dos trabalhos realizados admite suas razões de ser a partir do processo de ocupação da orla nas décadas que lhe antecedem donde a realidade se configurou de modo distinto daquele intencionado pelos Planos anteriores.

A definição de uma imagem-objetivo, de forma clara e definitiva para a orla é uma forma de garantir ao empreendedor que as regras estabelecidas não serão constantemente alteradas, dando-lhes a segurança do melhor investimento a ser feito. Obviamente com o correr dos anos, pequenos ajustes e correções se farão necessários sem que, entretanto, seja alterada a filosofia do modelo adotado. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 1988, p. 07)

Fazendo uso do discurso da competência (CHAUÍ, 2003), o documento garante sua eficiência dado a forma como foi concebido: estudos técnicos minuciosos para cada área ou setor do recorte considerado e sob consulta da sociedade.

Certo é que a metodologia de trabalho dita participativa não fica tão clara nos relatórios resultantes do Plano: diretrizes, maior detalhamento quanto aos agentes ou grupos envolvidos, quantidade de participantes e de reuniões, são algumas questões não reveladas pelo relatório.

O referido estudo acaba por centrar suas atenções em setores estratégicos tal como fez o Plano precedente: infraestrutura, vias e equipamentos.

O que há de novo nesse estudo é que as aglomerações de habitação precária ganham relevância e se tornam tópico especial a ser trabalhado pelo Plano.

Fala-se a partir de então das referidas aglomerações como realidade que não podem ser negligenciadas, da prioridade em atendê-las do ponto de vista da infraestrutura básica e de mecanismos de restrição, tal como zoneamento e fiscalização, que não permitam o comprometimento do potencial turístico-paisagístico da orla atlântica.



O Plano de Estruturação da Orla, juntamente com o Projeto de Valorização da Orla de Salvador que o antecede, marca uma fase de projetos sistemáticos propostos pelos governos municipal e estadual para a orla atlântica de Salvador.

As últimas décadas foram decisivas para enquadrar Salvador na lógica do planejamento urbano estratégico, seguindo os ditames do *city marketing*. Concebida no seio desta concepção ideológica de cidade, aparelhada por uma “indústria da representação”, Salvador distanciou/desarticulou suas duas orlas que já não mais se distinguem somente por suas bases estruturais, balneabilidade ou características da linha de costa.

O mapa apresentado na figura 9 demonstra a partir de dados extraídos do censo demográfico do ano de 2000, tomando como base o salário mínimo vigente naquela época, a concentração espacial de renda em Salvador, segundo faixas de renda trabalhadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

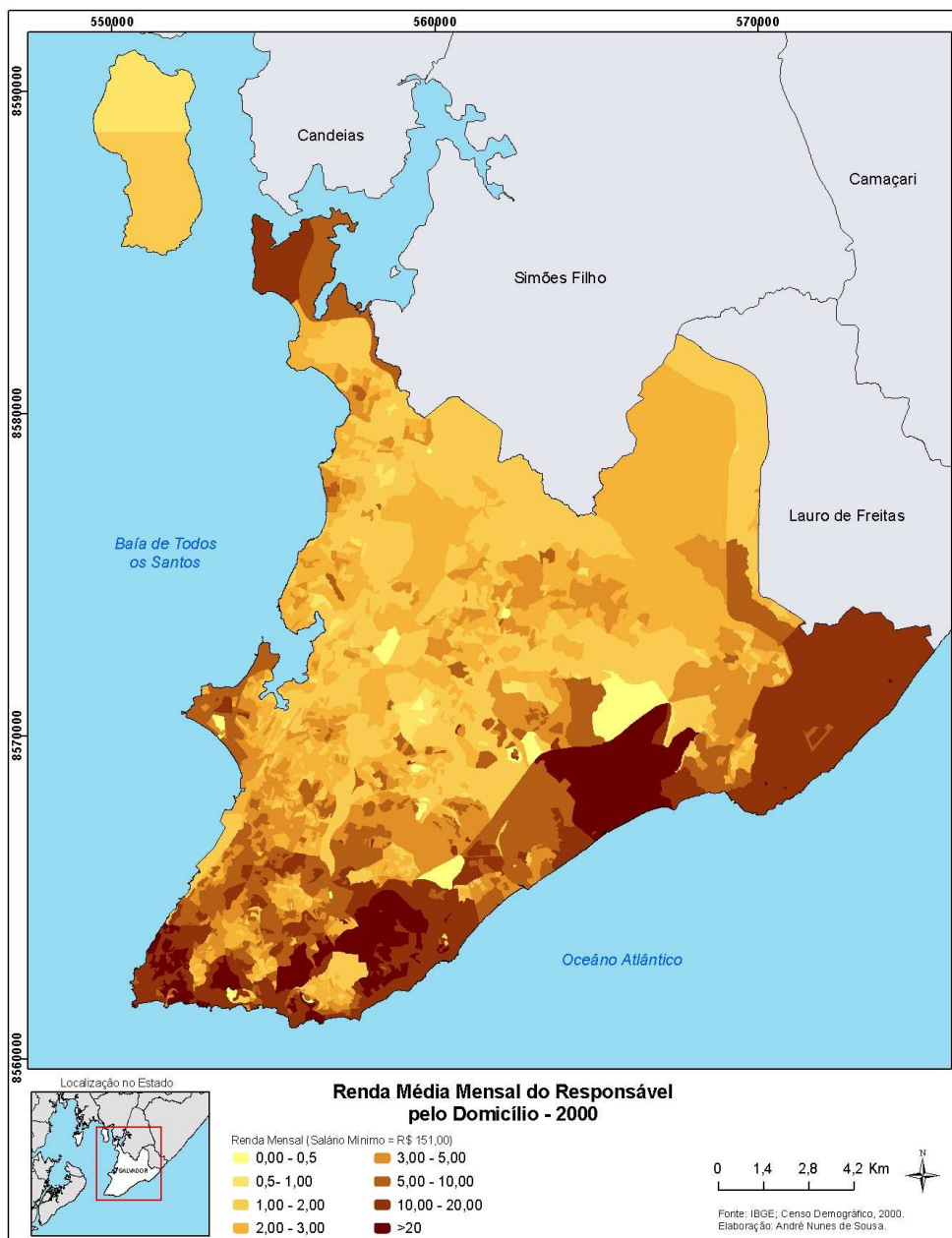


Figura 9: Mapa de Renda Média Mensal do Responsável pelo Domicílio 2000  
Fonte: Base Cartográfica CONDER adaptado da SEI, 2010 e Dados dos setores censitários, IBGE, 2000.

O mapa apresentado (figura 9) possibilita uma aproximação em relação a atual organização espacial da cidade de Salvador, além de demonstrar uma clara preferência da parcela da população de renda mais elevada pelo novo vetor da cidade.

Elaborada a partir dos dados censitários do IBGE, esta representação traz algumas particularidades tais como uma concentração expressiva de faixas de renda mais elevada a noroeste da cidade – território militar, além de setores pontuais que parecem concentrar mais pobreza do que na realidade podemos observar.

Como se trata de um cálculo de média, verifica-se em alguns poucos casos a existência de pequenos núcleos de habitação precária em grandes terrenos, o que resulta, quando se efetiva o trabalho cartográfico, na representação de alta concentração de pobreza para determinados setores, o que é logo desmentido através de uma observação atenta sobre as imagens de satélite e pelo nosso conhecimento sobre a cidade.

Afora estas exceções, o mapa apresentado revela quão desigual se dá, na atualidade, a distribuição de renda dos responsáveis pelos domicílios ao longo das duas orlas de Salvador.

As intervenções efetuadas pelos poderes governamentais, ao longo das quatro últimas décadas, foram decisivas para o adensamento deste novo vetor. As transformações pelas quais passou esta porção da cidade foram, igualmente, imprescindíveis para que a população de renda mais elevada optasse por essas áreas em detrimento do centro antigo e da orla da Baía de Todos os Santos, além de intencionar o desenvolvimento de uma imagem-padrão de litoral construída pelas gestões públicas e pela iniciativa privada, contudo, desarticulando-a da totalidade da cidade.

### 3.0 - PAISAGEM: VEÍCULO DE IDEOLOGIAS

No capítulo precedente traçamos um panorama da formação socioespacial da orla marítima de Salvador partindo das intervenções empreendidas, sobretudo, pelos poderes governamentais nas últimas décadas. Concentramos nossos esforços no estudo detalhado das representações formuladas pelo setor técnico-institucional respaldado pelos governos estadual e municipal.

A nossa proposta, de agora em diante, é examinar outros modos de representações elaboradas por agentes sociais distintos aos já analisados, embora, trabalhando ainda de início, no campo técnico-institucional. Serão observadas primeiramente as representações concebidas por agentes institucionalmente legitimados a planejar os rumos da cidade, no intuito de avaliar a relação dialética destas com outros modos de representação.

O objetivo é demonstrar o poder da paisagem (e suas imagens), concebida ou intencionada por outros agentes sociais, como veículo de ideologia. Ideologia que ganha em força e amplitude em função das representações a elas associadas (LEFEBVRE, 2006b).

Partindo das indicações de Jean-Paul Sartre (2008), distinguiremos a *coisa* da *imagem da coisa*, o que significa, no nosso estudo, a *paisagem* das *imagens de paisagem* para verificarmos as facilidades ou restrições encontradas por aquele que se ocupa de intervir sobre estas duas categorias – paisagem e imagem.

Se o termo (ou noção de) paisagem surgiu, no século XV, como referência a um enquadramento da natureza, como “aquilo que se vê da janela”, onde se guarda para os sujeitos um papel secundário (CLAVAL, 2004), este deve ser superado se pretendemos avançar nas teorias geográficas.

Entender a paisagem como categoria fenomênica significa pensar que “o mundo que o indivíduo percebe jamais é objetivamente dado” (CLAVAL, 2004, p. 48), e que há na percepção e elaboração da base material sobre a qual vivemos elementos que nos possibilitam desvendarmos o mundo e imaginá-lo com outras “cores” (BACHELARD, 1998, 2002; SARTRE, 2005, 2008).

Embora a paisagem também seja uma imagem, as imagens que forjamos da paisagem (fotografias, gravuras, pinturas, etc.) não são a paisagem.

Esta distinção entre paisagem e imagem de paisagem auxiliará nas observações sobre as estratégias que recaem sobre a paisagem aparente, “concreta”, e as que tentam garantir as bases de futuras intervenções, difundindo, para isso, imagens e ideias de beleza, cultura, modernidade, etc.

Desse modo, compreenderemos melhor as formas de representação utilizadas pelos grupos/agentes analisados pela pesquisa e qual o poder e/ou limitações das suas respectivas estratégias.

Não mais discorreremos de modo sistemático sobre o processo histórico de ordenamento territorial da orla marítima e a formação de suas paisagens, mas, sobre as representações que, embora sejam algumas delas apresentadas nas nossas análises como intervenções espaciais, nos interessam muito mais pelos discursos que carregam (DUNCAN, 2004).

Dando continuidade à análise das transformações ocorridas nas paisagens da orla oceânica, iniciaremos por um tópico que traz uma série de discursos, argumentos e contra-argumentos que expressam os anseios de alguns grupos sobre as formas e funções da orla marítima.

### **3.1 - Um pouco mais de representação técnico-institucional**

Em fevereiro de 2008, a Câmara de Vereadores de Salvador aprovou, após uma sessão bastante tumultuada, o projeto de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Dentre os pontos mais polêmicos debatidos durante os três dias de apreciação e votação do documento, estão aqueles que tratam de questões urbanísticas que visam modificar as formas espaciais da orla oceânica.

Para a efetivação do plano expresso pelo documento, a planície litorânea, tratada como Bordas Marítimas, é segmentada em Borda da Baía de Todos os Santos e Borda Atlântica.

As Bordas Marítimas são assim definidas no Art.236 do Capítulo V da Lei 7.400/2008: “A área de Borda Marítima, ABM, é a faixa de terra de encontro com o mar, compreendida entre as águas e os limites por trás da primeira linha de colinas ou maciços topográficos que se postam no continente, em que é definida a silhueta da cidade” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2008).

Para detalhamento do Plano, a planície litorânea é novamente segmentada, desta vez em trechos que totalizam doze, estando seis trechos compreendidos na Borda da Baía de Todos os Santos e seis, na Borda Atlântica.

Para a Borda Atlântica, tem-se os trechos enumerados na ordem que vai do trecho 6 ao trecho 12, sendo respectivamente: Farol da Barra – Centro Espanhol; Ondina – Bacia das Moças; Alto da Sereia – Amaralina; Pituba – Armação; Boca do Rio – Jaguaribe; Piatã – Itapuã; Stella Maris – Ipitanga.

O Plano define para as Bordas Marítimas diretrizes gerais e diretrizes específicas para cada trecho. Para a Borda Atlântica, o documento traz como diretrizes gerais através do seu Art. 238:

I – Incentivo às atividades de serviço com ênfase em lazer, cultura e turismo, especialmente a hoteleira;  
II – Requalificação da urbanização dos espaços compreendidos entre a faixa de praia e a primeira quadra edificada, especialmente dos espaços públicos, dotando-os de equipamentos e mobiliário adequado;  
III - controle da altura das edificações nas primeiras quadras próximas ao mar, limitada pela possibilidade de sombreamento da praia no período das 8:00 (oito horas) até as 16:00 (dezesesseis horas), e resguardando a ventilação dos espaços interiores. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2008)

No tocante às diretrizes específicas, aparecem como algumas ações que devem ser empreendidas pela administração municipal: o incentivo para a implantação de novos usos residenciais, incentivo à substituição de edificações deterioradas, ampliação de calçadas, adoção de solução viária, proteção aos marcos referenciais e à paisagem, dentre outros.

Pois bem, partindo da premissa de que “não há forma sem conteúdo e não há conteúdo sem forma” e que “aquilo que se oferece à análise é sempre uma unidade entre a forma e o conteúdo”, Lefebvre (2006a, p.87) nos apresenta uma sistematização que serve como mediação nas análises que desenvolvemos aqui.

O filósofo nos fala das formas contratuais e das formas do objeto (prático-sensível) como possibilidade de análise do discurso urbano, da fala da cidade, da cidade como mediadora que transmite a ordem distante à ordem próxima (LEFEBVRE, 2006a). Algo que pode ser comparado ao que Duncan (2004) descreve como intertextualidade, segundo a qual, para uma análise profícua da paisagem, deve-se associar à sua “leitura” outros textos normativos para a sociedade.

Foi pensando nestes termos que iniciamos o presente capítulo nos debruçando sobre a forma contratual para, posteriormente, seguirmos questionando a forma do objeto, esta, à “espera de um equilíbrio e simetria exigidos dos objetos ou por eles desmentidos” (LEFEBVRE, 2006a, p. 90).

Dito de outro modo, parte-se desse discurso oficial, acordado na forma de lei e apresentado através do PDDU, para uma análise do que pensam alguns pesquisadores, no que concerne às formas que poderão ganhar a orla marítima.

No decorrer de quatro meses foram coletados junto aos dois jornais impressos mais lidos na cidade reportagens que tratam da orla oceânica de Salvador, através da abordagem de temas diversos. Estas reportagens serão apresentadas em tópicos posteriores a este. De início, traremos as palavras do então prefeito da cidade, o Sr. João Henrique Barradas, em entrevista concedida ao jornal Correio da Bahia e publicada no sitio do jornal no dia 28 de dezembro de 2008.

**Correio da Bahia:** Que tipo de impacto o PDDU terá na orla? Como imagina a orla daqui a quatro anos?

**Prefeito:** Eu imagino a orla de Salvador igual a de Miami. Eu não gosto de ver a orla de Salvador tão maltratada como ela esteve nas últimas décadas. Eu diria que o último grande investimento foi quando João Durval foi governador, há quase vinte anos. Enquanto Fortaleza, Recife, Aracaju, Maceió e todas as orlas do Nordeste se modernizaram, a orla de Salvador parou no tempo. O investimento maciço na área de hotelaria foi para o Litoral Norte. Aqui na orla de Salvador não se teve o cuidado de modernizar, de atrair hotéis, resorts, de dar vida noturna à orla. Na orla de Salvador estão trechos que estão de fazer vergonha [...] então, o que imagino daqui a quatro anos é uma orla com vida noturna, que não tenha apenas borracharias. (CAVALCANTE, VALPORTO, ROCHA, 2008)

Indagado sobre uma polêmica que se arrasta desde o ano de 2006, acerca de um conjunto de barracas de praia que, segundo a ação civil pública ajuizada pelo MPF (Ministério Público Federal), deveriam ser remanejadas da faixa de areia para tornar livre a vista para o mar, vista tombada no ano de 1959, o prefeito argumenta:

**Correio da Bahia:** O projeto das barracas de praia de concreto será mantido?

**Prefeito:** Não. O juiz federal chegou a um acordo conosco e pouca coisa vai ficar sobre a areia, e o que ficar ainda assim respeitará a linha de preamar, definida pela SPU (Superintendência de Patrimônio da União). A SPU desenhou uma linha de preamar e dentro dessa linha nenhuma barraca vai ficar. Além disso, foi descoberto agora um tombamento de 1959 na orla, inclusive foi uma das coisas que a desembargadora colocou na decisão contra o PDDU.

Quando João Durval fez a reforma da orla, de Amaralina até Itapuã, em 1984, esse tombamento não apareceu. Agora, em 2008, aparece. E ele não é um tombamento só de beira-mar, ele vai até quatro quarteirões para dentro e isso também criou insegurança nos investidores. Esse tombamento passa, inclusive, pelo Aero clube, e esse é um dos motivos para a obra do shopping estar embargada. Agora, esse suposto tombamento de 1959 é controverso.

Nós achamos que ele não se aplica mais porque muita coisa foi descaracterizada. [...](CAVALCANTE, VALPORTO, ROCHA, 2008)





Figura 10: Desenho do prefeito feito sobre muro localizado na av. Octávio Mangabeira (orla atlântica).  
Fonte: Acervo do autor.

A ação civil pública que questiona a disposição espacial das barracas de praia, em sua maioria localizadas na faixa de areia, prevê a retirada de todo imóvel em condição de irregularidade localizados em terrenos pertencentes à União.



Figura 11: Barracas de praia – praia de Ondina.  
Fonte: Acervo do Autor.

A seguir, apresentamos a tabela 1, referente à proposta de intervenção, arquitetada pelo governo municipal, para equipamentos a serem instalados e removidos na orla oceânica. Essas ações urbanísticas estão inseridas no chamado Projeto Orla que visa recuperar trechos degradados da orla oceânica além de cumprir determinações judiciais impostas pela União.

Observa-se na tabela 1 a proposta da Prefeitura para a orla atlântica que pretende retirar 233 das 496 barracas existentes.

Tabela 1: Proposta de intervenção em equipamentos urbanos.

<b>Local</b>	<b>Quantidade de equipamentos Cadastrados</b>	<b>Quantidade de equipamentos propostos</b>
Piatã/Placafor	97	30
Jaguaribe	56	06
Pituba	09	04
Pituaçu/Patamares	31	18
Jardim de Alah	25	09
Itapuã	69	41
Amaralina	10	04
Ondina	19	10
Farol da Barra	06	04
Praia dos Artistas	30	20
Ipitanga	42	–
Stella Maris	34	33
Praia do Flamengo	28	14
Aleluia	25	16
Catussaba	10	04
Pedra do Sal	03	03
Paciência	01	–
Buracão	01	–
Jardim dos Namorados	–	16
Aeroclube	–	02
Parque Aeroclube	–	04
Canteiro Central de Pituaçu	–	25

Fonte: Adaptado de RIBEIRO, SANTOS (2009); EDITORIA DE ARTE / CORREIO (2009).

Os dados apresentados na tabela 1, reforçados pela série de representações que apresentaremos a partir de agora, nos permitirão, posteriormente, mapear as áreas que mais aparecem, nos discursos dos grupos/agentes analisados, como possibilidade de transformação das paisagens litorâneas da cidade. Por hora, analisaremos o que pensam alguns técnicos e acadêmicos a respeito das propostas do governo municipal.

Após contato que tivemos durante o *Seminário sobre a Orla Marítima* realizado no auditório do CREA-BA, em abril de 2009, promovido pelo Fórum de Entidades A Cidade Também é Nossa, o arquiteto Carl Von Hauenschild, estuudio da capital baiana, que já realizou consultorias na área de urbanismo para o Estado, concordou em colaborar com uma entrevista. Abaixo estão trechos do que falou o arquiteto sobre a dinâmica da cidade e as potencialidades dos instrumentos urbanísticos:

***Entrevistado:*** *Se tivesse uma visão a longo prazo, todos os planos/projetos chegariam a soluções fruto de uma lógica de um ideal de desenvolvimento imaginado. Sem isto, é a mesma coisa de dizer que na cidade não tem planejamento.*

[...]

*Nestes anos passados mudou a lógica do mercado imobiliário e as empresas imobiliárias reduziram o custo de juros do financiamento imobiliário, eliminando o custo das taxas de juros malucas. Então virou um sistema de autofinanciamento do mercado imobiliário. Isto foi um impacto muito grande no comportamento do mercado imobiliário e no desenvolvimento urbano da cidade.*

*Estas empresas vêm predominantemente de São Paulo e muitas vezes têm participação de capital internacional na busca de mais alto rendimento no Brasil – Espanha especialmente e fundos de outros países da Europa onde a crise econômica implodiu o mercado imobiliário de repente. As pessoas estão sem dinheiro para comprar imóveis de segunda residência normalmente vendidos a ingleses, alemães, franceses, etc. Então essas empresas buscam novos mercados no Brasil, pois aqui se remunera o investimento relativamente bem se comparado com a Europa e os demais mercados em crise.*

*A gente tem que conhecer esse conjunto para compreender o que está acontecendo em Salvador em função do grande aporte de capital de investimento que aconteceu concomitantemente ao prolongamento do prazo de pagamento dos financiamentos imobiliários, o que aumentou a procura de imóveis de novos segmentos de consumidores.*

[...]

*O mercado imobiliário extremamente aquecido assim é bastante penoso para a cidade, principalmente quando se trabalha por zona de grande extensão onde os índices urbanísticos valem para todos os seus lotes, sem distinção de microlocalização, de microclima, de topografia, de impactos paisagísticos e de sistema de infraestrutura urbana, etc. Não se trabalha como no sistema europeu que tem zonas, mas existe também um plano urbanístico por micro áreas que define as condições de aproveitamento e de uso e ocupação do solo. Não existe este instrumento complementar essencial aqui.*

*Quando os Planos Diretores não são formatados pelas condicionantes mínimas definidas pelo Estatuto da Cidade (Capítulo III) estão condenados ao fracasso ou não dão a mínima garantia de sua aplicação nas gestões subseqüentes, nem garantem a sustentabilidade de um desenvolvimento planejado. Não se pode continuar sem essa estrutura legal de instrumentos de gestão urbana num país onde 84% da população habitam em áreas urbanas.*

*Então a gente está entrando em Salvador numa sinuca em que a cidade não vai aguentar. Salvador vai virar uma São Paulo inadministrável e, ainda pior, sem os recursos próprios para investimentos essenciais de receitas fiscais das indústrias, do comércio e dos serviços que financiam investimentos estruturantes como a anel rodoviário, ferroviário, etc.*

*Num plano diretor, para fazer uma operação urbana você parte da delimitação de áreas com elevado potencial de coeficiente de aproveitamento, então com tal potencial o plano diretor cria a possibilidade de absorção de mais-valia imobiliária para o poder público investir em benfeitoria e infraestrutura públicas.*

O arquiteto Carl Von Hauenschild apresentou, além da entrevista, um vasto material que recolheu durante o Seminário de Frentes Marítimas ocorrido no ano de 2006, promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB-BA, no qual outros tantos técnicos e acadêmicos demonstraram suas preocupações sobre o futuro das orlas de Salvador. Do seminário promovido no ano de 2009, participaram acadêmicos de diversas áreas do conhecimento, representantes do CREA-BA, juristas envolvidos com as causas referentes à orla marítima e, de modo acanhado, cidadãos que não respondiam por nenhuma instituição.

Durante as duas noites em que ocorreu o *Seminário sobre a Orla Marítima de Salvador (2009)*, no qual me fiz presente, os discursos oscilaram entre posturas mais conservadoras sobre as formas que poderiam ganhar as paisagens da orla atlântica e argumentos que propunham restrições ao Plano, pautando-se em estudos técnicos que avaliassem a viabilidade do mesmo, sem excluir, contudo, a possibilidade de revisão do gabarito para alguns trechos da orla.

No tocante a uma consulta mais detalhada à população da cidade sobre o que pensam do Plano e da orla em particular e das formas de realização desta consulta, coube a mim e mais uns poucos representantes de associações de moradores da orla atlântica indagarmos aos demais participantes se não pensavam nessas questões. Parece que inexistem nos estudos apresentados uma consulta mais detalhada aos setores populares que revelem seus anseios, descontentamentos, reflexão ou opinião que seja sobre a orla marítima e seu futuro.

No *Seminário sobre a Orla Marítima de Salvador (2009)*, foi possível observar certo “alinhamento ideológico”, sem grandes confrontos de opinião, fato que parece lhe distinguir do seminário datado de 2006, intitulado de *Salvador e suas Frentes Marítimas*.

O material apresentado pelo arquiteto, como já foi dito, é vasto e abarca os relatos de um número expressivo de técnicos e pesquisadores acadêmicos que expuseram, no decorrer dos já mencionados seminários, em forma de textos e imagens, suas análises acerca das paisagens litorâneas da cidade.

No intuito de demonstrar um pouco desse rico e longo material, serão apresentadas agora duas passagens emblemáticas de palestras proferidas no seminário *Salvador e suas Frentes Marítimas*, que traduzem um pouco as elaborações que fazem dois dos expositores do seminário sobre os espaços litorâneos da capital baiana, que se mostram em desacordo com os rumos tomados nos últimos anos pelas políticas de planejamento e gestão da orla marítima efetuadas pelos poderes governamentais.

As passagens transbordam o recorte espacial, visitando a orla da Baía de Todos os Santos.

*A cidade de Salvador “desurbaniza-se” e “desciviliza-se”, não só em razão de uma curiosa simbiose no trato da relação entre o espaço público e o espaço privado, mas também na sua forma de gestão [...].*

*Pode-se dizer que a Orla — a valorizada socialmente — é objeto de uma “legislação urbanística à la carte”. Altera-se a legislação urbanística segundo os interesses da especulação imobiliária cuja penetração e influência no aparelho de Estado são cada vez maiores. Ou, simplesmente, descumpre-se esta legislação em nome de uma hipotética dinamização do sub-setor da construção civil orientado para moradia, de uma suposta geração de emprego ou, pasmem, em nome da segurança nacional, a exemplo de um centro de convenções e de um hotel da Aeronáutica, ora em edificação no antigo Morro do Cristo. Cabendo também situações insanas como o loteamento promovido pelo atual governo municipal, implantado em plena área de praia para atender aos interesses da indústria cervejeira, cuja preocupação limita-se a intensificar a circulação de seus produtos.*

*A questão da ocupação da Área de Borda Marítima de Salvador não é, inicialmente, um problema técnico, mas é uma questão de eleição de valores. (SOUZA L. A., 2006)<sup>14</sup>*

*Quais potencialidades existiriam para transformar investimentos privados em melhorias públicas estruturantes para a área?*

*Sou cético: esta é uma tese neoliberal, rota. Entre nós, a prática mostra que tentar substituir uma coisa por outra tem gerado ações insustentáveis: como o Aeroclube Plaza Show, etc. Aquilo desestrutura uma possibilidade de parque como o “Aterro do Flamengo (RJ)” que é para toda a cidade [...].*

*O capital não investe sem retorno assegurado, senão quebra. O mais estrutural é papel do poder público, pensar o contrário é uma falácia. Coisa comum num país onde as “ideias fora do lugar” proliferam. Só os ingênuos, neófitos e descompromissados pensam que o que é “bom” para Cancun, São Paulo ou Rio de Janeiro, pode se aplicar aqui, sem traumas.*

*Um bom projeto é capaz de atrair alguns investidores, mas a participação privada é apenas complementar.*

*Não estragar o ambiente natural, os bairros tradicionais, já é um investimento razoável. A longo prazo é o melhor investimento.*

*(SAMPAIO H., 2006)<sup>15</sup>*

<sup>14</sup> Luiz Antônio de Souza é arquiteto e professor da Universidade do Estado da Bahia - UNEB

<sup>15</sup> Heliodoro Sampaio é arquiteto e professor da Universidade Federal da Bahia - UFBA



Figura 12: Simulação de empreendimentos que não utilizaram e que utilizaram o TRANSCON<sup>16</sup> previsto pelo PDDU.

Fonte: Sampaio, 2006

As paisagens, história viva (SANTOS, 2006), participam do desenvolvimento da cidade como texto, contexto e pretexto (DUNCAN, 2004). Formas são representadas, em paisagem ou imagens de paisagem, apoiadas em um ambiente onde pesam muito os descontentamentos, tornando-se motivo para intervenções que consolidam determinadas ideias de mundo.

As paisagens, assim pensadas e assim concebidas, engendram uma série de discursos que reúnem o passado e o futuro sem oferecer, necessariamente, uma articulação entre os seus elementos. “Brotam” edifícios, equipamentos “públicos” e outros empreendimentos que escapam a uma elaboração continuada da população sobre a cidade.

A imagem de cidade, que tenta garantir Salvador como “nó” na rede de cidades internacionalmente turísticas, como veremos, é concebida num processo que ultrapassa as intervenções sobre o espaço construído, expressando-se, também, através de um conjunto de textos e imagens veiculadas por meios distintos aos já apresentados até o presente momento.

<sup>16</sup> Segundo Marcelo Lopes de Souza (2006, p.289-290), TRANSCON se define como “instrumento que permite que o proprietário que, por motivos de força maior, impostas por zoneamento ou medidas de preservação do patrimônio histórico-arquitetônico, não possa vir a utilizar plenamente o coeficiente de aproveitamento, aliene ou transfira o potencial construtivo a terceiros ou realize, ele mesmo, esse potencial construtivo em outro imóvel de sua propriedade”.

O conjunto de idéias, de formulações teóricas mais ou menos estruturadas, sobre as formas que devem ou podem assumir a cidade e a orla, ganha em força e amplitude valendo-se de uma série de representações que encontramos fora dos “círculos técnicos”, dos ambientes institucionais responsáveis pelo planejamento ou gestão da cidade.

Todavia, se as paisagens funcionam como veículo de ideias hegemônicas de mundo, também encontramos nelas elementos, em proporções que variam, que guardam restrições à difusão destas ideias.

Bem mais fácil, e disso não teremos dúvida, será para os agentes analisados trabalhar imagens de paisagem do que a própria paisagem. A imagem traz consigo essa “aura de inferioridade em relação à coisa” (SARTRE, 2008, p. 09).

### **3.2 - Imagem de Paisagem**

Pensar a imagem como diferente da coisa da qual ela é imagem, revela que a imagem também é imagem *de* alguma coisa. Ou seja, que “lidamos com uma relação intencional de uma certa consciência a um certo objeto” (SARTRE, 2008, p. 124).

Dito de outro modo, a consciência, através da intenção imaginante, ao apreender os objetos, cria suas imagens. Imagens as quais Sartre distinguiu entre imagem-lembrança e imagem-ficção, certo que existem tantas formas intermediárias entre estas duas.

Acreditamos, como Sartre, nas possibilidades intermediárias entre imagem-lembrança e imagem-ficção. Assumimos, também, a posição que admite diferentes graus de subversão no tocante à “leitura” do discurso hegemonicamente intencionado.



Os textos concebidos pelos agentes hegemônicos esbarram, em graus diferenciados, na leitura da população sobre a realidade, na leitura das disparidades sociais que revelam os objetos geográficos e sua organização.

São imagens que nos compelem a acreditarmos nas ideias de cultura, modernidade, beleza, etc, que veiculam. Contudo, o seu êxito será relativizado, sobretudo no capítulo seguinte, por alguns de nossos entrevistados.

Por ora, será demonstrada uma série de imagens, textos e gráficos coletados/produzidos, que revelam os modos como são apresentadas à população local e aos visitantes da cidade essas imagens de paisagem, concentrando-se em alguns veículos de comunicação e em alguns agentes considerados relevantes para essa produção/difusão.

### **3.2.1 - Imagens de Paisagem nos Jornais impressos**

Durante quatro meses nos dedicamos a coletar reportagens que trouxessem textos e/ou imagens que expressassem um pouco mais os modos como as paisagens da orla oceânica são concebidas ou elaboradas por diferentes segmentos da sociedade.

Apresentaremos os dados adquiridos, iniciando pela quantificação dos mesmos para, em seguida, partirmos para sua análise qualitativa. Isso nos possibilitará uma visão geral do fenômeno ao passo que detalharemos nosso estudo a partir de textos/imagens que consideramos emblemáticos e que confirmam as argumentações que desenvolvemos desde o início dessa pesquisa.

Antes de partirmos para a análise propriamente dita, cabe um parêntese para falarmos da tipologia que elaboramos para tratar os dados obtidos dos recortes de jornal.

Como tínhamos em mãos um grande número de reportagens e uma diversidade de temas, tentamos sistematizá-las e agrupá-las, de modo o mais fidedigno possível, para melhor operacionalizarmos as informações.

Para tanto, estabelecemos uma tipologia, a qual conceituamos, para os nossos objetivos, do seguinte modo:

- Balneabilidade satisfatória: recomendação de qualquer ordem ao uso da praia pelos banhistas.
- Balneabilidade insatisfatória: restrição ao uso por fatores que coloquem em risco a integridade física do banhista, como, por exemplo, poluição das águas ou maré agitada.
- Beleza paisagística: menção às qualidades estéticas da paisagem.
- Caracterização dos usos: descrição dos agentes/grupos e dos respectivos usos que realizam na praia.
- Conflito territorial: disputas territoriais entre agentes ou grupos sociais no tocante aos usos da praia.
- Esporte/Lazer: práticas esportivas e/ou de entretenimento realizadas nas praias.
- Festa: reunião de pessoas para confraternizar.
- Intervenção infraestrutural: ação dos setores público ou privado de modo a modificar as edificações localizadas na orla.
- Serviço satisfatório: prestação de serviço considerado de boa qualidade por frequentadores da praia ou imprensa.
- Serviço insatisfatório: prestação de serviço considerado de má qualidade por frequentadores da praia ou imprensa.
- Violência: qualquer atentado que ponha em risco a vida humana.

Dada a referida tipologia, apresentaremos de início, em ordem decrescente, todas as praias mencionadas pelos recortes de jornal e que estão compreendidas em nossa área

de estudo. Optamos por, em seguida, analisarmos quantitativamente as dez praias que mais aparecem por acreditarmos que estas nos possibilitam uma aproximação dos temas majoritariamente abordados. As menos expressivas, do ponto de vista quantitativo, serão, de certo modo, contempladas pelo estudo qualitativo. Foram coletadas 137 reportagens no decorrer de 16 finais de semana. Em ordem decrescente, evidenciam-se as seguintes praias nos recortes de jornal:

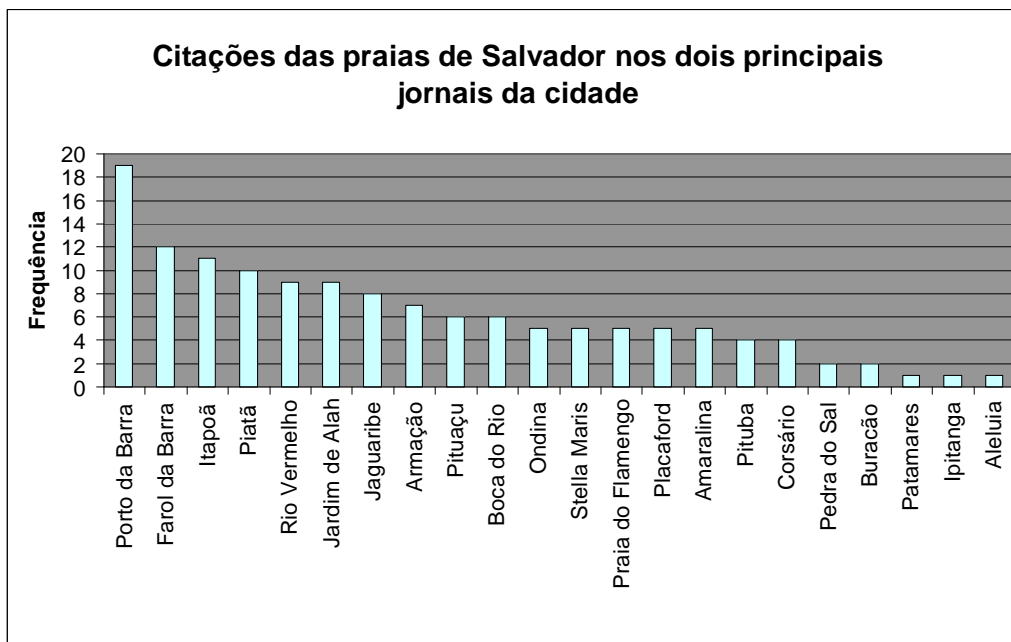


Figura 13: Citação das praias da orla marítima de Salvador nos jornais pesquisados.  
Fonte: Jornais Correio da Bahia e A Tarde, dez/08-mar/09.

O gráfico da figura 13 apresenta, de modo destacado, a pequena enseada do Porto da Barra como sendo a praia que mais aparece, somando dezenove reportagens e sobressaindo-se não só na porcentagem geral, como na variedade de temas ligados às reportagens como indica o gráfico seguinte.

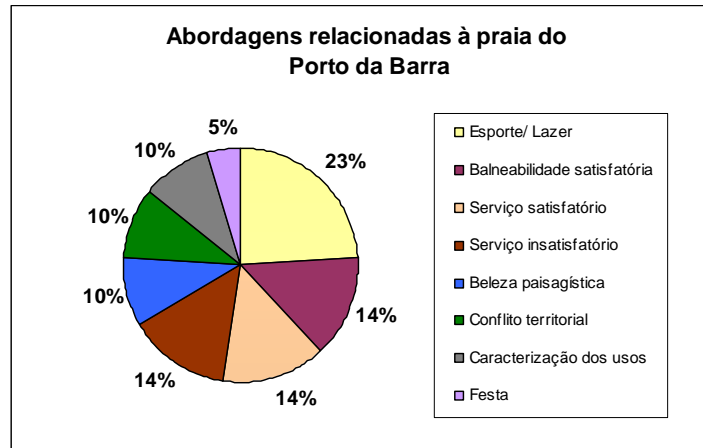


Figura 14: Reportagens sobre a praia do Porto da Barra.  
Fonte: Jornais Correio da Bahia e A Tarde, dez/08-mar/09.

A praia do Porto da Barra, como dissemos no capítulo anterior, foi objeto de estudo para nós que desenvolvemos no ano de 2007 uma pesquisa pautada na base teórica formulada por autores que se debruçam sobre a crise do espaço público na contemporaneidade e que fazem um resgate histórico de como o desenvolvimento do capitalismo “dissolveu” as relações antes existentes entre as esferas pública e privada<sup>17</sup>.

Ainda que não estejamos mais trabalhando com esta base teórica, é importante notar como as representações podem não revelar questões que analisamos minuciosamente como, por exemplo, a relação conflituosa entre diferentes grupos sociais na praia. As reportagens não demonstram um sem-número de questões relativas aos territórios e territorialidades desenvolvidas sobre essa pequena enseada que geram, pela crise do caráter político do espaço público, conflitos dissimulados que negam o convívio entre os diferentes.

A mesma argumentação é válida para os serviços ou para a balneabilidade caracterizada por sua condição de praia refletiva, escondendo, atrás do discurso do mais agradável banho de mar da cidade, uma superexposição midiática, fator preponderante para que seja uma das praias mais buscadas pela população local e

<sup>17</sup> A base teórica pautou-se em expoentes da Geografia brasileira (GOMES, 2006; SERPA, 2007b), bem como em clássicos das ciências humanas (HABERMAS, 1984; ARENDT, 2000).

pelos turistas, visto que encontramos, na orla da Baía de Todos os Santos, praias igualmente refletivas que não são apropriadas do mesmo modo.

Completando essa superexposição midiática da porção da orla situada no bairro da Barra, aparecem em segundo lugar as reportagens que dizem respeito à praia do Farol da Barra.

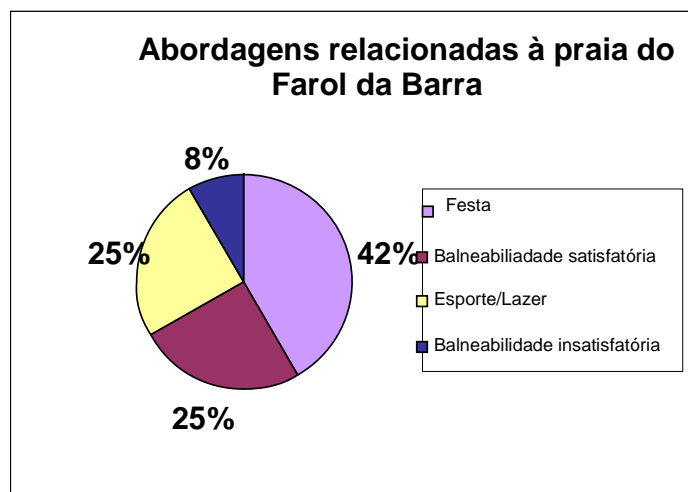


Figura 15: Reportagens sobre a praia do Farol da Barra.  
Fonte: Jornais Correio da Bahia e A Tarde, dez/08-mar/09.

Com um espectro de temas menor que o da praia do Porto da Barra, destacam-se as referências às festas, às práticas esportivas e à balneabilidade satisfatória.

No tocante às festas é, sem dúvida, a praia do Farol da Barra, uma das mais lembradas pelos governos estadual e municipal quando se pensa em confraternizações de toda ordem: das comemorações de fim de ano a festas religiosas, passando pelos festejos do rei Momo, há uma clara preferência por essa porção da orla.

Cabe ainda dizer: o Porto e o Farol da Barra consistem nas praias da orla atlântica que são bem servidas por ônibus urbanos. A prestação desse serviço, de modo relativamente satisfatório, nesse trecho de orla, deve ser levada em consideração para que essas sejam umas das mais freqüentadas praias da cidade e para que,

corriqueiramente, participem de reportagens que trazem à tona acontecimentos na capital baiana.

O breve processo de formação sócio-espacial da orla oceânica, que apresentamos no capítulo anterior, nos servirá de explicação se somarmos ao legado histórico dessa área, como primeiro núcleo de habitação da cidade, a emergência das representações que se potencializaram através dos veículos de comunicação de massa nas últimas décadas.

As representações que sempre acompanharam essa porção da cidade, desde os relatos históricos das novas terras, participam, séculos mais tarde, e valendo-se também dessa condição histórica, da produção de uma imagem de cidade turística. As estratégias dos setores público e privado, que tentam substituir o todo por fragmentos, incorporam o texto histórico (texto com e sem aspas) como representação.

Não há dúvidas de que novos elementos são agregados por aqueles que produzem tais fragmentos como representação, contudo, é constante a referência ao seu passado.

Assim, importa sempre termos em mente que o passado não é aquilo que, simplesmente, permaneceu em nossa memória, sedimentando-se naturalmente com o passar do tempo. Constitui-se, antes, como algo que nós, sucessores, recriamos enquanto nosso passado, uma ausência reconstituída representacionalmente aqui e agora (ALBERGARIA, 2001, p 115).

No tocante às reportagens que tratam da balneabilidade satisfatória ou insatisfatória, é importante explicar, pois outras virão mais à frente, que estas se referem a passagens que fazem sim menção ao agradável banho de mar de algumas praias ou aos riscos da maré agitada, mas que também se manifestam através de simples tabelas fornecidas aos jornais pelos órgãos ambientais que apresentam, através de estudos semanais, a qualidade das águas.

As praias que se seguem no gráfico da figura 13, referente as que mais aparecem em matérias jornalísticas, são Itapuã e Piatã.

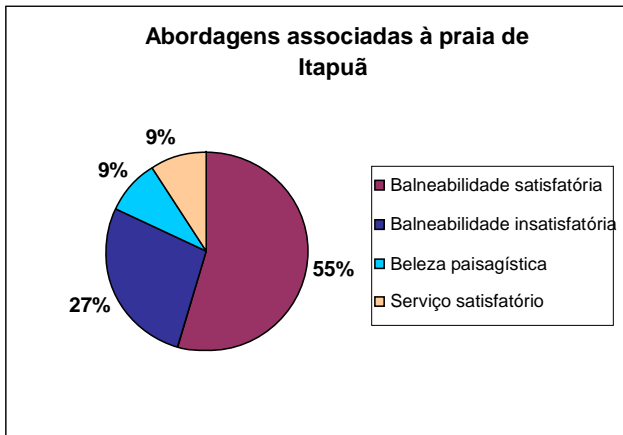


Figura 16: Reportagens sobre a praia de Itapuã.  
Fonte: Jornais Correio da Bahia e A Tarde, dez/08-mar/09.

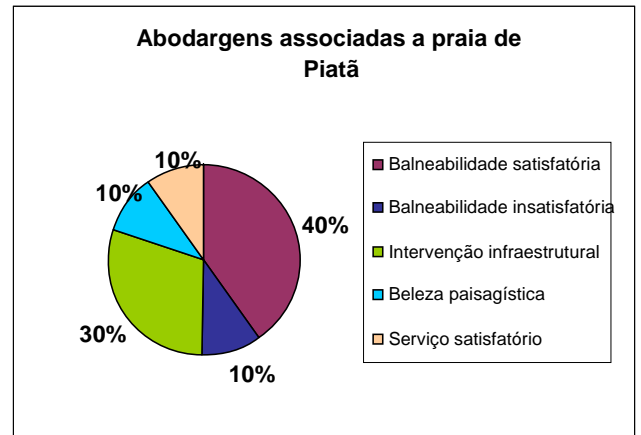


Figura 17: Reportagens sobre a praia de Piatã.  
Fonte: op. cit.

Para Itapuã, observa-se na figura 16 a predominância de matérias referentes à qualidade das águas, com 55% para as de balneabilidade satisfatória, contrastando com 27% de insatisfatória.

Já em Piatã, começam a se destacar as matérias referentes às intervenções infraestruturais, ponto polêmico que reúne em seu conteúdo as alterações intencionadas pelo governo municipal que versam sobre a demolição de algumas barracas de praia, o remanejamento das barracas restantes da faixa de areia para o canteiro central, sua padronização, bem como os novos contornos que ganhará a orla oceânica caso a prefeitura implante os índices de ocupação e uso do solo além de novos equipamentos por ela planejados.

Rio Vermelho e Jardim de Alah aparecem na figura 13 com o mesmo número de reportagens, diferindo, contudo, nos conteúdos majoritariamente abordados.

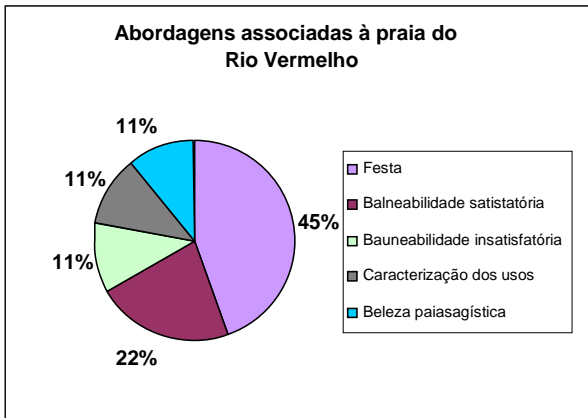


Figura 18: Reportagens sobre a praia do Rio Vermelho.

Fonte: Jornais Correio da Bahia e A Tarde, dez/08-mar/09.

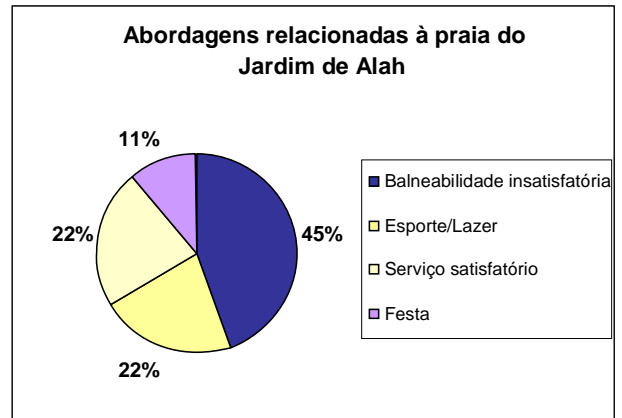


Figura 19: Reportagens sobre a praia do Jardim de Alah.

Fonte: op. cit.

Enquanto a praia de Jardim de Alah se destaca pela balneabilidade insatisfatória, seja pela agressividade das ondas ou pela qualidade das águas não recomendada para o banho, a praia do Rio Vermelho se destaca pelas festas, superando a praia do farol da Barra.

As reportagens que veiculam as festas do Rio Vermelho fazem, todas elas, menção a uma das mais importantes festas populares da cidade, conduzida pela colônia de pescadores deste bairro, que, no dia 2 de fevereiro, levam suas oferendas para Iemanjá, para agradecer e fazer pedidos para aquela que acreditam ser a guardiã das águas do mar. A espetacularização dessa festa também foi verificada nos recortes de jornal, mas disso falaremos mais tarde.

As praias de Jaguaribe e Armação aparecem logo em seguida destacando-se, novamente, as intervenções espaciais que não aparecem nas praias da Barra, Rio Vermelho e Itapuã. Este dado nos permite começarmos a cartografar os espaços sobre os quais recaem boa parte das intenções do governo municipal no tocante às alterações da orla.



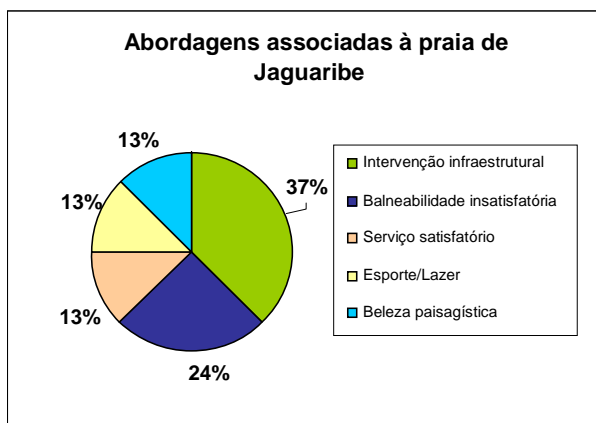


Figura 20: Reportagens sobre a praia de Jaguaribe. Fonte: Jornais Correio da Bahia e A Tarde, dez/08-mar/09.

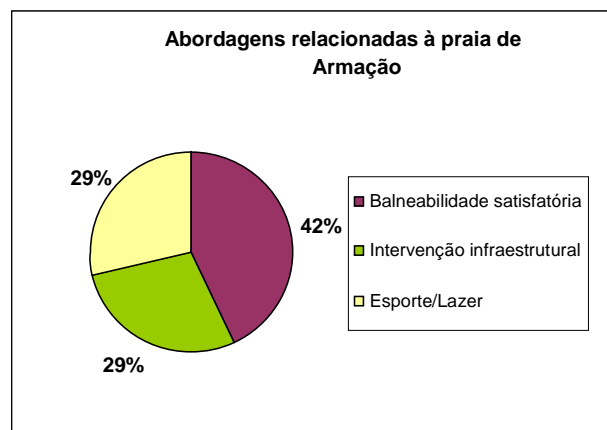


Figura 21: Reportagens sobre a praia de Armação. Fonte: op. cit.

As duas últimas praias que iremos abordar a partir dos gráficos que elaboramos tomando como base os recortes de jornal, são as praias de Pituáçu e Boca do Rio.

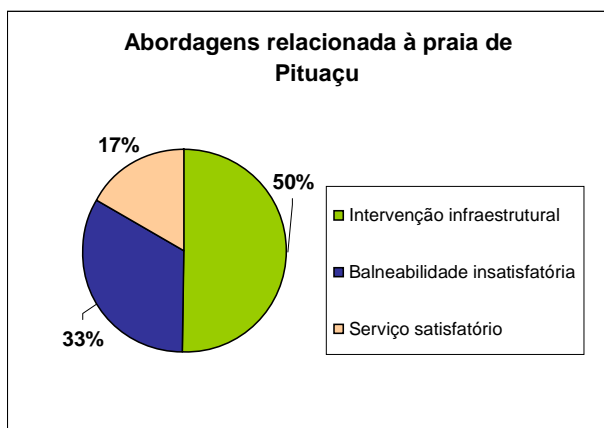


Figura 22: Reportagens sobre a praia de Pituáçu. Fonte: op. cit.

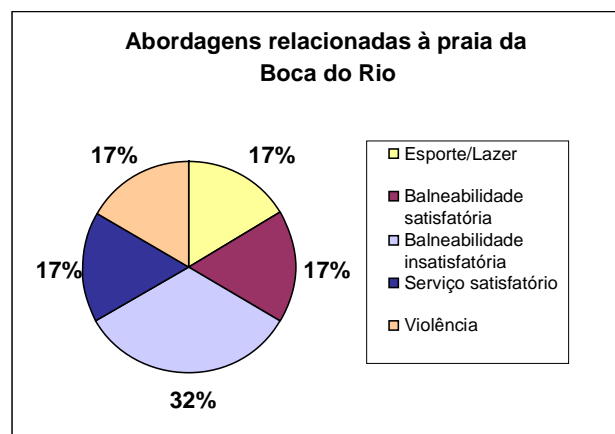


Figura 23: Reportagens sobre a praia da Boca do Rio. Fonte: op. cit.

Dentre os pontos previamente definidos por nossa tipologia, o único que aparece apenas na praia da Boca do Rio, dentre as 137 reportagens analisadas, diz respeito à violência.

Como definimos como recorte espacial a orla oceânica e entorno mais próximo, e não tomamos o bairro como um todo, não verificamos demais casos de violência, certos de que outros tantos ocorreram fora da quadra imediata a todas as praias estudadas.

As reportagens que tratam das intervenções espaciais aparecem, mais uma vez, destacadas na praia de Pituaçu, o que, como dissemos, possibilitará, mais à frente, o mapeamento das principais áreas potenciais à mudança das suas formas espaciais.

Após o exame desse primeiro volume de reportagens, o qual representou quantitativamente os dados coletados, faz-se necessário um estudo de caráter mais qualitativo dos temas abordados pelo jornal no tocante ao recorte espacial.

A orla marítima e seus grandes terrenos, território de reservas para o capital, sofreu nas últimas décadas um intenso processo de degradação. Nesses espaços foram implantados objetos, hoje motivo de ações ajuizadas pela União, que justificam o elevado número de reportagens versando sobre as intenções de intervenções anunciadas pelo governo municipal que, se ainda não concebeu paisagens pela produção de novos equipamentos urbanos, já o faz pela demolição de velhas e deterioradas formas espaciais.



Figura 24: Grandes terrenos ociosos na orla marítima de Salvador.  
Fonte: Acervo do autor.

Trata-se de grandes terrenos ociosos e equipamentos degradados sobre os quais incidem diferentes intenções de uso, e que contam também com a luta, ainda bastante difusa, de setores da sociedade inconformados com as políticas de planejamento e gestão intencionadas para a orla marítima de Salvador.



Figura 25: Manifestação contra a venda da sede de praia do Esporte Clube Bahia.  
Fonte: Acervo do autor.

A análise qualitativa que se segue estará apoiada em textos eleitos como emblemáticos dos argumentos desenvolvidos desde as primeiras linhas desse trabalho, adquiridos durante quatro meses de análise sistemática, acrescidos de alguns exemplares isolados, acessados posteriormente.

São reportagens que transitam entre questões diversas: o poder terapêutico do mar, serviços de luxo, conflitos territoriais, entretenimento, qualidades estéticas das praias, intervenções urbanas e festejos.

Esses temas serão abordados sucintamente, tomando como base passagens representativas, que confirmam as argumentações sobre a produção de uma maritimidade, mas que também trazem indícios de outros modos de apropriação, diferentes dos hegemonicamente intencionados, a serem tratados no capítulo seguinte.

No que se refere ao poder terapêutico do mar, a reportagem apresentada pelo Jornal A Tarde intitulada *A água do mar e suas mil e uma utilidades* traz as palavras de um psicoterapeuta e de um sacerdote do Candomblé que argumentam sobre a importância do mar para a saúde física, mental e espiritual.

Apesar de não haver comprovação científica, passar algumas horas na praia traz benefícios para todo o corpo. “É o contato com os elementos da natureza.

O contato com o chão aterra as energias negativas”, diz o psicoterapeuta transpessoal Carlos Leandro. Para ele, basta olhar na direção do mar para que a pessoa tenha sensação de bem-estar e tranquilidade. [...] “Os elementos, os sais minerais do líquido amniótico da mulher, durante a gestação, são os mesmos elementos presentes no mar”, explica Carlos Leandro. Indiretamente, um mergulho no mar pode remeter ao passado e gerar o sentimento de acolhimento e segurança [...]. “Simbolicamente, é o mesmo momento de prazer que a criança sente em um útero bom”, justifica o terapeuta (BAHIA, l., 2010, p. A8)

Ainda na reportagem, o sacerdote afirma:

As águas são o colo da mãe d'água e no colo da mãe a gente tem carinho, tranquilidade e equilíbrio para viver bem. (BAHIA, l., 2010, p. A8)

Mas, segundo o psicoterapeuta:

Tem que ficar, no mínimo, por cerca de 15 a 30 minutos, para que haja a reação da água do mar com o corpo e aconteça a limpeza e a renovação. (BAHIA, l., 2010, p. A8)

Numa perspectiva diferente de apropriação dos espaços litorâneos da cidade, encontramos também, na série de reportagens analisadas, referência aos serviços de luxo oferecidos por algumas barracas de praia na capital baiana.

A reportagem intitulada *Mar de Regalias*, veiculada pelo jornal *Correio da Bahia*, em fevereiro de 2009, trazia o tema da seguinte forma:

A maioria delas pode ser comparada a habitações de uma favela com vistas para o mar. Mas entre decadentes estruturas semiacabadas da orla de Salvador, no meio do imbróglio que se arrasta há três verões, há os que não só se mantiveram de pé como investem pesado em serviços de ponta para agradar aos clientes [...]. Barraca do Loro, Praia do Flamengo, meio da tarde, olhe ao redor e sinta, entre o aroma de um polvo na chapa e um salmão ao molho de alcaparras, um certo ar de escritório, ou até de lan house. (LYRIO, 2009, p. 14)

A reportagem fala de outra barraca, também na Praia do Flamengo, que traz novidades aos seus clientes.

Massoterapia, escola de kite surfe, apresentações artísticas, Djs e gastronomia sofisticada. Um desses “castelos da mordomia” à beira mar tem nome de coquetel mexicano, mas o seu diferencial é originário da terra do sol nascente.

O baiano, acostumado a beliscar pitingas, e acarajés transbordando de vatapá, jamais imaginou um dia degustar, em plena praia, bolinhos de arroz com peixe cru [...] Num domingo de verão o sushimam Plínio Santos chega a fazer 400 temakis, os cones de algas que ameaçam a hegemonia dos tabuleiros. (LYRIO, 2009, p. 14)

Em parceria com a operadora de celular VIVO, a Odojá coloca na Internet imagens do ambiente confortável e estruturado. Em tempo real, por telefone, o cliente sabe se o estabelecimento está bem frequentado. (LYRIO, 2009, p. 14)



Figura 26: Placa restringindo o acesso a uma barraca de praia.  
Fonte: Acervo do autor.

Trata-se de uma estética carregada de símbolos, mais ou menos visíveis, que direciona a apropriação dos espaços litorâneos segundo a faixa de renda de quem sai, num dia de sol, em busca de um pouco de lazer.

Pois bem, não seria razoável acreditarmos que propostas antagônicas de apropriação dos espaços litorâneos se apresentariam sem que houvesse conflitos e disputas territoriais.

No que se refere aos conflitos territoriais, as reportagens se atêm – em sua maioria – ao impasse entre proprietários de barracas de praia, Prefeitura, Ministério Público e órgãos ambientais. Uma dessas reportagens tratava o tema do seguinte modo:

Em resposta ao chamado plano de manejo que prevê a derrubada de 233 das 496 barracas de praia da orla de Salvador, os barraqueiros anunciaram um grande protesto previsto para o dia 15 de fevereiro. Numa reunião realizada ontem pela manhã, eles decidiram fechar as portas dos estabelecimentos em pleno domingo de verão. (JORNAL CORREIO DA BAHIA, 04 de fev, 2009, p. 04)

Após reunião entre representantes da Prefeitura e dos proprietários das barracas de praia, chegou-se a um acordo para que estes trabalhadores da praia fossem deslocados, momentaneamente, para outras áreas da cidade, como as estações de transbordo, a fim de prestar outros tipos de serviço e garantir o sustento. Desse modo, a prefeitura pôde atender as exigências da Justiça no tocante ao tombamento da vista para o mar e às questões ambientais.

O processo de demolição, barrado por medidas judiciais, foi reiniciado e intensificou-se no final do primeiro semestre de 2010. Com a argumentação de cumprimento da legislação ambiental, além de corrigir a situação das barracas que estão situadas ilegalmente numa faixa (de areia) pertencente à União, a Prefeitura Municipal retomou, no dia 23 de agosto de 2010, a conclusão da retirada das barracas que ainda estavam na orla de maneira irregular, após o término dos trabalhos de campo realizados nesta pesquisa.

A intensificação da retirada das barracas de praia foi acompanhada de uma série de protestos e disputas judiciais. Foram montadas barricadas com pneus e madeiras nas quais os manifestantes atearam fogo, fechando as principais vias da orla, ao passo que advogados da associação dos donos de barracas de praia tentavam, sem êxito, junto à justiça, deter as demolições.

De resto, ficaram as incertezas sobre o futuro desses trabalhadores e sobre as novas formas espaciais que assumirá a orla atlântica da cidade.

Feita essa observação, esse sub-tópico se encerra fazendo referência às representações que articulam, nos dois jornais pesquisados, textos e imagens com menção aos festejos ocorridos ao longo da orla oceânica.

O fenômeno das festas, imbuído de aproximar pessoas, mostra-se relevante aos argumentos desse trabalho, justamente por se tratar de um feito social que proporciona

níveis de consenso entre os que delas participam. O caráter ritualístico de comemoração, de memorar coletivamente, de lembrar conquistas ou motivo que seja, mediante a uma efervescência coletiva, mostra seu potencial em dar sentido de obra aos espaços sobre os quais se celebra.

Contudo, essa espécie de devaneio coletivo, que pode dar sentido de obra aos espaços, pode igualmente favorecer a manipulação dessa coletividade através da dissolução dos processos ritualísticos, favorecendo a transformação da festa em mercadoria, da obra em produto.

A fim de desenvolver melhor tal argumentação, serão aprofundados três festejos que tiveram relevância quantitativa e que apresentam conteúdos relevantes, através das reportagens veiculadas, para, em consonância, demonstrar o processo de transformação das festas em mercadoria, bem como o modo pelo qual essa série de textos reforça a ideia que tenta substituir o todo por fragmentos.

Assim, serão tomados como exemplos o projeto Praia 24 Horas, a festa de Iemanjá e o aniversário da cidade de Salvador. Os argumentos apoiam-se na leitura dos textos jornalísticos e nos trabalhos de campo efetuados ao longo da pesquisa.

O Governo do Estado, através da BAHIAATURSA, iniciou no ano de 2009 um plano de fomento ao turismo intitulado de Espicha Verão, composto por alguns projetos como o Praia 24 Horas. Em tal projeto, ocorrido nos últimos dois verões (2009 e 2010) durante os finais de semana, na praia do Porto da Barra, apresentaram-se artistas de destaque nacional, como os cantores Tom Zé, Gal Costa e Luis Melodia, além de músicos locais e outras manifestações artísticas.

Além de um palco (principal) flutuante, posto a poucos metros da faixa de areia da pequena enseada, a população pôde contar ainda, em outros “pontos de entretenimento”, com feiras de artesanato e gastronômica, palcos secundários, quadras esportivas, cinema móvel, rodas de capoeira e demais “manifestações da cultura

popular”, que se iniciavam com o pôr do sol e se estendiam madrugada adentro. Tudo acontecia, simultaneamente, numa pequena enseada de, mais ou menos, quatrocentos metros de largura e arredores, numa superposição de elementos estéticos que reunia, ao ar livre e a um só tempo, cinema e bandas de fanfarra.

Nas estreitezas da rua e da faixa de areia, apinhavam-se artistas, espectadores, equipamentos que compunham os vários cenários armados, barracas com um sem-número de “produtos-marca” da Bahia, vendedores ambulantes, etc., tudo espacialmente concentrado num pequeníssimo trecho da extensa orla marítima da cidade.

Mas valeu o espetáculo. O Governo do Estado provou, mais uma vez, que a “festividade imanente” ao baiano tem seus territórios bem definidos e suas territorialidades demasiado conhecidas.

O jornal *Correio da Bahia* no texto intitulado *Gal no Porto: show em homenagem à força feminina* (2009, p. 3) sintetizou:

Se a idéia era prolongar o clima descontraído da estação, funcionou. O projeto Espicha Verão, realizado pela BAHIATURSA, teve início ontem, lotando o Porto da Barra [...] o clima foi de afago com a platéia e elogios para o evento, o mar, o calor.

A paisagem “falava” em capoeira, Cinema Novo, Tropicalismo, cultura popular, maritimidade e tantos outros símbolos que evocavam, nos distintos grupos/classes sociais presentes, o orgulho pela “cidade da Bahia”.

Restou, aos que foram ver os artistas no palco flutuante, ocupar seu lugar de espectador numa festa concebida segundo a lógica de relações sociais mediadas pelo espetáculo das imagens.



Partindo para a análise de outra festa veiculada pelos recortes de jornal e por nós pesquisada, temos aquela que, ao contrário da Praia 24 Horas, emerge historicamente da vontade popular, numa relação mística de reverência à deusa do mar.

A festa de Iemanjá, que mereceria uma dissertação por inteiro, ocorre em diversas cidades litorâneas do Brasil e, até onde temos conhecimento, no Uruguai, país que teve início de colonização portuguesa e de trabalho escravo de negros, posteriormente, substituída pela colonização espanhola.

Os festejos para Iemanjá em Salvador se dão ao longo das duas orlas que circundam a cidade. Contudo, é em uma das praias do bairro do Rio Vermelho que a colônia de pescadores do local realiza uma das mais bonitas festas populares da cidade.

O culto à divindade, associada às forças da natureza, que proporciona sentido de obra aos espaços onde homens de credo territorializam sua fé, sofre com um processo de dissolução do seu caráter ritualístico, promovido pela “elite cultural” que fetichiza a experiência estética e mística, substituindo a obra pelo produto. A festa transfigura-se, ao que parece apenas parcialmente, num desfile de “grifes” de toda ordem.

Os recortes de jornal coletados e os trabalhos de campo nos dão claros indícios de tratar-se de uma festa que, ao contrário da maioria das festas populares da cidade, amplia suas dimensões, trilhando, porém, caminhos opostos. Se por um lado a população da cidade reafirma, a cada ano, a paixão pela imagem poética do mar, expressa na mística que embeleza a paisagem no dia 2 de fevereiro, por outro, cresce a espetacularização que dissolve o sentido de cumplicidade com o mar.

Serão citadas, novamente, passagens que bem traduzem as argumentações aqui desenvolvidas.

Até Inglês veio ver. Ele inglês, ela australiana. A prova que Iemanjá também é festa para turista ver. Robert Trand e Katie M'Claver, ambos de 27 anos, nunca ouviram falar da divindade, não sabem o que quer dizer odoia e sequer tinham pisado os pés nas praias do Rio Vermelho antes. Mas ficaram impressionados

com as manifestações de fé. “Maravilhoso”. Só não houve como escapar de duas coisas: Robert estranhou o comportamento de uma mãe-de-santo incorporada. “A mulher estava em transe”, contou. Katie reclamou do calor rigoroso logo após uma chuva intensa. “Está quente demais”. (CORREIO DA BAHIA, 2009, p. 11)

Acompanhado por 60 tambores, a banda Psirico sacudiu uma multidão nas ruas do Rio Vermelho. Marcio Vitor e companhia fizeram o chamado arrastão, atração patrocinada pela Salvador-Turismo (Saltur), órgão de turismo da prefeitura. (CORREIO DA BAHIA, 2009, p.11)

No dia em que os baianos fazem festa para Iemanjá, a cidade deixa de concentrar as comemorações no Rio Vermelho e na beira do mar. Este ano as opções passam da Pituba até a Barra e se concentram cada vez mais em salões estilosos, alongando alegremente o tempo dos festejos [...]. Numa colina a 300 metros da festa está o máximo em estilo para curtir as homenagens. A festa organizada pela promoter Lícia Fabio tem imensa lista de colunáveis confirmadas [...]. (CORREIO DA BAHIA, Iemanjá no Salão e no Mar, 2009, p. 18)

No tocante às imagens, foi na revista *Muito*, revista dominical do jornal A Tarde, publicado no dia 01 de fevereiro de 2009, que as mulheres encontraram dicas para uma festa cheia de *glamour*. As imagens traziam uma série de modelos trajando roupas de grife nas ruas do bairro do Rio Vermelho.

Tomando como pano de fundo imagens de paisagens bem conhecidas dos que devotam, nas praias do Rio Vermelho, sua fé à deusa do mar, o jornal apresentava tais modelos vestindo roupas e utensílios de preços bastante elevados convidando o leitor para essa festa popular.

Percebe-se nos textos e imagens veiculados pelos jornais, que tratam do culto a Iemanjá, vestígios de um processo de dissolução dos processos ritualísticos que transforma uma festa de elevado valor histórico em mercadoria e que merece ser cuidadosamente estudado. Contudo, isso demanda outra agenda de pesquisa.

A análise dos recortes de jornal será concluída não com uma festa propriamente dita, com os elementos que assim possam lhe caracterizar, ou ainda territorializada segundo a vontade popular, mas sim com uma série de festejos que coroa a constituição jurídica da cidade; sua fundação.

O dia 29 de março marca as comemorações pelo aniversário da cidade de Salvador que adota 1549 como ano de sua fundação, não sem divergências entre historiadores. Detalhes históricos à parte, o que interessa é que nesta data, a exemplo de outras, afloram, com maior ou menor força, sentimentos de patriotismo que se alimentam de representações associadas.

As reportagens veiculadas (JORNAL A TARDE, 2009; CORREIO DA BAHIA, 2009) analisados no dia 29 de março de 2009, apresentam fragmentos de uma cidade complexa, fazendo trechos restritos da cidade ganharem *status* de universais, tal como se pôde observar em uma propaganda do Governo do Estado saudando a cidade de Salvador pelo seu aniversário e trazendo ao público notícias sobre as obras que “presenteava” à cidade.

Com o *slogan* de *O nosso presente é uma cidade melhor*, o Governo do Estado veiculou sua propaganda através dos jornais, apresentando ao público uma série de intervenções espaciais que realizou em Salvador. O mais curioso é que se tratava de cinco intervenções executadas (ou em vias de execução) na porção norte-nordeste da cidade, e, no entanto, a perspectiva do observador se punha ao sul.

Este, como uma série de outros anúncios de propaganda coletados nos jornais, associava sua marca a uma pequena porção da cidade de Salvador que se estende da praia do Porto da Barra à praia de Ondina, tomando a cidade quase sempre de um ângulo similar – do farol da Barra para o norte da cidade.

Não seria de balde pensar que esta, como outras representações, que felicitam Salvador pelos seus 460 anos, sejam exemplar daquilo que nossos autores de referência têm chamado de trabalho ideológico, no qual se apreende uma difusão fragmentada de um discurso sobre a realidade. O que devemos observar é o poder das representações em supervalorizar pequenos trechos da cidade.

Quando optamos por um tópico que partia de uma leitura “fria” dos dados, onde se somavam reportagens, segundo uma tipologia *a priori* redutora, buscávamos apresentar a visibilidade maior ou menor de alguns trechos da orla que era possível apreender a partir do material que tínhamos em mãos.

Ao demonstrar, em seguida, com maior detalhe, o conteúdo que carregavam algumas dessas reportagens, iniciava-se um esboço de mapeamento segundo o grau de visibilidade, a valoração social (valor de troca) e perspectivas de intervenções espaciais, que permite traçar um panorama da dinâmica socioespacial atual da orla marítima.

Os tópicos que se seguem, completarão a cartografização da orla. Serão somadas, ao que já fora explicitado, as estratégias de utilização de imagens de paisagens litorâneas por programas televisivos de entretenimento, além das indicações feitas pelo setor turístico, que será contemplado pela série de entrevistas realizadas junto a bares, restaurantes, hotéis e locadoras de carro.

### **3.2.2 - Imagens de Paisagem na Televisão**

Após um ano de leitura e de redefinições sobre os procedimentos metodológicos e base teórica a serem utilizados, submetemos nosso pré-projeto à qualificação, definindo o que passou a ser o nosso projeto final de pesquisa.

Durante esse processo, nos foi sugerido, dentre outras coisas, pela banca examinadora da dissertação, que repensássemos nossas intenções de analisar a veiculação de imagens das paisagens litorâneas, inscritas no nosso recorte espacial, que até então se detinha, tão somente, aos dois jornais mais lidos na cidade.

A argumentação da banca pautou-se no fato de o jornal impresso não atingir, com a mesma amplitude, todas as classes sociais tal como acontece com a televisão.

Partindo desse pressuposto, resolvemos trabalhar dois programas de entretenimento, veiculados no final das manhãs e início das tardes de sábado, por duas emissoras locais no período dito de “alta estação”, tal como fizemos com os jornais impressos.

O primeiro programa analisado foi o Bom D+, apresentado pela TV Itapoã, ligada à Rede Record. O segundo programa de entretenimento diz respeito ao Mosaico Baiano, transmitido pela TV Bahia, emissora filiada à Rede Globo de Televisão.

Cabe uma ressalva para o fato de as estratégias de análise dos vídeos terem sofrido algumas alterações em relação aos procedimentos que adotamos com os recortes de jornal. Isto porque o próprio “uso” do litoral por estes programas difere dos modos como as paisagens litorâneas aparecem nos textos jornalísticos, o que nos levou a também representarmos nossos dados de modo diferenciado.

Enquanto que, nos jornais impressos, as imagens de paisagem são partes constituintes da matéria jornalística, isto é, fazem menção e/ou completam a informação veiculada, nos programas televisivos, estas imagens não estão, necessariamente, ligadas ao conteúdo da matéria apresentada. O que restringe, ou torna não muito relevante, para nossas intenções, sua quantificação.

O que acontece, e aí já iniciamos a análise do material recolhido, é que os programas televisivos de entretenimento local, seguindo os passos de alguns programas veiculados em escala nacional, “dão férias” aos seus cenários habituais, buscando “palcos alternativos” durante o verão.

As informações trazidas por seus apresentadores nem sempre fazem referências diretas àquelas imagens de paisagem, embora esteja implícita, a todo o momento, uma ideia de que estamos em “ritmo de férias”, que é momento de sair da rotina, de rever o vestuário, de aproveitar (consumir?) o que há de “melhor” na cidade.

O primeiro programa aqui descrito será o Bom D+, que adotou como cenário, dentro do intervalo em que se desenvolveu a pesquisa, em duas séries distintas de programas, duas praias com particularidades bem diferentes entre si. Vejamos.

Primeiramente, inscrito no recorte espacial desta pesquisa, foi construído, nas intermediações da praia do bairro Costa Azul, um grande palco no qual a emissora Record mobilizou um número significativo de técnicos e equipamentos. Neste palco, cercado por uma arquibancada apinhada de gente, acontecia à luz do dia e sob sol forte, *shows* de grupos locais de pouca expressão nacional, tocando *axé music*<sup>18</sup> e gêneros correlatos.

As letras de músicas, cantadas por estes grupos, agregam-se à análise das imagens de paisagem como parte da intertextualidade que reafirma a imagem turística da cidade. O cantor de um dos grupos musicais convidados lembrava que aquele programa tinha a “cara do verão”.

Com a “cara do verão”, o programa funciona como difusor da ideia de cultura que concebe uma “festividade” à população soteropolitana. A praia e a temperatura elevada constituem-se no ambiente ideal, favorecendo o desnudamento e contribuindo para que Salvador seja lembrada pela descontração e sensualidade dos corpos expostos ao sol.

Trata-se de uma interpretação de cidade edificada pela “elite cultural” local e disseminada, nas últimas décadas, em escala nacional e mesmo internacional, agora com a participação de novos agentes, tais como a imprensa nacional, a indústria do turismo, etc, que trabalham na produção dessa imagem-padrão, valendo-se, dentre outros elementos, da maritimidade e das relações historicamente construídas entre a população local e o litoral.

Ocorreu, igualmente, outra sequência de programas ao ar livre, dessa vez, contudo, numa praia que foge ao nosso recorte espacial, mas que serve para demonstrar, como

---

<sup>18</sup> Música hegemônica do carnaval de Salvador.

Dantas (2009) argumentou para as capitais do Nordeste brasileiro, que estas cidades, e Salvador particularmente, controlam pólos de turismo apoiados nas zonas de praia.

O cenário escolhido, dessa vez, foi a praia de Sauípe, mais precisamente um complexo hoteleiro localizado próximo à vila de Sauipe no Litoral Norte baiano. O formato pensado para essa sequência de programas foi completamente diferente daquele instalado sobre as areias do Costa Azul.

A primeira distinção em relação à seqüência de programas gravados nas intermediações do Costa Azul reside no fato de que, para a praia de Sauípe, optou-se por programas noturnos dando uma conotação do que se popularizou como luau – encontros noturnos de amigos nas praias para festejar.

Este novo formato de programa teve influência direta sobre a vestimenta do público, de corpos muito mais cobertos, e num cenário mais intimista, de pouca luz e músicas tocadas em tom mais baixo, mantendo a ideia de lazer praiano, porém, num ritmo menos frenético. Há de se destacar, também, a presença de um público exponencialmente menor que aquele observado nas arquibancadas das areias do Costa Azul, dispostos espacialmente em pequenos grupos que se espalhavam para dar a sensação de volume.

As letras de música possibilitam a intertextualidade e completam essa imagem de paisagem intimista falando de saudade, amor e felicidade eterna.

*Olha meu amor, não fique longe, está tudo perfeito, o cenário para a gente se amar. Eu não sei por que você se esconde. O que é que há? A gente nasceu para ficar junto: eu o seu porto, você, meu farol. (SAMIR, O'BRIAN, F.; TAVARES, R.; 2008)<sup>19</sup>*

*Te espero no farol pra ver o sol se pôr, fazer denguinho e fazer declaração de amor. Te espero no farol pra ver o sol se pôr, fazer amor, fazer amor [...] Vem pra perto de mim, faz o tempo parar. (JUNIOR SENNA, 2009)<sup>20</sup>*

<sup>19</sup> Interprete: grupo Voadois.

<sup>20</sup> Interprete: Tomate.

*A gente vai fazer um carnaval, uma alegria, amor sem fim. Oh, meu anjo bom quero você perto de mim [...] Não parta sol, vem iluminar o nosso amor e a saudade vai ter fim. (LETRA: CASSIANO, S.; 2009)<sup>21</sup>*

Essa articulação entre som e imagem opera na dissimulação da realidade não por elucubrar formas de apropriação inexistentes, mas por nos fazer pensar que se trata de uma apropriação acessível a todos. Pode-se falar de uma espécie de “hiato” entre a maritimidade concebida por esses meios de comunicação e os modos efetivos de como a maioria da população local experimenta nosso vasto litoral.

O programa Mosaico Baiano, veiculado pela TV Bahia, por sua vez, foi um pouco mais modesto quanto à utilização dos espaços litorâneos como cenário. Como anteparo visual, a orla atlântica foi novamente utilizada como opção no receituário que recomenda cenários alternativos para o verão.

Este programa, no entanto, não optou por “montar base” na orla. Mas, por deslocar seus apresentadores e repórteres para locais estratégicos, o que significa, por vezes, setores da orla atlântica, donde parecem acessar mais facilmente as “personagens” de suas matérias.

Em um dos programas exibido no verão de 2010, o repórter Ricardo Bittencourt acompanhou uma vendedora de alimentos naturais em uma praia de Salvador, após o apresentador Alessandro Timbó introduzir a reportagem. A reportagem tinha como tema trabalhadores que garantem seu sustento nas areias das praias, ao passo que tentava desfazer a ideia equivocada de ser a população baiana preguiçosa.

*A beleza e a criatividade do nosso povo não está só na arte ou na cultura, está também no seu trabalho. [...] Aperta o play! (ALESSANDRO TIMBÓ)*

*[...] Vamos acompanhar o dia-a-dia de uma baiana retada que vive na praia, mas que acorda às três da manhã. (RICARDO BITTENCURT)*

---

<sup>21</sup> Interprete: Tomate.



O repórter bate à porta da entrevistada:

*Bom dia, Eva! É aqui que é o paraíso? (RICARDO BITTENCURT)*

*Não. É no Porto da Barra, mas começa aqui. [...] Seja bem vindo. (A VENDEDORA)*

O primeiro contato entre repórter e entrevistada surge na filmagem ao som de uma música de *axé music* trazendo um ar de leveza e irreverência ao trabalho árduo da vendedora que acorda, segundo o repórter, ainda durante a madrugada para preparar seus produtos, sugerindo uma ideia de população que trabalha contente apesar das dificuldades da vida.

A vendedora trabalha com lanches naturais que prepara, segundo o repórter, a partir das três horas da manhã. Essa rotina já dura alguns anos e se iniciou após Eva passar na faculdade e precisar pagar o curso.

*O dia-a-dia é uma loucura. Eu acordo às três da manhã para fazer a massa das impadinhas e o recheio de todas as empadas e dos sanduíches [...] preparo a salada de frutas, depois saio daqui às sete horas. (A VENDEDORA)*

Há um súbito corte espaço-temporal na reportagem para dar voz a outros vendedores até então estranhos à matéria, fazendo alusão à ideia de que há um sem-número de trabalhadores em condições semelhantes no tocante a essa condição de trabalho.

*Trabalho aqui (Porto da Barra) o dia todo, e quando chego em casa as cinco, seis horas da tarde vou para a máquina (de costura) para trabalhar até as três, quatro horas da manhã. (VENDEDOR A)*

*Nove horas chego aqui na praia, vendo meu queijo coalho até as quatro ou cinco horas. (VENDEDOR B)*

As imagens voltam-se novamente para a vendedora entrevistada que fala mais um pouco do trabalho de preparar os lanches, anterior à venda.

*Eu comecei vendendo salada de frutas, depois os clientes começaram a pedir lanche natural. Fiz sanduíche natural. Eu vi que os sanduiches vendiam pouco então eu boleei as empadas light que são o sucesso do momento. (A VENDEDORA)*

O repórter propõe então uma brincadeira. Pede à vendedora que o ensine a vender na praia enquanto observa e se prepara para a empreitada.

A vendedora segue para as areias da praia cantarolando uma música que criou pra vender seus produtos. Com uma voz singela e a melodia suave e cadenciada da música, a vendedora segue cantando.

O repórter tenta, mas não consegue. As pessoas parecem não se interessar muito pelos produtos que o repórter carrega na cesta.

A vendedora dá a dica: *“Tem que ter o gingado do baiano”*.

O repórter adota a cadência da melodia e passa a cantarolar de um jeito mais solto. Agora mais pessoas se interessam pelo seu lanche, ele então consegue vender suas empadinhas. A venda tornou-se um sucesso.

A reportagem termina com uma sequência de vendedores que fazem paródias com músicas de *axé music* para vender seus produtos e/ou serviços na praia. Sugere-se a fórmula do sucesso: a incorporação do jeito descontraído e alegre somado à disposição ao trabalho apesar das adversidades.

Embora o conteúdo de algumas reportagens esteja imbricado às imagens de paisagem referentes à orla marítima, esta não é necessariamente a regra para o programa Mosaico Baiano. Observa-se o uso das imagens de paisagem, sobretudo, como pano de fundo de um programa que se pretende difusor de entretenimento. A utilização da condição litorânea da cidade e dos jogos de palavras e conteúdos que se pode montar se dá de um modo um pouco mais sutil neste programa.

Contudo, é possível afirmar que esse jogo de som e imagem é ingrediente fundamental sem o qual não se prepara o consenso de que esse modelo de cidade necessita: a cidade alegre, boa de viver e de visitar, apesar das dificuldades vividas por sua população. Este é um modelo de cidade administrado tanto pelos que concebem o espaço construído quanto por aqueles que se ocupam em alimentar um imaginário que permite a reprodução da cidade turística, mercadoria cultural.

### **3.3 - As representações do setor turístico**

Devido ao fato de instituições como bares, restaurantes, hotéis e locadoras de carro serem importantes difusoras de representações que direcionam os visitantes da cidade para os espaços “com vocação para o turismo”, como gostam de falar os agentes desse setor, tais instituições contemplaram o anseio da pesquisa sobre os discursos do setor turístico, uma vez que os órgãos estatais competentes não disponibilizaram informações satisfatórias.

Por conta disso, foram entrevistados agentes eleitos como grupos relevantes, produtores de representações e que contribuíram com as questões de pesquisa.

De início, representantes do serviço hoteleiro relataram as estratégias empregadas para cativar seu público, bem como os descontentamentos por eles expressados. Com as indagações dirigidas ao setor hoteleiro, tentamos avaliar se havia um público característico que se destacasse durante o período de maior frequência destes estabelecimentos.

Os entrevistados deram respostas pouco precisas que não permitiram tal caracterização. A quantidade de estabelecimentos pesquisados também se mostrou limitante para uma análise detalhada do público mais regular destes estabelecimentos.

Ao que parece, este público difere bastante quanto à idade, à origem e aos motivos pelos quais procuram a capital baiana.

Ao serem questionados sobre se havia um motivo especial para a localização do hotel próximo à praia, nenhuma surpresa. Todos os entrevistados demonstraram plena consciência da “posição estratégica” do ponto. Foi a partir desse momento que surgiram as questões mais interessantes.

Quando perguntados sobre quais seriam os principais atrativos que Salvador oferece aos seus visitantes, as praias da orla oceânica dividiram espaço com outros pontos turísticos da cidade, notadamente Mercado Modelo, Dique do Tororó, Pelourinho e Ponta de Humaitá, numa articulação de respostas que, se por um lado assumem o discurso oficial do governo e sabem bem as potencialidades que as paisagens oferecem ao seu negócio, por outro não poupam palavras de desalento e descrença nos gestores públicos.

O desagrado vem, sobretudo, da má qualidade infraestrutural da orla e da falta de incentivo que acreditam haver por parte dos poderes governamentais que, segundo os entrevistados, tem diminuído consideravelmente nos últimos anos.

Como bem nos disse o senhor R. Q<sup>22</sup>, funcionário de um hotel no bairro de Jaguaribe:

*Existem incentivos, mas eu acredito que ao longo dos últimos anos, por contenção de despesas do próprio governo, temos visto cada vez menos isto. Você pode dar uma olhada no histórico, por exemplo, da BAHIATURSA, da Secretaria de Turismo, de capital que eles tinham para investir na mídia, no próprio orçamento que a Secretaria tinha para a gente, tem diminuído ao longo dos últimos anos, não é? Cada vez menos se fazem mídia e publicidade.*

Outros nem se referem ao Estado. Quando pensam em incentivo ao turismo falam de suas próprias iniciativas: propaganda na televisão ou na *internet*, redução dos valores

---

<sup>22</sup> Preferimos tratar nossos entrevistados por iniciais fictícias dos seus nomes e ocultar o nome das instituições que representam a fim de evitar, para os que colaboraram com a pesquisa, qualquer constrangimento que seus relatos, por ventura, pudessem causar.

cobrados e acordos firmados com outras instituições do ramo turístico como bares, restaurantes e locadoras de carro, a fim de garantir melhor serviço a um custo mais baixo aos turistas.

Quando indagados sobre se havia algo mal aproveitado em Salvador, em termos de potencial turístico, proferiram reclames como:

*Tem que mudar muito a orla, as barracas principalmente. Na Barra quase não têm barracas de praia, só bares. O cliente pergunta: Tem uma barraquinha? Tem no Porto da Barra, ali é que tem dois ou três barraqueiros. (S. F., FUNCIONÁRIO DE HOTEL NO BAIRRO DE ONDINA)*

*Em outras cidades como Rio de Janeiro ou Recife não tem barracas como aqui, não é? (ENTREVISTADOR)*

*É. Mas esse turista também busca isso aqui. Busca isso, embora não tenha lá de onde eles vêm. A barraca a beira-mar para ele já é uma novidade, um comodismo, ficar ali próximo e não ter que sair da areia. Não ter que atravessar a pista. Você já fica a vontade, toma sua cervejinha, sua água de coco. (S. F., FUNCIONÁRIO DE HOTEL NO BAIRRO DE ONDINA)*

Parece haver um certo consenso entre empresários e prefeitura que, se foge às formas espaciais intencionadas pelo governo municipal, alinha-se pela idéia de potencialidade das paisagens litorâneas como incremento ao turismo.

O descontentamento se repete a cada entrevista:

*Tinha que ter uma boa reforma, infraestrutura... essas barracas, tinha que padronizar. É muito feio. Eu admiro muito Aracaju, a orla de Aracaju. Eu já morei lá. Eu acho muito lindo lá, e aqui não tem nada. Só praia mesmo, mas beleza não tem. Essa parte que a prefeitura ou o governo poderiam melhorar. (G.S., FUNCIONÁRIA DE HOTEL NO BAIRRO DO RIO VERMELHO)*

Em seguida, foi feito o questionamento, a quase todos os grupos relevantes, se modificariam algo no turismo de Salvador caso tivessem poderes suficientes para isso. As respostas não foram focadas na orla, embora respondessem por empresas situadas nessa porção da cidade.

No que se refere a essa questão, há de se fazer uma observação: todos os grupos analisados demonstraram muita dificuldade em imaginar as mudanças a serem feitas, fato que, acreditamos, não se deu por falta de queixas, pois essas estavam presentes em quase todos os relatos.

A crise parece ter como um dos seus pilares a postura de gestores públicos que, historicamente, desconsideraram o caráter pedagógico do planejamento da cidade<sup>23</sup>.

Apesar da carência de propostas bem estruturadas, falou-se muito em segurança, em policiamento, e no serviço precário de transporte público.

Concernente à orla marítima, apareceram tais relatos:

*Eu valorizava mais as praias, as coisas que a natureza nos deu. Tem que valorizar essa parte da estrutura, não é? As barracas, deixar elas mais bonitas. Começaram a fazer alguma coisa, mas depois pararam, não sei se vai haver continuação. (S. F., FUNCIONÁRIO DE HOTEL NO BAIRRO DE ONDINA)*

*Começaria pela segurança. Você vai à praia e é assaltado. Isso prejudica a imagem da cidade. (J. F., FUNCIONÁRIA DE HOTEL NO BAIRRO DA PITUBA)*

Por fim, foi pedido aos entrevistados que indicassem um roteiro para um possível turista que acabara de chegar à cidade. Os pontos turísticos destacados foram, sobretudo, Pelourinho, Mercado Modelo e Dique do Tororó.

Surpreendentemente, as praias da orla atlântica, e mesmo aquelas do Litoral Norte, tomadas pelas classes de renda mais alta, não figuram entre os pontos mais indicados, ato que difere muito das recomendações feitas pelas locadoras de carro, como será visto.

---

<sup>23</sup> Sobre o caráter pedagógico do planejamento da cidade e a ampliação da cidadania através da participação democrática na deliberação de ações que planejam e ordenam a cidade, propomos a leitura do livro *Mudar a Cidade (2006)* do geógrafo Marcelo José Lopes de Souza.

Tomando essa questão como elo, vale a pena uma comparação entre o setor hoteleiro e as locadoras de carro.

Por motivos óbvios, mudam-se as recomendações. Mudam pelos interesses do prestador de serviço, que tenta ampliar o período de locação, e muda pelas possibilidades objetivas de compressão do tempo-espço, das distâncias que são relativizadas.

O entrevistado Sr. T., funcionário de uma locadora de automóveis no bairro de Ondina, ao ser perguntado sobre quais eram os principais atrativos de Salvador para os seus visitantes, respondeu:

*Acho que é o Pelourinho. Além das praias... praia do Flamengo, praia do Forte e Litoral Norte.*

Quando pedido um roteiro para um turista, Sr. T. foi taxativo:

*Litoral Norte: Guarajuba, Praia do Forte, Imbassaí... indo até Mangue Seco.*

Após a sequência de perguntas dirigidas, o Sr. T. desabafou:

*Os turistas têm reclamado muito. A segurança é ruim, eles não se sentem como antes. Também não tem atrativo à noite. O (shopping) Aeroclub acabou. Eles estão deixando de vir para cá e estão indo para Fortaleza. A orla está muito desorganizada, parece uma favela. Precisa fazer algo. A única praia boa é a do Flamengo.*

A Sr<sup>a</sup> M., funcionária de outra locadora no bairro de Ondina, põe em primeiro plano “a cultura baiana e o axé” como os principais atrativos de Salvador para seus visitantes. Quando os turistas lhe perguntam aonde ir, ela sempre faz referência ao Pelourinho, à Colina do Bonfim, a toda a parte histórica da cidade e às praias da Linha Verde, pois “a orla é pobre e feia, mas tem algumas coisas que atraem: restaurantes, a praia do Flamengo, Ipitanga, os bares [...] a orla atrativa!” [...] “Comparada com outras do Nordeste, fica muito atrás. Falta infraestrutura”.

Funcionária de uma locadora de carros na Pituba, a Sr<sup>a</sup> S. lembra que, para ela, os principais atrativos são as praias da Linha Verde, além da praia do Forte e Arembepe. Se lhe pedem um roteiro para visitar, dada a ideia de que não se dispõe de muitos dias, a Sr<sup>a</sup> S. indica: “*a lagoa do Abaeté, Praia do Forte e Arembepe. Já dentro da cidade, o roteiro seria Pelourinho e Abaeté*”.

Mais cético, o Sr<sup>o</sup> P. B., funcionário de uma locadora em Patamares, não escondeu seus descontentamentos em relação à orla marítima de Salvador. No que se refere aos atrativos da cidade:

*Com certeza, não são as praias. As nossas não são boas. É mais o misticismo, o encanto, esse folclore de que aqui é festa o ano inteiro, que é mentira. Praias, só no Litoral Norte. Aqui o serviço é muito ruim, e quanto à ilha... tem muita dificuldade de transporte, aquele ferry (boat) é horrível. A orla está desse jeito que você está vendo aí. Se você quer ir a uma praia tem que ir a uma praia do Litoral Norte, pois aqui você não fica tranquilo, tem assalto, tem marginal... As praias recomendadas são Guarajuba, Itacimirim, Praia do Forte, Imbassaí, Sauipe.*

Diferente dos representantes dos hotéis, os entrevistados nas locadoras de automóveis, parecem mais “ousados” nas suas indicações. Pelos motivos já apontados, nos hotéis, as recomendações feitas aos visitantes da cidade tentam apresentar, na própria cidade, elementos satisfatórios ao consumo turístico.

Os bares e restaurantes seguem a mesma lógica dos hotéis, onde se apresenta aos turistas “paisagens-marca” da cidade da Bahia, tentando manter esse fluxo na “órbita” dos seus empreendimentos.

Segundo a Sr<sup>a</sup> K., funcionária de um restaurante no bairro do Rio Vermelho, a orla atlântica deveria passar por uma reforma para torná-la mais agradável.

*A orla teria que ser otimizada, ter mais opções de lazer. Poderia colocar mais parques, pistas de corrida na orla inteira, colocar umas praças, aparelhos de ginástica. Devia haver incentivo fiscal para os investidores. Não deveria tirar as*



*barracas, mas melhorar a infraestrutura de esgoto, limpeza, água... essas coisas todas.*

A Sr<sup>a</sup> L. G., funcionária de uma pizzaria no bairro da Pituba, comenta:

*Esse pedaço (Pituba) está até bonito, mas o restante... As barracas são feias. A orla de Aracajú é melhor. Acho a orla bonita, pena que tem as barracas que não são padronizadas. Os visitantes comentam que as barracas são feias. Na Pituba não tem nada, não tem nem passante, só de carro. A Barra é que é o melhor lugar para se ter um negócio, porque tem gente, tem ponto turístico.*

Já o Sr J. M., funcionário de um restaurante no bairro da Boca do Rio e que já trabalhou em outros restaurantes fora de Salvador, disparou:

*É a pior que conheço no Nordeste e uma das piores do Brasil. Comparado com Maceió... Só tem inferninho, casa velha abandonada, borracheiro. Falta muita infraestrutura, não tem segurança, você não se sente seguro nessa orla. O (shopping) Aero clube está abandonado, deixaram o shopping se acabar, as barracas são decadentes, não tem nada, está tudo em ruínas. As únicas praias boas são aquelas mais distantes, Stella Maris, Praia do Flamengo.*

Os entrevistados, representantes do setor turístico para a pesquisa, trouxeram questões valiosas para a compreensão da valorização (valor de troca) atribuída aos espaços litorâneos pela sociedade contemporânea.

Num país de turismo iminentemente ligado à ideia de natureza, de caráter sazonal e que não se sustenta durante todo o ano, as empresas do ramo conhecem bem as potencialidades do litoral como “recurso paisagístico”.

Lê-se, nas palavras dos entrevistados, um saudosismo que rememora um tempo em que a orla foi mais cuidada e a cidade mais divulgada quanto a sua “vocação para o turismo”.

O modelo adotado ainda na década de 1970, que eclodiu vinte anos mais tarde, após anos ininterruptos de governo do grupo político liderado pelo ex-senador Antônio Carlos Magalhães, que pensava soluções estratégicas para Salvador, parece ter camuflado bem sua natureza insustentável.

A descontinuidade causada por mudanças dos gestores políticos, pelas contradições do modelo adotado, por irregularidades jurídicas que emergiram quando dos estudos para avaliação das propostas de revisão do Plano Diretor, criaram um ambiente de insatisfação generalizada.

Por outro lado, a continuidade, nos dias atuais, de processos políticos que não explicitam os conflitos, que utilizam as mesmas estratégias de manutenção das fórmulas já conhecidas de cidade-mercadoria-cultural, expressa por uma intertextualidade na qual a paisagem tem papel central, não nos proporciona vislumbrarmos soluções em curto prazo.

### **3.4 - Agentes Imobiliários e suas representações**

Para a conclusão desse capítulo que trata, sobretudo, dos discursos que tentam imprimir nas paisagens litorâneas suas ideias de mundo, serão analisadas as palavras dos representantes de empreendimentos imobiliários em vias de construção na orla oceânica durante os trabalhos de campo.

Foi a Sr<sup>a</sup> D., funcionária de um empreendimento imobiliário na Pituba, que nos apresentou a planta do condomínio. Como ela própria informou, “*o empreendimento tem tudo [...] o bom é que você não precisa sair da Pituba para quase nada. E tem esse mar, a vista é linda a qualquer hora*”.

Ao ser indagada sobre o que pensa da orla, ela disse:

*Sou apaixonada pela orla, essa coisa toda que Deus nos deu. A orla é perfeita, Barra, Rio Vermelho...é a única coisa perfeita de Salvador. Esse mar todo [...], falta um pouco de segurança, mas em comparação com a periferia é bem melhor.*

Quando questionada se acreditava que os compradores desses imóveis frequentariam aquela praia (Pituba) especificamente, com ar reflexivo de quem parece não haver pensado ainda nisso, exclamou: *“Acho que não. Frequentam outras menos a Pituba”*.

Já o Sr. J. C., funcionário de um empreendimento no bairro de Armação, pensa que os maiores atrativos destes imóveis são *“a localização, por estar próximo ao centro de convenções e contar com um acesso muito bom, além dessa vista para o mar, é claro”*.

Quanto ao que pensa da orla, o Sr. J. C. disse:

*Está precisando de uma boa reforma, de muitas mudanças, de uma reestruturação. Precisa organizar melhor essa orla, ela não tem atrativos como em outros cantos do Nordeste. Em Maceió, Fortaleza, as coisas estão melhor, você vê uma orla mais bonita. Aqui deixaram acabar com tudo. Não tem barracas padronizadas.*

O Sr. J. C. não acredita que os compradores desses imóveis frequentem a praia de Armação: *“Não, eles não vão a essas praias, vão para as praias mais distantes, de Praia do Flamengo em diante”*.

Nos stands de venda de outro edifício também no bairro de Armação, o Sr. E. S., respondeu que os principais atrativos do futuro condomínio seria: *“Estar próximo ao (shopping) Aeroclube, próximo ao supermercado e à avenida Tancredo Neves, os equipamentos internos do empreendimento, além da própria orla, o mar”*.

Ao ser perguntado sobre o que pensa da orla, o Sr. E. S. foi comedido nas críticas: *“Depende da época. Não é a orla ideal ainda, falta um pouco de infraestrutura, de bares, pista para ciclismo, atrativos 24 horas [...] mas é razoável”*.

Quando indagado se os futuros moradores do condomínio frequentariam a praia de Armação, nos disse: *“Acho que não. Eles adquirem (o imóvel) por estar em frente ao mar, mas não frequentarão essa praia, talvez Stella Maris, praias mais badaladas”*.

O funcionário de um empreendimento localizado no bairro de Ondina, o Sr. A. O., pensa que os principais atrativos dos imóveis que negocia sejam *“a localização, a vista para o mar e a proximidade com o carnaval e a festa de Iemanjá”*.

Situado numa zona entre os bairros de Ondina e Rio Vermelho, o empreendimento se diferencia dos demais pela “posição estratégica” junto a duas grandes festas da cidade.

Para o Sr. A. O.:

*A orla está um pouco acabada, precisa melhorar. Falta infraestrutura, não existem atrativos. Os bares fecham cedo, as barracas de praia estão desse jeito. Além disso tudo, o atendimento em Salvador é péssimo. Isso é ruim para a imagem da cidade.*

Dentre os entrevistados nos stands, o Sr. A. O. é o único que acredita que os futuros moradores frequentarão as praias de Ondina e do Rio Vermelho, porém de modo específico: *“Provavelmente sim, mas nos horários que a comunidade<sup>24</sup> não estiver na praia”*.

Outras duas questões foram direcionadas para os entrevistados. A primeira versava sobre as estratégias de propaganda dos empreendimentos. Nenhuma surpresa: propagandas em rádio e tv, *outdoors*, panfletagem. A segunda, em verdade, pedia que os entrevistados opinassem sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador e as mudanças que esperam ver na orla da cidade.

---

<sup>24</sup> O empreendimento em questão situa-se próximo a núcleos de habitação popular.

*Vai melhorar, pois teremos uma orla mais habitada. Mas, por outro lado, aumentar demais os andares pode ser prejudicial para a ventilação. (SR. J. C.)*

*Isso é comum em outras cidades. Os prédios são mais altos no Rio de Janeiro, por exemplo. Seria bom para a rede hoteleira. Para o meio ambiente não sei se prejudicaria, mas, de modo geral, seria bom. O Rio de Janeiro é assim, Recife também. Pode atrapalhar um pouco, talvez. (SR. E. S.)*

*É um projeto polêmico que mexe com a comunidade, com o emprego da população e a economia local. Se for para melhorar, que se faça. Se for para dar a possibilidade de se trabalhar... o que não pode é tirar a população para privilegiar os incorporadores. (SR. A. O.)*

*Está ocorrendo isso, é? (SRA. D.)*

Mas uma vez, confirma-se o argumento de que estamos diante de uma produção verticalizada de cidade, caracterizada por paisagens concebidas num processo pouco democrático.

Uma legislação frouxa sobre gabaritos e coeficientes de aproveitamento, sobre índices que deveriam ser trabalhados para a redução das disparidades observadas na disposição desigual dos objetos geográficos, soma-se a um modelo de gestão de cidade que não inclui a maioria da população nos debates e nas ações deliberativas ao passo que exalta o turismo como a panacéia dos nossos problemas.

A manutenção dessa imagem-padrão de cidade mostra-se dependente, sobremaneira, das representações sustentadas pelos setores público e privado, que se alimentam de discursos contraditórios.

As respostas dos entrevistados evidenciam a reprodução do discurso intencionado pelas empresas imobiliárias, a um só tempo em que denunciam a compreensão fragmentada dos processos de produção da cidade por parte dos seus representantes nos *stands*, na “linha de frente”, aqueles que primeiro acessam o público comprador.

A totalidade se apresenta fragmentada para os entrevistados. Não se apreende na edificação dos prédios a edificação de uma política de produção de cidade desigual. É o trabalho de quem não sabe ao certo as implicações do que representa.

Cabe ainda perguntar, ao findar desse capítulo, qual a relação entre todos os agentes/grupos trabalhados aqui.

Foram analisados os discursos de profissionais legitimados a planejar a cidade, os modos como os dois jornais mais lidos da cidade e programas televisivos apresentam, através das matérias que veiculam, os espaços litorâneos, bem como os discursos proferidos pelo setor turístico e pela indústria da construção civil. Mas qual é a relação possível de ser observada entre eles?

O que está por trás das queixas do setor turístico em relação ao Estado e da preocupação de profissionais de Arquitetura no que se refere ao Plano Diretor da cidade e a concorrência desigual com grandes empresas do ramo? O que traz para a pauta do dia textos jornalísticos que não abrem mão das imagens de paisagens litorâneas?

O elo, ao que parece, reside na compreensão destes agentes/grupos de que, mais do que pano de fundo, essas paisagens consistem num valioso recurso que, se bem trabalhado, pode garantir resultados em termos materiais, ou no campo das ideias, extraordinários. Trata-se de um “mar” de possibilidades.

Mas seriam todas essas representações tentativas de auferir vantagens utilizando as paisagens litorâneas como veículo de suas intenções?

Decerto não. Alguns discursos revelam outras intencionalidades, marcadas pela tentativa de substituir vícios privados por virtudes públicas. Contudo, e até certo ponto propositadamente, estas foram poucas ao longo desse capítulo.

Falo em poucas, pois foram discursos contra-hegemônicos organizados coerentemente sobre bases teórico-metodológicas específicas, como observamos nas palavras dos professores Heliodoro Sampaio e Luiz Antonio de Souza. As falas e apropriações que subvertem os discursos hegemonicamente intencionados, analisados no capítulo que se segue, não trilham o mesmo caminho de elaboração teórica estruturada como fora observado nos textos dos acadêmicos. Elas se re-elaboram nas próprias contradições da produção capitalista do espaço.

Por fim, cabe expressar cartograficamente, na figura 27, uma síntese quanto à compartimentação da orla marítima concernente às áreas que mais aparecem como potenciais às intervenções intencionadas pelo governo municipal e aquelas que se destacam pelas referências ao turismo.



Figura 27: Mapa de Compartimentação da Orla Marítima

Essa síntese evidencia uma compartimentação elaborada de posse dos relatos coletados durante a pesquisa de campo.



Observamos no mapa a concentração de referências aos trechos compreendidos entre a praia do Porto da Barra e a praia de Ondina, além do trecho que se inicia logo após a praia de Itapuã estendendo-se até a praia de Ipitanga, como sendo aqueles mais indicados pelos entrevistados e por outros modos de representação apreendidos pela pesquisa ao turismo.

O trecho representado pela faixa verde, que se estende da praia de Jardim de Alah até a praia de Ipitanga, sintetiza a extensão espacial das intenções de intervenção urbana anunciadas pelo governo municipal.

Foi possível observar no volumoso material recolhido junto aos dois jornais impressos, bem como nas outras fontes pesquisadas, uma proposta de orla bem compartimentada, onde alguns (pequenos) trechos da orla marítima da cidade intencionam um ideal de maritimidade. Diferentemente, alguns poucos trechos aparecem nas representações estudadas pela pesquisa com sua infraestrutura relativamente bem conservada, e a maior parte da faixa costeira concentra as intenções de intervenção urbanística a fim de consolidar na cidade um conjunto de paisagens representativas das idéias de mundo dos que a concebem.

#### 4.0 - LENDO AS PAISAGENS LITORÂNEAS

O título escolhido para esse capítulo pode deixar algumas brechas que não são recomendadas a quem se destina a comprovar uma série de argumentos e que todo esforço faz para torná-los coerentes. Por quais motivos?

Primeiro, porque pode causar a impressão de estarmos diante de uma relação dicotômica entre aqueles que “escrevem” e aqueles que “lêem” as paisagens. Segundo, pelo fato de que separar algumas “leituras”, consideradas como subversivas em relação aos “textos” hegemonicamente intencionados, para tratá-las num capítulo específico do trabalho, pode provocar igual suspeita.

Pois bem, lançamos mão desse recurso didático para aprofundar algumas questões que não saberia bem como trabalhar em consonância com alguns autores e dados que apareceram nos capítulos anteriores. Ademais, isso abriria, decerto, outras brechas que teríamos que justificar.

Falamos, especificamente, das contribuições da fenomenologia da imaginação belamente escrita por Gaston Bachelard. (1998, 2002)

Mas o que há de diferente em Bachelard? Ele não admite a possibilidade de “re-leitura” da realidade assim como fazem Duncan, Lefebvre e Sartre? Essas não foram questões trabalhadas já no capítulo introdutório?

Bachelard (2002) se diferencia, justamente, quando nos fala da relação dialética entre a consciência e a imagem poética, rompendo com algumas tradições filosóficas, dentre as quais, a predominância do interesse dos estetas pelas formas.

Duarte Jr. (2003) nos conta um pouco do longo caminho trilhado por aqueles que se ocuparam do estudo da arte e do belo, desde o classicismo, passando pelo romantismo, até a elaboração das chamadas teorias psicológicas, dominadas pela *gestalt*.

Segundo Duarte Jr. (2003), a palavra *gestalt*, que se traduz ao idioma português como forma, figura ou mesmo contorno, resumiria a idéia central da teoria, desenvolvida pelo psicólogo alemão Wertheimer, que atribui a sensação de beleza, ou experiência estética, à inteligibilidade das formas.

Ao apreender as formas cognitivamente, o indivíduo seria remetido a uma sensação de prazer por estar elaborando um pouco mais do mundo. A intencionalidade seria intrínseca a esse processo. A consciência lança-se, mediada por nosso sistema sensitivo, na direção do objeto observado, a fim de “ajudá-lo” a nos oferecer “sua” beleza.

Embora tentados a esmiuçar essas questões, concentraremos nossos esforços no contraponto feito por Bachelard (2002) aos estetas afinados com tal teoria.

Em verdade, Bachelard (2002) não nega a dimensão ou importância da forma na criação das imagens poéticas. O que o filósofo tenta é elucidar que, tão importante quanto a forma, é a matéria que essa forma ornamenta.

A matéria, que é adornada pela forma, tem, para Bachelard (2002), um poder imensurável de sedução tal e qual essa forma.

Quando começamos a meditar sobre a noção de beleza da matéria, ficamos imediatamente impressionados com a carência da causa material na filosofia estética. Pareceu-nos, em particular, que se subestimava o poder individualizante da matéria. Por quê se associa sempre a noção de indivíduo à de forma? Não haverá uma individualidade em profundidade que faz com que a matéria seja, em suas menores parcelas, sempre uma totalidade? (BACHELARD, 2002, p. 03)

Com essas palavras, Bachelard nos presenteia com novas possibilidades de análise do jogo de representações articulado pelos agentes estudados na pesquisa. Para além das formas, para além dos “textos” “escritos” pela arquitetura dos objetos, as representações do espaço se valeriam de outros elementos sobre os quais precisamos teorizar um pouco mais.

A relação, estudada por Bachelard, entre a intenção imaginante e os elementos terra, fogo, água e ar, se constitui em um dos pilares da teoria robusta desenvolvida pelo filósofo, sobre a relação dialética entre a consciência e a matéria, relação criadora das imagens poéticas<sup>25</sup>.

Se, por um lado, Bachelard teorizou sobre a beleza da matéria, por outro, confirmou aquilo que as representações do espaço nos fazem crer: que seus agentes produtores, de modo empírico, compreenderam, faz algum tempo, o poder de alguns elementos em seduzir distintas subjetividades.

Afinal, o que leva a indústria imobiliária a associar, sempre que possível, a imagem das águas do mar aos seus empreendimentos nas propagandas que divulgam seus imóveis? De onde vem a certeza da sedução? E a “identidade” da “cidade da Bahia”, porque essa necessidade de construí-la com base em imagens de uma paisagem tropical, com suas águas calmas, ligadas a um entorno quente e animador? Essas são apenas algumas questões que a aproximação fenomenológica dos anseios subjetivos pode clarear.

Bachelard (2002, p. 05) busca compreender o devaneio da matéria e sua importância na constituição das imagens poéticas, pois, para ele, “Sonha-se antes de contemplar. Antes de ser um espetáculo consciente, toda paisagem é uma experiência onírica. Só olhamos com paixão estética as paisagens que vimos antes em sonho.”

---

<sup>25</sup> Ao tratar da transsubjetividade das imagens poéticas, aquelas que guardam relações com arquétipos adormecidos no inconsciente das pessoas, Bachelard se aproxima de Jung que trabalha o universo dos arquétipos do inconsciente coletivo. As imagens arquetípicas funcionam, tanto para Jung como para Bachelard, como um “despertar” de processos de transcendência de quem vivencia as imagens.

As associações com Sartre (2008), no que se referem à distinção entre a coisa e a imagem da coisa, tornam-se então tangíveis: “Mas a paisagem onírica não é um quadro que se povoa de impressões, é uma matéria que pulula.” (BACHELARD, 2002, p. 05)

As aproximações e diferenças entre os dois filósofos são percebidas a cada página lida. Os primeiros ensaios de Sartre (2008) sobre a imaginação encontram eco nos escritos de Bachelard (2002, p. 01):

As forças imaginantes de nossa mente desenvolvem-se em duas linhas bastante diferentes.  
 Um encontram seu impulso na novidade, divertem-se com o pitoresco [...] as outras forças imaginantes escavam o fundo do ser, querem encontrar no fundo do ser, ao mesmo tempo, o primitivo e o eterno.  
 Expressando-nos filosoficamente desde já, poderíamos distinguir duas imaginações: uma imaginação que dá vida a causa formal e uma imaginação que dá vida a causa material, ou, mais brevemente, a imaginação formal e a imaginação material.

A subversão, possível de ser apreendida em alguns dos relatos ouvidos dos entrevistados, se dá por meio de palavras mais ou menos articuladas, e se revelam nos anseios, nas queixas, nas propostas de mudança das paisagens litorâneas de Salvador, antes imaginadas do que realizadas.

Buscamos essas outras “leituras” possíveis não nos discursos organizados sobre uma estrutura teórica reconhecida, mas em todas aquelas falas que se posicionam ativamente diante da realidade.

O mundo é tanto o espelho do nosso tempo quanto a reação das nossas forças. Se o mundo é a minha vontade, é também o meu adversário. Na batalha do homem com o mundo, não é o mundo que começa [...] *o mundo é minha provocação. Compreendo o mundo porque o surpreendo com minhas forças incisivas, com minhas forças dirigidas, na exata hierarquia da minha ofensa, como realização da minha alegre cólera.* (BACHELARD, 2002, p. 166)

Se há divergências de método, no que se refere à apreensão da essência dos fenômenos, entre Sartre (2005) e Bachelard (1998), estes convergem, mais uma vez, quando Sartre (2005) discorre sobre a consciência como sendo consciência posicional no mundo.

O espectro de respostas, trabalhado nesse capítulo, pode nos deixar, por vezes, embaraçados no nosso exercício de compreender a realidade, já que em alguns momentos teremos indícios de subversão, e, noutros, de adesão e contentamento com o modelo estratificante do espaço.

O espaço percebido pela imaginação não pode ser o espaço indiferente entregue à mensuração e à reflexão do geômetra. É um espaço vivido. E vivido não em sua positividade, mas com todas as parcialidades da imaginação. Em especial, quase sempre ele atrai. Concentra o ser no interior dos limites que protegem. No reino das imagens, o jogo entre o exterior e a intimidade não é um jogo equilibrado [...] E quanto às imagens, logo fica evidente que atrair e repelir não resultam em experiências contrárias. (BACHELARD, 1998, p. 19)

A variação de respostas, que serão apresentadas a partir de agora, transita entre pólos distintos, transita entre a lembrança de imagens, ligada *a priori* às representações do espaço, e o desprendimento dos que, entusiasmados pelas imagens poéticas, imaginam e efetivam outros modos de apropriação do espaço.

Serão percorridos dois caminhos: de início, analisaremos, como fora exposto no tópico que trata da metodologia, um conjunto de entrevistas realizadas com frequentadores de trechos da orla marítima, que permitirá observarmos a variedade do público frequentador das praias de Salvador, suas expectativas, suas práticas, formas de apropriação, descontentamentos, e demais questões que por ventura apareçam. Posteriormente, serão apresentados os resultados dos ensaios metodológicos propostos no capítulo introdutório, referentes às indicações de Bachelard (1998, 2002) sobre a adesão do sujeito às imagens poéticas.

#### **4.1 - Primeiro momento: aproximação com os frequentadores da orla marítima**

Como explicitamos no primeiro capítulo, no tópico destinado às estratégias metodológicas, conversas prévias tidas com frequentadores da orla atlântica e com os grupos classificados como relevantes para nossa pesquisa apontaram para uma

estratificação das praias da cidade, que comportam públicos diferenciados quanto à classe social e aos modos de apropriação da orla marítima.

Para esse público diverso, foram elaboradas algumas questões que revelaram um pouco das suas expectativas e as “leituras” que fazem das paisagens estudadas pela pesquisa.

Para a sistematização das respostas obtidas em campo, apresentaremos os relatos dos entrevistados, segundo as secções espaciais metodologicamente definidas para esse exercício.

Explicando melhor: além de dois trechos de orla classificados como “*trechos de status*” e “*trechos sem status*”, já explicitados no tópico referente aos procedimentos metodológicos, conversamos também com pessoas que se apropriam de pequeníssimas extensões de praia localizadas na orla atlântica da cidade e que nossa ideia *apriorística* de lazer, nossos juízo de valor e “vícios”, custaram a conceber de modo positivo. Começamos então por eles.

Durante os meses dedicados aos trabalhos de campo, percorremos toda a extensa orla oceânica a fim de melhor caracterizá-la e mesmo a fim de pensar, ou refinar, as estratégias de apreensão do objeto de pesquisa.

Realizando esse exercício, deparamo-nos com inusitadas formas de apropriação da orla marítima. Foi curioso notar que um expressivo número de pessoas ocupa pequeníssimos “enclaves” de praia, formados pelos movimentos epirogenéticos que delinearam o acidentado relevo de Salvador, em tempos geológicos remotos, e recortaram sensivelmente boa parte da costa da cidade, conforme podemos verificar na figura 28.



Figura 28 - Crianças banhando-se em “enclaves” de praia  
Fonte: Acervo do autor.

A primeira impressão foi a de estarmos diante de pessoas “espremidas” por um modelo de orla excludente, que se não é tão opressor pela arquitetura das formas, o é pelas barreiras simbólicas que são levantadas pelas territorialidades dos diferentes grupos/classes sociais. Pelo contrário, as palavras que ouvimos dessas pessoas trouxeram a sensação de sentido de obra para a cidade.

Como foi realizado um grande número de entrevistas, trabalharemos, como no capítulo anterior, com passagens emblemáticas que confirmam as argumentações futuras, sem subterfúgios para os que negam as “outras leituras possíveis”.

Foi num dia ensolarado, em um dos períodos diários de recuo da maré, que avistamos um senhor sentado com algumas crianças nos afloramentos rochosos entre as praias do Porto e do farol da Barra. O grupo se espalhava por pequenas poças que se formam nos momentos de maré baixa.





Figura 29 - Pequeno trecho de praia entre alvenaria e afloramentos  
Fonte: Acervo do autor.

Nos aproximamos e nos apresentamos. O Sr. J. R., vendedor ambulante, 52 anos de idade, brincava com alguns dos seus netos que ele havia levado para passear. As perguntas dirigidas ao Sr. J. R. parecem ter sido esquecidas por ele. “Indisciplinado”, o entrevistado enriqueceu, como poucos, a pesquisa.

Segundo Sr. J. R.:

*A praia tem uma coisa boa, uma beleza. Na rua tem aquela agitação toda, mas é só você sentar numa pedra dessa, tomar um banho e você fica tranquilo. O mar tem esse encanto (longa pausa para pensar e olhar as crianças). Se você tem um problema basta você sentar numa pedra, receber um vento que aí vem os pensamentos positivos. Você esquece os problemas. A praia tem esse encanto. A gente precisa procurar um lugar para ter tranquilidade. No mato, por exemplo, você não tem a mesma tranquilidade do mar. Aqui você já conhece, é só não ir para o fundo. No mato não, você não sabe o que tem lá na frente. Aqui é só não ir para o fundo. Aqui é calmo para trazer as crianças, a gente fica a vontade. Há trinta anos era melhor, a gente vem com as crianças e fica preocupado com a vagabundagem. Por aqui tem “rato de praia”. Eu não confio muito em levar as crianças para as praias mais cheias. Por isso, a gente vem para essa praia que é mais tranquila.*

Entusiasmada também estava a Sra. D., 41 anos, recepcionista de pousada, que já havia morado em Salvador e que voltava após alguns anos distante da capital baiana. A encontramos numa praia que não se constitui como “enclave” por ser delimitada por

grandes afloramentos rochosos, mas por ter sido escondida pela construção, há algumas décadas, de um grande clube ligado à colônia de imigrantes espanhóis.

Segundo Sra. D.

*Praia é para relaxar, é um momento de refletir, então venho aqui, embora as pessoas digam que é violenta. Estava há oito anos fora e voltei há dois meses, e aqui foi o primeiro lugar que tive vontade de visitar. Aqui é familiar, eu estranhei porque está vazio, antes era mais movimentado, tinha aquela coisa bonita de família. Esse pedaço é uma ilhazinha, devia ter mais segurança, as pessoas estão se afastando.*

A Sra D. trabalha numa pousada e tem folga de dois dias a cada duas semanas. Nesse pequeno intervalo de tempo, desde o seu retorno a Salvador até a entrevista, a entrevistada sofreu a violência de um assalto no estabelecimento em que trabalha. Daí em diante, ela ficou com muito medo de sair na rua sozinha:

*Fui assaltada e só saí porque sou muito atraída por esse lugar. Uma vez fui às praias lá de longe, Stella Maris, aquelas de lá, mas não curti, não tem essa coisa aqui (falava se referindo à areia que apertava com as mãos). Aqui é um lugar de paz, muito familiar, tem gente que vai para a praia para curtir, para beber, mas aqui é um lugar calmo. Está vendo aquele pessoal ali (casal com filho pequeno e um amigo)? Os caras ficam conversando, a mulher passeia com a criança. Está vendo aquele homem (homem de meia idade deitado sobre uma toalha que estendeu em uma pedra)? Ele não sabe o que estou pensando e eu não sei o que ele está pensando, e pronto. É assim. Ele fica na dele lá e eu fico na minha. Aqui a gente pode fazer coisas que não pode fazer em outro lugar. Não é nada demais, sabe? Nada de errado, mas, por exemplo, rolar na areia, ou se você vir um caranguejinho, correr atrás dele sem que ninguém fique te olhando por causa disso, como se você fosse maluca. Aqui não tem nada disso. Se você quer rolar na areia, você rola, se quer comer, come, se quer dormir, dorme. Cada um na sua, sem incomodar os outros.*

Ouvimos essas palavras da Sra. D. e do Sr. J. R. num período de grande dedicação a uma leitura sistematizada da base teórica. Líamos, dentre muitos, Bachelard (1998, 2002), que discorria sobre as descrições entusiasmadas dos que falam dos espaços amados.

A descrição entusiasta que dela (a natureza) fazemos é a prova que a olhamos com paixão, com a constante curiosidade do amor [...] Não é porque a

montanha é verde ou o mar é azul que nós a amamos, ainda que demos essa razão para nossa atração; é porque algo de nós, de nossas lembranças inconscientes, no mar azul ou na montanha verde, encontra um meio de se reencarnar. (BACHELARD, 2002, p. 119-120)

Essas descrições entusiasmadas, que não se contentam com as palavras, que precisam tocar na areia ou procurar um ponto de fuga para perder o olhar, enquanto relatam um mosaico de imagens que a intenção imaginante evoca, nos põe diante de uma fenomenologia da paisagem.

A sedução das imagens poéticas parece habitar nesse conjunto de sensações que a relação intencional consciência-objeto cria. A tranquilidade buscada pelo ambulante J. R., que ganha a vida nas agitadas ruas da cidade, ou o “ar familiar”, o conforto e a proteção, procurados pela recepcionista D., que deixou a família em sua cidade de origem e que sofreu as mazelas da violência urbana, validam essa forma de pensar.

Tivemos, ainda, contato com outras pessoas que contribuíram para a re-leitura sobre os modos de apropriação destes “enclaves” de praia e dos espaços litorâneos da cidade como um todo.

Quando perguntado sobre quais os motivos que lhe faziam frequentar aquela praia, a mesma em que encontramos a Sra. D., o Sr. A. G., 32 anos, vigilante, respondeu:

*Isso aqui já está dizendo tudo (apontando com a mão aberta para todo o entorno). Praia tranquila, sem perturbação, mais calma para vir com a família. Aqui é praia “do gueto”, praia onde você encontra todo mundo, onde todo mundo te conhece. Não tem aquela confusão que tem nas outras praias.*

Os demais entrevistados, com os quais tivemos contato nesses “enclaves” de praia, relatavam motivos muito parecidos com os três entrevistados acima: a tranquilidade da praia, as águas calmas, boas para as crianças, o pouco barulho que se ouve, a familiaridade com os outros frequentadores, além da proximidade com suas casas.

Após esse primeiro contato com os frequentadores da orla marítima, que chamaram a atenção pelos modos de apropriação não muito convencionais, seguimos com a tarefa de conhecer um pouco mais o público que se estende pela extensa orla atlântica.

Prosseguiremos comparando as entrevistas realizadas nos trechos classificados como “*sem status*” e “*de status*”. As questões dirigidas foram, para esses dois blocos de entrevista, seguidas com mais rigor. As respostas serão, a partir de agora, apresentadas/agrupadas segundo as variações observadas entre elas. Após agrupamento e comparação, apresentaremos algumas respostas que explicitam bem suas diferenças.

Cabe apenas uma observação para o fato de o número de respostas ultrapassar a quantidade de entrevistados. Isso é resultado das múltiplas respostas oferecidas às questões dirigidas, agrupadas segundo as motivações, mais ou menos similares, demonstradas por aqueles que colaboraram com a pesquisa.

Quando indagamos aos entrevistados qual o principal motivo que lhes faziam freqüentar aquela praia, obtivemos o seguinte espectro de respostas:

Tabela 2: Principal motivo para optar por aquela praia

<b>Motivo</b>	<b>Respostas setor “sem status”</b>	<b>Respostas setor “de status”</b>
Ausência de sujeira	--	02
Bem servido de estacionamento	--	03
Boa qualidade de serviços	02	13
Costume	04	--
Encontro com amigos/familiares	08	04
Facilidade de transporte	09	--
Prática de exercícios físicos	06	--
Qualidades do público frequentador	--	09
Qualidades físicas/ambientais	09	05
Quantidade reduzida de pessoas	--	04
Segurança	--	01

Fonte: Resposta dos entrevistados, 2008-2009

Além de demonstrarem satisfação acentuada em relação à qualidade de serviços oferecidos no setor “*de status*”, seus frequentadores evocam motivos que não aparecem nos relatos obtidos na outra secção analisada.

No tocante aos serviços, as barracas de praia que dominam o trecho “*de status*”, com sua gastronomia sofisticada e aparato tecnológico, que possibilitam aos seus frequentadores permanecerem “plugados” aos vetores globais, parecem satisfazer plenamente ao público majoritário que opta por esse trecho de orla.

Quanto aos outros elementos que aparecem como motivação, para os frequentadores do trecho “*de status*”, no momento de escolher uma ou outra praia da cidade, destaca-se a preocupação dos entrevistados com o público que frequenta a praia escolhida.

Como disse a senhora G., 22 anos, corretora de seguros: *“Venho a essa praia devido à quantidade de pessoas que é menor, o local é mais organizado. As pessoas que frequentam tem outro patamar, tem mais gente bonita”*.

Para a senhora D. L., 22 anos, estudante: *“É menos cheia, o público é melhor. É mais caro, mas oferece mais coisas”*.

E o senhor J. R., 52 anos, comerciante, confirma os motivos da preferência: *“A qualidade da praia, o meio das pessoas que frequentam, além do atendimento das barracas”*.

Contudo, foi curioso notar que as falas que fazem referência às praias cheias e de público desordeiro não coincidem com a elaboração feita por aqueles que frequentam o trecho “*sem status*”. Evidencia-se o contrário.

Lendo todos os relatos, temos a impressão de estarmos diante de estranhos que se acusam mutuamente, e se acusam com argumentos, por vezes, muito parecidos.

Para a senhora J., 21 anos, professora primária, entrevistada no setor “*sem status*”, “*aqui é bom porque tem espaço, não gosto de lugar muito cheio*”.

O senhor J., 38 anos, administrador de empresas, lembrava: “*O ambiente é familiar, é tranquilo, tem segurança, é bom para surfar também*”.

E a senhora M., 39 anos, vendedora ambulante, afirmou: “*é fácil de chegar, é sossegado, o lugar é limpo. Já venho aqui há muito tempo, nunca tive problema*”.

Ainda que apareçam elementos distintos, característicos dos anseios de classe, mais ou menos esperados por parte de cada grupo analisado, tais como estacionamento para os veículos e serviços “refinados” por parte das barracas de praia, reitera-se: os argumentos dos quais se valem os entrevistados, nos dois trechos, são reveladores do estranhamento em relação ao *outro*, ao público dos trechos de orla que não costumam frequentar.

Quando, em seguida, pedimos aos entrevistados que opinassem sobre suas impressões sobre a orla de um modo geral, foi obtida, nos dois trechos analisados, uma série de queixas que ofuscaram os raros relatos de contentamento em relação à orla marítima da cidade. Diante da possibilidade de falar a um pesquisador, os grupos analisados não pouparam críticas. De modo agrupado, essas críticas dirigiram-se sobre os seguintes temas:

Tabela 3: Impressões sobre a orla marítima

<b>Motivo</b>	<b>Respostas setor “sem status”</b>	<b>Respostas setor “de status”</b>
Conflitos de uso acentuado	05	--
Falta de equipamentos esportivos	02	--
Falta de segurança	03	06
Má qualidade da infraestrutura	08	17
Má qualidade das barracas de praia	09	03
Má qualidade dos serviços	01	02
Poluição acentuada	04	04

Fonte: Resposta dos entrevistados, 2008-2009.

A tabela 3 possibilita algumas análises que nos fazem conhecer um pouco mais os frequentadores da extensa orla da cidade, mas que pode esconder, também, algumas questões que necessitam de uma avaliação cuidadosa.

Primeiramente, a palavra infraestrutura, repetida aos montes pelos entrevistados, nos dá a impressão de ser tratada como uma “palavra-curinga”, substituindo os mais diversos elementos constituintes da paisagem.

Pensamos, nesses termos, a partir das conversas que se estenderam após a realização das entrevistas. Essa compreensão foi ainda alimentada pela dificuldade apresentada por muitos entrevistados no momento de opinar sobre os espaços litorâneos da cidade.

Se, por um lado, essa “palavra-curinga” pode ter camuflado descontentamentos mais dirigidos, mais específicos, por outro, o número de queixas referentes à infraestrutura é expressivo nos dois conjuntos de respostas obtidas. Se pensássemos que todas essas queixas são imprecisas ou generalistas demais, incorreríamos num grande erro; seríamos traídos pelo saber apriorístico, negado desde as primeiras linhas desse trabalho.

Quanto à qualidade das barracas de praia, não há grandes novidades: foi no trecho de orla que reunia o maior conjunto de barracas em estado de degradação acentuada que os descontentamentos se fizeram mais sentidos.

Contudo, aqueles que prestavam seus serviços nas barracas de praia parecem não ter deixado florescer, nos seus frequentadores, insatisfações que justifiquem críticas mais duras à qualidade dos serviços prestados, mesmo convivendo com a infraestrutura decadente e as incertezas políticas que ameaçaram, nos últimos três anos, os empreendimentos na faixa de areia.

Para esse conjunto de respostas, há de se destacar ainda os conflitos de uso lembrados pelos frequentadores do trecho “*sem status*”. As queixas recaem, sobretudo, sobre o jogo de futebol nas areias, favorecido pela morfologia de um trecho de costa relativamente retilíneo e largo e sem a presença de grandes afloramentos rochosos, por onde se estendem vários campos improvisados que disputam espaço com as barracas de praia e com frequentadores.

Dando continuidade a esse exercício de compreensão dos anseios subjetivos e das “leituras” que fazem os frequentadores da orla oceânica de Salvador das suas paisagens, foi questionado aos entrevistados o que modificariam na orla da cidade caso tivessem todos os poderes/meios para intervir nesta porção da cidade.

As respostas foram agrupadas de modo similar às tabelas 2 e 3. Deste modo, chega-se aos seguintes números:

Tabela 4: Possíveis intervenções espaciais

<b>Motivo</b>	<b>Respostas setor “sem status”</b>	<b>Respostas setor “de status”</b>
Ampliava a segurança	06	10
Instalava equipamentos esportivos	05	02
Melhorava a infraestrutura	06	09
Melhorava a qualidade dos serviços	--	03
Melhorava o transporte público	04	--
Promovia mais eventos de entretenimento	--	03
Remanejava ou Padronizava as barracas de praia	17	16
Retirava as barracas de praia	01	04
Zoneava a orla	01	--

Fonte: Resposta dos entrevistados, 2008-2009.

De imediato, o que nos chama a atenção, na tabela 4, são as intenções de intervenção sobre as barracas de praia. O pequeno número de frequentadores que explicitaram o desejo de ver a orla oceânica livre das barracas de praia é ofuscado pela maioria que



faz apenas algumas ressalvas quanto à localização ou aparência desses estabelecimentos.

O ataque sistemático pelo qual passaram as barracas de praia nos últimos anos, donde disputas judiciais e meios de comunicação de massa expuseram os argumentos de reduzido setor da sociedade soteropolitana, ganha uma resposta de segmentos sociais chamados a responder a um exercício de imaginação sobre como poderia ser a orla marítima da cidade.

Mesmo sem lhes dirigir uma pergunta específica a respeito do conjunto de barracas que se estendia por toda a orla marítima, ouvimos dos entrevistados queixas sobre as condições físicas da maioria das barracas de praia e a precariedade em que se encontram muitos trabalhadores que asseguram seu sustento nas praias de nossa cidade. Os serviços oferecidos por esses trabalhadores parecem integrar a ideia de lazer praiano de grande parcela da população local.

Como relatou o Sr. M. P., 30 anos, administrador, *“primeiro eu faria uma análise, pois tem lugares mais críticos. Escolheria o modelo das barracas, como, por exemplo, tamanho, estrutura [...] todas essas coisas. Cada barraca teria seu banheiro, para que a sujeira não caísse no mar. Colocaria chuveiros e afastava mais a pista para colocar as barracas. Eu impediria que o esgoto chegasse ao mar”*.

Já o Sr. D., 34 anos, auxiliar de serviços gerais, opinou que *“colocaria bastante comércio para as pessoas poderem trabalhar, dando conforto e segurança para o trabalhador”*.

A advogada N. S., 30 anos, disse que *“melhorava esse gramado, alargava a pista para o pedestre e colocava a ciclovia separada do pedestre. Ela (a ciclovia) está no mesmo nível, às vezes tem acidentes aqui. Eu tapava os buracos também”*.

E o Sr. A., 57 anos, bancário, falou: *“As barracas, eu mudaria o visual delas. As cadeiras das barracas eu diminuiria bastante, elas invadem muito a praia”*.

É bem verdade que a essa altura, enquanto era realizado o conjunto de entrevistas aqui apresentado, as representações do governo municipal sobre as formas espaciais que deveriam ganhar a orla já passeavam pelos meios de comunicação de massa. Isso questiona até que ponto o esboço de orla imaginado pelos nossos entrevistados estariam livres dessas influências. Contudo, ainda acreditamos na preferência da maioria dos entrevistados pela manutenção das barracas de praia.

Os temas infraestrutura e segurança também tiveram lugar de destaque nos dois grupos analisados. Este tema acompanha a tabela anterior referente à opinião sobre a orla como um todo. Quanto à questão da segurança, verifica-se um aumento, como se se tratasse de um elemento que quanto mais, melhor.

Contudo, o que mais interessa nas tabelas é o fato de estas nos aproximarem um pouco mais das “leituras” que fazem parte do variado público frequentador da orla marítima da cidade. Se essas “leituras” nos ajudam, num primeiro momento, a compreender um pouco mais da realidade sócioespacial da orla marítima, sua compreensão não deve ser enrijecida, mas tomada de modo dinâmico.

Se pensarmos na população infinita que frequenta a extensa orla oceânica de Salvador e que, como propôs Sartre (2005), as possibilidades de apreensão (variação de consciências para qual o objeto se apresenta), são também infinitas, veremos que se trata, em última análise, de uma “leitura” variacional, dialética, como também argumenta Bachelard (1998), pontuada no tempo e no espaço.

Primordial, no entanto, é o entendimento de que ponderações mais estruturadas pressupõem o exercício do fazer, exigindo uma participação direta da população nas ações que definem os rumos da cidade. Precisamos passar da imaginação para as

ações, para voltarmos novamente à imaginação num movimento contínuo de elaboração e transformação da cidade.

Cabe ainda dizer: essas “leituras” não são fruto de pura espontaneidade, nem são meros reflexos ou subordinação às determinações objetivas. Elas são resultantes de uma espécie de tensão entre as determinações objetivas (espaciais, econômicas, políticas, etc.) e a subversão do ato de imaginar, de recriar a realidade, de fazer ser o que ainda não é.

O esboço metodológico que se segue, apoiado no exercício do não-saber (BACHELARD, 1998), nos levará um pouco mais para perto dessas “leituras” e da adesão, por parte dos nossos entrevistados, às imagens poéticas, contemplando essa proposta da pesquisa.

#### **4.2 - Segundo momento: o exercício do não-saber**

Nossa busca por um método fenomenológico para o estudo das paisagens, que nos ofereceu novas e enriquecidas possibilidades de análise do nosso objeto de pesquisa, também nos trouxe algumas dúvidas que exigiram de nós maior cautela, a fim de sustentarmos a coerência até as últimas linhas desse trabalho.

Ao desenvolver a fenomenologia da imaginação, Bachelard (1998) propôs métodos que convidam o leitor a experimentar novas formas de apreensão do fenômeno das imagens poéticas.

Bachelard (1998) propõe a apreensão do “aqui e agora” da imagem poética, tomando a imagem de modo isolado e pautando-nos no não-saber. Isto é, que nos coloquemos diante das imagens poéticas, aquelas capazes de seduzir distintas subjetividades, nos

despindo da bagagem de informação que trouxemos sobre elas, para sentirmos as sensações que essas imagens evocam.

Na apresentação do fenômeno das paisagens litorâneas (tomadas aqui como imagens poéticas) a diferentes consciências, buscamos avaliar as sensações que essas imagens evocavam em nós e nos entrevistados.

Mas como realizar tal tarefa após meses de estudos sobre o processo histórico de formação sócio-espacial da orla e após nos debruçarmos sobre as estratégias de representação empreendidas por segmentos sociais os mais diversos? Como, momentaneamente, colocar estas e outras histórias “em suspensão”?

Esboçamos alguns procedimentos.

De início, pedimos aos entrevistados que relatassem um pouco de suas experiências com o mar. Buscávamos, tão somente, uma maior aproximação com os entrevistados, tentávamos conhecê-los um pouco mais.

Experimentamos, em seguida, o exercício de adesão às imagens poéticas pautando-o num esforço de desprendimento de nossas experiências em relação a essa porção da cidade, colocando a história “em suspensão”. Negamos, o quanto pudemos, ideias *apriorísticas* que influenciassem na escolha dos que colaboraram com a pesquisa. Definimos, apenas, a maior diversidade possível de situações espaciais.

Nos parágrafos que se seguem demonstraremos mais detalhadamente como realizamos o exercício ao passo que apresentaremos as contribuições daqueles que, dentre os entrevistados, ofereceram maiores possibilidades de discussão do método, isto é, seus avanços, suas restrições, necessidades de ajustes, etc.

Percorríamos a orla quando decidimos que a praia que fica diante de uma área de urbanização popular, no bairro do Rio Vermelho, se constituía num bom lugar para a

efetivação do exercício, uma vez que esta localidade destoa de seu entorno de infraestrutura relativamente boa.

Foi nesse trecho de orla que encontrei a Sra. M. L, 38 anos, promotora de vendas.

Eram quase 09h da manhã de um dia de meio de semana. Dava para contar nos dedos das mãos as pessoas que avistamos na praia. A rua estava pouco movimentada. Sentamos num banco de cimento próximo a uma das escadas de acesso à praia e fitamos o mar e seu entorno por alguns minutos. Difícil traduzir as sensações, mas era algo como se o tempo tivesse parado. O mar, a temperatura amena da manhã e o pouco movimento da paisagem pareciam deixar o tempo mais vagaroso.

Seguimos em direção a Sra. M. L. e nos apresentamos.

A entrevistada nasceu em Salvador e mora no bairro de Rio Vermelho. O lazer ligado à praia sempre esteve presente em sua vida. Ela lembra de um afogamento que sofreu quando era mais jovem, o que lhe fez carregar, daí por diante, um certo receio de entrar no mar, ao menos nas águas mais profundas ou agitadas.

A Sra. M. L. ainda fez questão de nos falar de sua crença: é evangélica e com um sorriso sereno disse que *“o mar quem fez foi Jesus. O mar é a presença de Deus. Tenho orado muito nas minhas caminhadas, isso aqui traz calma para a gente”*.

Pedimos então que ela experimentasse o exercício que Bachelard (1998) propõe para apreensão das imagens poéticas, o exercício do não-saber. Convidamo-la pra deixar sua história com o mar um pouco de lado, e solicitamos que relatasse um pouco das sensações que a paisagem lhe trazia naquele exato momento.

A entrevistada voltou-se para o mar parecendo esquecer o entorno. Ouvimos da Sra. M. L. palavras que iniciam a discussão que pretendemos desenvolver nesse tópico:

*(o mar) É uma coisa muito fantástica, a imensidão dele. Eu penso no meu Deus que fez o mar, não é? Ele é grande, é enorme. Eu fico olhando assim... meu Deus! Lá mais para o fundo, mais além... É o encontro com Deus. O mar e o céu assim, a gente acha que estão ligados. A gente sabe que não é assim, mas quando a gente olha parece que estão ligados.*

Quando optamos por experimentar o método do não-saber com outras pessoas tentávamos, sobretudo, fugir de um saber *apriorístico* sobre a teoria que queríamos avaliar; tentávamos validá-lo segundo as palavras que diziam outras consciências para as quais as imagens poéticas se apresentam.

Ao testarmos um método devemos assumir os riscos que este traz consigo. Podemos ser questionados se houve mesmo adesão à imagem poética nos termos descritos por Bachelard, no esquecimento momentâneo do passado e da formação cultural.

Agora, se podemos pensar nas palavras da Sra. M. L. como reveladoras de uma apreensão das imagens poéticas condicionada por sua crença, formada ao longo de sua história de vida, podemos, também, pensar que essa experiência estética, que ela vive em suas caminhadas matinais, e que a manifesta por essa referência mística, é só mais uma forma de comunicar um contentamento que é mais íntimo, difícil de expressar por palavras. Aquele contentamento que se manifestou antes no primeiro sorriso, quando ela se virou inicialmente para o mar, do que nas palavras que articulou posteriormente.

Para refletirmos melhor sobre essas questões e para confirmarmos tais pressupostos, serão analisados outros relatos que nos darão mais possibilidades de avaliação do método proposto para o estudo das paisagens.

Seguimos para outra situação espacial. Foi próximo ao coqueiral do trecho da orla marítima, conhecido como Chega-Nego, situado no bairro do Costa Azul, que encontramos o Sr. R. S., 39 anos, morador do bairro da Pituba em Salvador, realizando suas atividades físicas junto a equipamentos de ginástica em frente ao mar.

O sol, àquela hora do dia, estava quente e o mar realçava-se por um azul retinto. A variedade de cores animava e a paisagem convidava a viver.

Pedimos ao Sr. R. que contasse um pouco de suas experiências com o mar, e ele falou:

*Desde pequeno minha mãe me trazia para a praia, apesar de eu não gostar muito. Não gosto muito do sol, mas tenho que vir para olhar a praia, para caminhar, olhar o mar para mim é uma terapia. Eu venho para conversar com o mar, com a natureza. É bom, mas ele lá e eu cá. Eu quero distância. Eu gosto, mas é só para olhar. Eu tenho muito medo apesar de saber nadar. Nunca me afoguei, mas não gosto muito nem do sol nem de ficar dentro d'água. Então é aqui que venho e que conto todos os meus problemas para mim mesmo, mas parece que o mar escuta, que às vezes até responde com algum gesto, sei lá. Alguns toques. Eu não sei, talvez seja algo meio esotérico e tal [...] é inexplicável.*

O Sr. R. morou durante a infância no Subúrbio Ferroviário de Salvador:

*Eu morava em Plataforma, na Suburbana, mas eu não ia a praia de lá, eu não gostava. Eu vinha para a de cá. Eu não gostava do público que frequentava a praia de lá. Lá é tudo largado, a praia é suja. Aqui o pessoal limpa às segundas-feiras, afinal é a parte nobre. Lá é muito pior.*

Pedimos então a ele que olhasse a paisagem sob o ângulo que quisesse e relatasse as sensações que essa paisagem lhe trazia naquele momento.

Voltado para o mar ele o Sr. R. disse: “felicidade”, e, virando-se para o lado da rua, falou, “eu vejo progresso, os prédios aparecendo, subindo”.

Quando o Sr. R. falou das praias, sobretudo as da sua infância, fazia uma distinção nítida no valor (de uso) que atribuía às duas orlas da cidade. Enquanto as “praias de lá”, isto é, as da orla da Baía de Todos os Santos, eram negadas pelo entrevistado, a orla atlântica lhe remetia a um estado de felicidade.

Não avançaremos por pólos opostos. A idéia não é negar as experiências que, dotadas de valor, direcionam nossas preferências na vida. Pretendemos, antes, pensar

novamente no campo de tensão entre as determinações objetivas e as indeterminações da subjetividade. (SARTRE, 2005)

Se colocamos a história “em suspensão” é para num momento seguinte voltarmos ao fluxo histórico. O que está em jogo é a capacidade maior ou menor que cada entrevistado demonstra em se colocar diante da imagem no momento da imagem. Trabalhando com outras consciências, sempre haverá a dúvida de quanto avançamos nas proposições de Bachelard.

Outra rica contribuição foi dada pela Sra. J., 45 anos, massoterapeuta, que nos olhava bem de longe enquanto eu entrevistava o Sr. R. S. por entre aqueles coqueiros.

Vendo aquela senhora com ar de curiosidade decidimos caminhar ao seu encontro para nos apresentarmos e testarmos o método de aproximação fenomenológica.

A nova entrevistada afirmou ter nascido no bairro do Rio Vermelho, onde passou toda sua juventude. Relatando sua experiência com o mar ela disse:

*O mar tem um poder muito grande de me tranquilizar, sabe? Ele me acalma. Quando eu era adolescente eu era assim meio agitada, e eu tinha uma coisa assim que me chamava e eu ia para o mar. Eu sentava nas pedras lá do Rio Vermelho, no Buracão. Eu ia para lá, ficava olhando para o mar e eu me acalmava. Era como se fosse uma higiene mental, e até hoje eu sou assim. Quando eu não tenho nada para fazer eu fico aqui olhando para o mar, às vezes a gente vê até baleias, os peixinhos pulando, as gaivotas dando voltas, circulando aonde tem peixe.*

Com uma voz mansa e respiração lenta, a Sra. J. continuou a falar quando lhe propusemos fixar a paisagem e relatar suas sensações.

*Eu sinto felicidade, energia e paz. Agora, se eu me virar para trás (para a rua) tenho a sensação de stress, os carros em alta velocidade. Parece que vão voar para cá, dá medo. Agora, olhando para cá (o mar) eu sinto paz. Engraçado, não é? É aqui pertinho, mas eu consigo ficar em paz. Aqui eu consigo até ouvir os pássaros cantando, às vezes eles brigam (risos). Eu nem percebo o barulho do trânsito. É só no barulhinho do mar e no cliente que eu fico focada. É incrível... é*



*na beira de uma pista e você se desliga total. É incrível. Mas não sou só eu não. A gente conversa entre os colegas e a sensação é a mesma. Você escuta só o barulho do mar, do vento, e você não escuta mais o barulho dos carros.*

Ouvindo a Sra. J., tivemos a impressão de que ela falava da mesma transubjetividade da qual discorre Bachelard nos seus textos – a experiência que a entrevistada compartilha com seus colegas de profissão que se “desligam” do entorno agitado e se deixam seduzir pela imagem poética do mar, seus movimentos, suas cores, seus sons e cheiros.

A adesão a imagem poética, transsubjetiva, aparece mais nítida com essa entrevistada. Sua voz mansa, seu jeito de se referir ao mar, denunciava maior entrega aos espaços amados. (BACHELARD, 1998)

Após analisarmos esses três entrevistados, todos nascidos em Salvador e que demonstraram muita intimidade com o nosso litoral, avaliaremos as palavras que disseram outros frequentadores que encontramos na orla marítima da cidade. Estes, porém, visitantes ou moradores recentes da capital baiana. São os *outsiders* de que fala James Duncan (2004).

Foi no morro do Farol da Barra que encontramos J., professor estadunidense, 30 anos, que afirmou morar atualmente com a sua mochila, sem lugar que pudesse nos definir como “sua casa”.

Eram quase 17h e havia uma movimentação intensa de pedestres pelas calçadas. Muitos vendedores ambulantes anunciavam seus produtos aos berros. Sentíamos a temperatura mais amena. O mar tinha um brilho intenso àquela hora.

Assim como procedemos com os demais entrevistados, pedimos a J. que relatasse um pouco de suas experiências. Com dificuldade de se expressar em nosso idioma ele falou:

*O mar é como uma coisa que tem muitas coisas boas, mas com medo também. Tem o medo das correntes, o medo das criaturas. Como menino eu tive experiências maus. A corrente quase me levou uma vez. Isso marcou muito, mas, ao mesmo tempo, tem boas lembranças. O mar é muito especial, tem muito significado espiritual, às vezes. Quando não está conturbando, qualquer pessoa vai entrar num outro estado de mente, outro espírito, tranquilidade total.*

Ao ler essas palavras lembramos de Bachelard (1998), que nos diz que, no tocante às imagens poéticas, atrair e repelir não resultam em experiências contrárias.

Quando lhe pedimos para se concentrar na paisagem e descrever um pouco das suas sensações, J. disse: *“Não sei... certa forma de nostalgia. Vendo os meninos na praia eu lembro de eu menino, experimentando o mar de outra maneira. Vejo com muita maravilha”.*

Outra *outsider* que encontramos, também nas proximidades do morro do Farol da Barra, foi a Sra. L., 34 anos, administradora, que mora em São Paulo.

A Sra. L. contou sua experiência com o mar:

*Eu conheci o mar aos 10 anos de idade quando fiz uma viagem com os meus pais, mas sempre fui pouco à praia. Só agora, depois de casada, é que passei a frequentar mais o litoral. Agora, se você quer saber se eu gosto de entrar na água, eu não gosto. Eu gosto só de ficar olhando. Eu sinto uma força muito grande na natureza. Quando olho esse mar sem fim, eu sinto uma força muito grande. Primeiro porque é uma criação de Deus, não é? Eu sinto uma coisa muito grande, uma energia, uma coisa muito boa que passa para mim.*

Como o Sr. R. S., a Sra. L. também demonstra uma atração pelo mar que perpassa, sobretudo, pela experiência visual. Embora fascinados, a experiência sensitiva da visão parece satisfazer a vontade de ambos estarem próximos às águas do mar.

Ouvindo a nossa solicitação para que se concentrasse um pouco mais na paisagem e nas sensações que esta evocava, a senhora L. foi rápida no exercício de adesão à imagem poética. *“Se eu olho para o infinito (porção mais distante do mar), eu sinto paz, tranquilidade, satisfação, um bem estar imenso”.*

Dentre os que colaboraram com esse exercício, com as experimentações de um método fenomenológico de estudo das paisagens, consideramos também enriquecedoras as palavras que disse o Sr. G., engenheiro, 26 anos, que nasceu em Goiânia e resolveu há três anos morar em Salvador, onde conseguiu se estabelecer a poucos meses.

Foi na orla do bairro de Ondina que o Sr. G. contou sua experiência com o mar:

*Eu tinha pouco contato com o mar por morar em Goiânia. Eu conheci o mar aos 8 anos de idade no Espírito Santo e fiquei muito tempo sem ir ao litoral e sem ver o mar. E só recentemente, há uns três anos, visitei Salvador a passeio e gostei muito. Eu vim para cá não tanto pela cidade, mas por causa do mar. Eu não conhecia tanto a cidade quando resolvi morar aqui. Mas pelo fato de ter o lazer, de você saber que tem o mar por perto, a qualquer hora, é muito bom.*

Na adesão à imagem poética, o Sr. G. disse fitando a paisagem: *“Eu sinto bem estar, calma, esqueço os problemas”*.

Nos relatos desses entrevistados, entrevistados que, repetimos, foram os que trouxeram as mais ricas contribuições ao esboço metodológico de um estudo fenomenológico da paisagem, ouvimos constantemente referências a um outro par dialético caro à teoria de Bachelard: o interior e o exterior.

Constatamos essas referências na inclinação para a imensidão diante da imagem poética do mar.

Poderíamos dizer que a imensidão é uma categoria filosófica do devaneio [...]. E a contemplação da grandeza determina uma atitude tão especial, um estado de alma tão particular que o devaneio coloca o sonhador fora do mundo próximo, diante de um mundo que traz o signo do infinito [...]. A imensidão está ligada a uma espécie de expansão de ser que a vida refreia, que a prudência detêm, mas que retorna na solidão [...]. A imensidão é o movimento do homem imóvel. (BACHELARD, 1998, p. 189-190)

Referindo-se ao devaneio do infinito, Bachelard discorre sobre um espaço que se estende sem limites e que, contudo, nos põe diante das intimidades – as nossas e as do mundo.

Parece, então, que é por sua imensidão, que os dois espaços – o espaço da intimidade e o espaço do mundo – tornam-se consoantes. Quando a grande solidão do homem se aprofunda, as duas imensidões se tocam, se confundem [...]. Como é concreta essa coexistência das coisas num espaço que duplicamos com a consciência de nossa existência! Cada objeto investido de espaço íntimo transforma-se, nesse coexistencialismo, em centro de todo espaço. Para cada objeto, o distante é o presente, o horizonte tem tanta existência quanto o centro. (BACHELARD, 1998, p. 207)

Podemos apreender nas palavras do filósofo um convite à humanização das coisas do mundo, onde o espaço exterior é investido de espaço íntimo, num processo em que a imaginação participa ativa e simultaneamente “da vida da matéria e da vida das formas.” (BACHELARD, 2002, p. 32)

Foi gratificante notar os entrevistados subvertendo os pressupostos da entrevista, que buscava inicialmente uma descrição das experiências seguida do exercício do não-saber, oferecendo as surpresas das quais se alimenta um pesquisador.

Dito de outro modo, enquanto buscávamos tão somente conhecer um pouco mais dos entrevistados através de suas experiências com o mar, estes já davam sinais de adesão à imagem poética.

Os relatos que ouvimos dos que colaboraram com a pesquisa nos fizeram pensar na solidariedade existente entre a memória e a imaginação responsável pela construção da história, segundo Bachelard (1998).

É nestes termos que Bachelard (1998, p. 72) nos diz que somos mais poetas do que historiadores e que num determinado momento o filósofo nos pergunta: “O que foi terá sido mesmo? Os fatos tiveram o valor que lhes dá a memória?”

Tingindo os fatos com cores vivas, a imaginação, ao contrário de falsear a história e a realidade, as intensifica. Nessa relação dialética, a imaginação alimenta a memória e lhe perpetua num movimento espiral.

Foram muito mais os tons do que as articulações das palavras que nos fizeram pensar assim. Os relatos, ornamentados pelas falas mansas e por olhares distantes, buscavam os espaços íntimos na descrição de experiências passadas.

A intenção imaginante visa à imensidão nas/das imagens poéticas, anunciando um espaço externo, que, se ganha a amplidão do infinito, o faz com base no espaço íntimo no qual se constrói as consciências.

## 5.0 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz quase quatro anos que iniciamos os estudos sobre os espaços litorâneos urbanos, tendo como foco, inicialmente, a crise do espaço público na contemporaneidade. Nossas investigações iniciais nos despertaram para uma re-elaboração dos valores/significados atribuídos pela sociedade ao longo da história a estes espaços, notadamente no último século.

Abriu-se para nós uma agenda de pesquisa, que tinha como principal anseio entender um pouco mais da importância dos espaços litorâneos para a sociedade contemporânea, tomando como recorte espacial a orla marítima da capital baiana.

Em verdade, tentávamos analisar qual era a dimensão ou influência destes novos significados na produção da cidade de Salvador.

Tateamos conceitos, teorias, estratégias de apreensão do fenômeno e recorte espaço-temporal. Nisto consistiu o primeiro capítulo.

Definimos como principais questões a serem analisadas aquelas que se detinham sobre: a) verificar quem eram os principais agentes produtores do recorte espacial definido pela pesquisa; b) analisar as estratégias implementadas por esses agentes na difusão dos seus discursos; c) identificar para quais grupos/classes sociais essas paisagens eram prioritariamente destinadas; e, e) quais as possíveis formas de “ler” as paisagens tomadas como um texto.

Após algumas páginas escritas, voltamos ao primeiro capítulo e reorganizamos a base teórica quando nos chegou às mãos *La Presencia e La Ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*, obra escrita por Henri Lefebvre.

Embora tenhamos partido de uma indicação de James Duncan que recomendava a “leitura” da paisagem, foram, sobretudo, as idéias de Lefebvre, Sartre e Bachelard que sustentaram nossa pesquisa.

Com o decorrer dos trabalhos, nos pareceu, a mim e ao professor orientador da pesquisa, termos feito ótimas escolhas tanto no tocante à base teórica, quanto em relação aos procedimentos metodológicos.

No capítulo seguinte buscávamos compreender como se deu, nas últimas quatro décadas, em Salvador, o processo de produção da maritimidade, idéia oferecida pelo professor Dantas (2004, 2009), para tratarmos das relações mercadológicas estabelecidas pela sociedade contemporânea em relação aos espaços litorâneos.

Descobrimos uma orla que se pretende espetacular a duras penas, servindo de anteparo visual para que agentes dos setores público e privado construam uma imagem de cidade pronta a disputar fluxos de capital com outras tantas cidades, como imperativo de superação dos desafios da globalização.

As *estratégias de classe* (LEFEBVRE, 2006a) ficaram mais claras na medida em que nos debruçávamos sobre relatórios, fotografias aéreas e demais documentos que expunham de algum modo as bases do planejamento da orla atlântica de Salvador nas últimas décadas – seus agentes, diretrizes, estratégias, intencionalidades. Contudo, essas estratégias puderam também ser observadas na apropriação e no uso daqueles que subvertem as “recomendações” concebidas e idealizadas pelos que planejam/gerem a cidade.

No segundo capítulo, detemos nossas atenções em um dos pilares da produção dessa imagem-padrão de cidade: foi na transformação das formas espaciais que buscamos o conteúdo de suas políticas de implementação e ordenamento territorial.

A urbanização incidiu sobre nosso recorte espacial e entorno mais imediato de modo intenso em poucas décadas. Observamos, num curto intervalo de tempo, o surgimento de uma série de avenidas contornando ou rasgando o acidentado relevo da cidade, além de novos equipamentos, notadamente os do turismo, hotéis, centro de convenções, bares, restaurantes, etc., mediados por políticas que revelavam a preocupação dos gestores públicos pelos espaços concebidos como de “vocação para o turismo”.

Foi necessário desenvolver as questões que propusemos no segundo capítulo, referentes ao processo histórico de produ o da porão oriental da cidade, “eixo de moderniza o”, como ficou conhecido, para notarmos que as interven es efetuadas pelos poderes governamentais, ao longo das quatro últimas décadas, foram decisivas para o adensamento deste novo vetor por uma popula o que se destaca mais em termos de faixas de renda, se comparada   popula o que habita ao longo da orla da Ba ia de Todos os Santos.

No terceiro capítulo, ampliamos os horizontes e as possibilidades de compreensão da produ o do espaço urbano de nossa cidade, bem como os significados doados às paisagens, objeto de pesquisa, ao investigarmos os diferentes modos de representa o destas paisagens, balizados pelos escritos de Lefebvre (1991, 2006b) e Sartre (2005, 2008).

Enquanto Lefebvre nos ofereceu as bases para um estudo das representa es negando o caráter apriorístico das mesmas, Sartre auxiliou nossa (não tão fácil) tarefa de análise da paisagem como categoria fenomênica.

Sabíamos que, ao findar do terceiro capítulo, devíamos costurar as rela es entre os distintos grupos definidos, no tópico destinado   metodologia, como grupos relevantes capazes de responder às nossas questões.

Se partirmos da paisagem, a linha de chegada têm se punha na paisagem.



O elo não poderia ser outro: a paisagem como recurso, difundindo as ideias de mundo dos que a concebem.

Sartre (2005, 2008) nos chamou a atenção para novas possibilidades de análise dos modos como as distintas subjetividades se relacionam com as determinações objetivas do mundo.

Quando Sartre (2005) inverteu a ordem idealista, na qual a essência precedia à existência, quando escreveu sobre uma essência completamente diferente daquela dada, concebida *a priori*, agora resultante da existência, e anunciou “tudo está em ato” (p.16), era da liberdade do homem que falava em última análise. Mas só descobrimos isso ao longo do processo.

A análise deveria se deslocar para a relação consciência-objeto, negando uma essência dada, redutora da realidade, sem cair na armadilha de uma consciência que é mero reflexo do mundo.

Pensar a essência posterior à existência significa que somos resultado de um processo de existência e que as coisas (a paisagem e seus significados) não podem ser dadas antecipadamente, sem antes nos relacionarmos (julgarmos) com elas e definirmos seus valores.

O “mar” de representações apresentado no terceiro capítulo e as intencionalidades dos que lhe concebem, que conta com um aparato de mídia fantástico, com cifras consideráveis de dinheiro, com políticas frouxas de uso e ocupação do solo urbano, são postos em xeque no capítulo quatro por alguns dos nossos entrevistados, que ousam outras “leituras” para as paisagens, diferentes dos discursos hegemonicamente intencionados.

Foi no quarto capítulo que confirmamos nossos pressupostos, quando observamos uma comunhão entre as palavras que ouvimos dos nossos entrevistados e os escritos de Bachelard (1998, 2002).

Bachelard tratou das imagens poéticas discorrendo sobre a beleza da matéria, e, com isso, nos ofereceu métodos de apreensão das paisagens estudadas, nos possibilitando a continuidade do esboço de análise da paisagem, iniciado a partir das leituras de Sartre.

Partindo de uma observação mais generalista da “leitura” que fazem os frequentadores da orla oceânica das suas paisagens, experimentamos, posteriormente, métodos que nos aproximaram mais um pouco dos anseios subjetivos e significados doados por um pequeno grupo de entrevistados que nos ofereceram um rico material, o que completou nossa análise sobre as representações das paisagens litorâneas definidas como objeto de pesquisa.

Foram as possibilidades de imaginarmos outras paisagens que representem nossos sonhos de cidade e de vida urbana o que mais nos animava nessas leituras (as da paisagem e as dos filósofos).

Sentimos muito prazer em notarmos a espontaneidade de uma infinidade de pessoas que subvertem as “recomendações”, o “bom comportamento”, as idéias de beleza, modernidade, progresso, e tantas outras que negam o convívio com as diferenças.

As sucessivas surpresas que tivemos ao longo da pesquisa foram essenciais para persistirmos nesse longo trabalho.

As dúvidas que, por vezes, nos angustiavam, estavam atreladas ao medo de não conseguirmos desenvolver nossos pressupostos de modo positivo.

Quando iniciamos a pesquisa acreditávamos que seria enriquecedor à análise da produção capitalista da cidade, uma aproximação dos anseios subjetivos dos grupos considerados relevantes, capazes de darem as respostas que buscávamos.

Acreditando em tal premissa, esboçamos métodos para os nossos trabalhos que, se por um lado, mostravam-se promissores e confirmavam que essa junção de abordagens era possível, por outro, explicitavam uma necessidade de serem testados um pouco mais.

Essa necessidade se evidencia, acreditamos, sobretudo nas formas de análise das outras consciências que apreendem as paisagens estudadas. Isto é, até onde (e como) podemos realmente auferir que houve, nos termos propostos pelos teóricos que apoiaram a pesquisa, relação entre essas outras consciências e os objetos analisados? Como podemos afirmar que a intenção imaginante (das outras consciências) lançou-se na direção das imagens poéticas descritas por Bachelard? Em que ponto estariam, essas outras consciências, entre a imagem-lembrança e a imagem-ficção abordadas por Sartre? Ou numa perspectiva lefebvriana, qual o conteúdo dado pelas consciências às representações postas entre o que escapa e o que apropria?

Solucionar essas questões, acreditamos, passa por um amadurecimento teórico que somente futuras leituras e a continuidade de análises rigorosas nos proporcionarão.

## REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. *Litoral do Brasil*. São Paulo: Metalivros, 2002.

ALBERGARIA, R. O mundo humano-baiano como vontade e representação. In: LUZ, A. M. C (Org.). *Quem faz Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2001.

ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; MARICATO, M.; VAINER, C. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

AZEVEDO, T. *A praia: espaço de socialidade*. In: AZEVEDO, T. (Org.). *O cotidiano e seus ritos*. Ed. Massangana, p. 25-67, Recife:,2004.

BACHELARD, G. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. *A água e os sonhos: ensaios sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BAHIA, I, A água do mar e suas “mil e uma” utilidades. *Jornal A Tarde*, Salvador, 10 jan. 2010. p. A8.

BAHIATURSA. *Projeto orla: projeto de valorização da orla marítima de Salvador*. Salvador, 1984.

BITTENCOURT, A. C. S. P. Sedimentação recente na costa atlântica de Salvado. São Paulo, *Revista Brasileira de Geociências*, v. 5, p. 46-76, 1975.

CASSIANO, S. Anjo Bom. Intérprete: Tomate. In: Tomate. *Ao Vivo Em Salvador*. Atração Fonográfica, Gravadora Atração, Salvador: Atração Fonográfica, 2009. 1 CD. Faixa 8.

CAVALCANTE, R.; VALPORTO, O.; ROCHA, L. 'Não gosto de ver a orla maltratada', diz João Henrique em entrevista. *Jornal Correio da Bahia*, Salvador, 28 dez. 2008. Disponível em: <http://correio24horas.globo.com/noticias/noticia.asp?codigo=13652&mdl=29> Acesso em: 15 out. 2009.

CHAUÍ, M. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 2001.

\_\_\_\_\_. *A Ideologia da competência*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

\_\_\_\_\_. *Convite à filosofia*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2005.

CLAVAL, P. A paisagem dos Geógrafos. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. *Paisagem, Texto e Identidade*. Rio de Janeiro. EDUERJ, 2004.

CONDER, Produtos INFORMS – Base Cartográfica SICAR/RMS: Malha de setor censitário adaptado da Malha de setor censitário IBGE, 2000.

\_\_\_\_\_, Produtos INFORMS – Base Cartográfica SICAR/RMS: Malha de limites municipais adaptado da Malha de limites municipais SEI, 2010.

\_\_\_\_\_, Produtos INFORMS – Base Cartográfica SICAR/RMS: Malha de eixo de logradouro, 2010.

COSGROVE, D. E. Em direção a uma Geografia cultural radical: problemas da teoria. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003.

DANTAS, E. W. C. O mar e o marítimo nos trópicos. *Revista GEOUSP – Espaço e Tempo*. n. 15, p. 63-76, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Maritimidade nos trópicos: por uma Geografia do litoral*. Fortaleza: UFC Edições, 2009.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUARTE Jr., J. F. *O que é beleza?* São Paulo: Brasiliense, 2003.

\_\_\_\_\_. *O que é realidade?* São Paulo: Brasiliense, 2000.

DUNCAN, J. A paisagem como sistema de criação de signos. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. *Paisagem, texto e identidade*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

FRAGA, A. Perto do mar e longe do estresse. *Jornal A Tarde*, Salvador, p. A11,14 mar. 2009.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e de grupos. In: M.W. BAUER; G. GASKELL (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GOMES, P. C. C. *A condição urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GONÇALVES, N. M. S. *Impactos pluviais e desorganização do espaço urbano em Salvador – Bahia*. 1992. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, D. *A Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

\_\_\_\_\_. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2001.

HAUENSCHILD, C. V. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador – Orla Atlântica. In: Seminário sobre a Orla Marítima de Salvador, 2009, apresentação em PowerPoint.

HENRIQUE, W. Proposta de periodização das relações sociedade-natureza: uma abordagem geográfica de idéias, conceitos e representações. *Revista Terra Livre*, Goiânia, ano 21, v. 1, n. 24, p. 151-175, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 set. 2008.

JORNAL A TARDE. [Recortes de informação]. Salvador, ano 98, nº 32.862, 29 mar. 2009.

JORNAL CORREIO DA BAHIA. Salvador, 03 de fev. 2009. Caderno Mais, p.11.

JORNAL CORREIO DA BAHIA. Gal no Porto: um show em homenagem à força feminina. Caderno 24h, p. 03, 09 mar. 2009.

JORNAL CORREIO DA BAHIA. Iemanjá no salão e no mar. 02 fev. 2009. Caderno Gente, p. 18.

JORNAL CORREIO DA BAHIA. Barraqueiros prometem fechar barracas de praia dia 15. Caderno 24h, 04 de fev 2009, p. 04.

JORNAL CORREIO DA BAHIA. [Recortes de informação]. Salvador, 29 mar. 2009, nº 09668.

LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.

\_\_\_\_\_. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2004.

\_\_\_\_\_. *O Direito à Cidade*. 4. ed. São Paulo: Editora Moraes, 2006a.

\_\_\_\_\_. *La presencia y la ausencia: contribucion a la teoria de las representaciones*. México: Fundo de Cultura Econômica, 2006b.

LYRIO, A. Mar de regalias. *Jornal Correio da Bahia*, Salvador: Caderno Mais, p. 14, 14 fev. 2009.

MITCHELL, D. Não existe aquilo que chamamos cultura: para uma reconceitualização da idéia de cultura em geografia. In: *Revista espaço e cultura*, UERJ, n. 08, p. 31-51, ago. / dez. 1999.

NEL-LO, O. La ciudad, paisaje invisible. In: NOGUÉ, J. *La Construcción social del paisaje*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. *Plano de estruturação da orla*. Salvador, 1988.

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR. Lei municipal n. 7.400/2008, de 20 de fevereiro de 2008. *Dispõe sobre o plano diretor de desenvolvimento urbano do município de Salvador – PDDU 2007 e dá outras providências*, Salvador, 2008. 228 páginas, Publicado no Diário Oficial do Município nos dias 23, 24 e 25 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://www.sucom.ba.gov.br/portaldeservicos/legislacao/pddu.aspx>  
Acesso em 07 maio 2009.

RAINHA do Mar. Revista Muito. Editora A Tarde, Salvador, n. 44, p. 14-19, 2009.

RIBEIRO, P; SANTOS, J. Plano de manejo deixará apenas 263 dos 496 empreendimentos. *Jornal Correio da Bahia, Caderno Mais*, p. 14, 03 de fev. 2009.

Rede Bahia de Televisão. *Programa Mosaico Baiano*. Produção Liv Castro. Dez,2008-Mar,2010. Televisão.

SAMIR, O'BRIAN, F.; TAVARES, R. Meu farol. Intérprete: Voa Dois. In: Voa Dois. *Meu Farol*. [s.l.]: Universal Music, 2009. 1 CD. Faixa 2.

SAMPAIO, H. Frentes Marítimas em Salvador: abordagem urbanística. In: Fórum Salvador e suas Frentes Marítimas: o elo perdido do potencial de desenvolvimento, 2006. Salvador: IAB-BA; FLEM, 2006, apresentação em PowerPoint.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.

SARTRE, J-P. *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. *A Imaginação*. Porto Alegre, RS: L&PM Pocket, 2008.



SCHEINOWITZ, A. S. *O Macroplanejamento da aglomeração de Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 1998.

SENNA, J. Te espero no Farol. Intérprete: Tomate. In: Tomate - Ao Vivo Em Salvador. [s.l.]: Atração Fonográfica, 2009. 1 CD. Faixa 1.

SERPA, A. *Cidade popular: trama de relações sócio-espaciais*. Salvador: EDUFBA, 2007a.

\_\_\_\_\_. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007b.

SOUSA, A. N. *Porto da Barra: grupos sociais e espacialização em uma praia de Salvador*. 2007. 49 páginas, Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SOUZA, L. A. *Subúrbio ferroviário: anotações para um debate*. Palestra proferida no Forum Salvador e suas frentes marítimas: o elo perdido do potencial de desenvolvimento, promovido pelo IAB-BA/FLEM. Salvador, 2006.

SOUZA, M. L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TV Itapoan. *Programa Bom D+*. Produção Eduardo Dute. Bahia, Dez,2008-Mar,2010. Televisão

UOL NOTÍCIAS. *Prefeitura conclui demolição de 349 barracas de praia em Salvador*. In: UOL RSS. 2010. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2010/08/25/prefeitura-conclui-demolicao-de-349-barracas-de-praia-em-salvador.jhtm> acessado em 26/08/2010.

VASCONCELOS, P. A. *Salvador: transformações e permanências (1549-1990)*. Ilhéus, Ba: Editus, 2002.

WRIGHT, L. D.;SHORT, A. D. Morphodynamic Variability of Surf Zones and Beache. *Marine geology*, Austrália, v. 56, p. 93-118, 1984.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM BARES E RESTAURANTES

1. Nome da instituição
2. Nome do entrevistado
3. Função
4. Há quanto tempo esse bar/restaurante existe?
5. Houve algum motivo especial para optar por essa parte da cidade? Sim ( ) Não ( ). Qual? \_\_\_\_\_
6. Qual o período do ano de maior movimento no estabelecimento?
7. Existe algum trabalho feito entre vocês e outros empreendimentos do mercado turístico (hotéis, agências de viagem , etc) a fim de oferecer melhor serviço ao turista? Sim ( ) Não ( ). Qual? \_\_\_\_\_
8. Na sua opinião, qual(is) o(s) principal(is) atrativo(s) de Salvador para seus visitantes?
9. Caso eu fosse um turista e lhe pedisse um roteiro para visitar a cidade o que você me recomendaria?
10. O que pensa sobre a orla de modo geral?

## **APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM HOTÉIS E POUSADAS**

1. Nome da instituição
2. Nome do entrevistado
3. Função
4. Qual o período do ano de maior e menor movimento no estabelecimento?
5. Na sua opinião, a que isso se deve?
6. Existem incentivos para impulsionar o movimento de turistas no estabelecimento?  
Se sim, quais e por parte de quem?
7. Existe algum motivo especial para a localização deste estabelecimento nesta parte da cidade?
8. Na sua opinião, quais os principais atrativos que Salvador oferece aos seus visitantes?
9. Na sua opinião, a algo mal aproveitado em Salvador, em termos de potencial turístico?
10. Se você pudesse modificar algo no turismo de Salvador, o que faria?
11. Caso eu fosse um turista e lhe pedisse um roteiro para visitar a cidade o que você me recomendaria?
12. Há mais alguma consideração que queira fazer sobre o turismo na cidade de Salvador?

**APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM LOCADORAS DE AUTOMÓVEIS**

1. Nome da instituição
2. Nome do entrevistado
3. Função
4. Há quanto tempo trabalha no ramo de aluguel de carros?
5. Qual o período do ano de maior frequência?
6. Existe algum trabalho feito entre vocês e outros empreendimentos do mercado turístico (hotéis, agencias de viagem , etc) a fim de oferecer melhor serviço ao turista? Sim ( ) Não ( ). Qual? \_\_\_\_\_
7. Na sua opinião, quais os principais atrativos que Salvador oferece aos seus visitantes?
8. Existe algum roteiro indicado por vocês para seus clientes?
9. Caso eu fosse um turista e lhe pedisse um roteiro para visitar a cidade o que você me recomendaria?

**APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM CONSTRUTORAS IMOBILIÁRIAS**

1. Nome da instituição
2. Nome do entrevistado
3. Função
4. Qual o tamanho do empreendimento?
5. A quem se destina?
6. Quais os principais atrativos do empreendimento?
7. Quais os principais atrativos desta parte da cidade para os compradores dos imóveis?
8. Quais as principais formas de propaganda?
9. Você acredita que as pessoas que comprarão estes imóveis freqüentarão esta praia aqui próxima?
10. Qual sua opinião sobre a orla de Salvador?
11. Como você vê as mudanças previstas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador para a Orla Oceânica?

**APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FREQUENTADORES DAS PRAIAS**

1. Nome
2. Idade
3. Profissão
4. Bairro de origem
5. Praia onde a entrevista foi realizada
6. Quais os principais motivos que lhe fazem vir a esta praia?
7. Qual a sua opinião sobre a orla de Salvador, de um modo geral?
8. Quais as suas praias de preferência na orla marítima de Salvador?
9. Se você tivesse todos os poderes para modificar o que quisesse na orla marítima de Salvador, o que faria?